



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

SILVÂNIA FÉLIX DE LIMA

IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS: O
CASO DOS PAs TIMBÓ E MATA VERDE - ESPÍRITO SANTO/RN

JOÃO PESSOA - PB

2010

SILVÂNIA FÉLIX DE LIMA

**IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS: O
CASO DOS PAs TIMBÓ E MATA VERDE - ESPÍRITO SANTO/RN**

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito à obtenção do grau de Mestre, desenvolvido pela mestranda Silvana Félix de Lima sob a orientação dos prof^{as}. Dr^{as}. Emília de Rodat Fernandes Moreira.

JOÃO PESSOA - PB

2010

L732i Lima, Silvânia Félix de.
 Impactos Territoriais da Criação de Assentamentos Rurais: o
 caso dos PA's Timbó e Mata Verde – Espírito Santo/RN/ Silvânia
 Félix de Lima.- João Pessoa : [s.n.], 2010.
 157f.
 Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira.
 Dissertação (Mestrado) – UFPb /CCEN

 1. Geografia 2. Assentamentos Rurais. 3. Impactos Terri –
 Toriais.

UFPb/BC

CDU: 911(043)

SILVÂNIA FÉLIX DE LIMA

**IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS: O
CASO DOS PAs TIMBÓ E MATA VERDE - ESPÍRITO SANTO/RN**

Dissertação apresentada à coordenação do
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
PPGG, da Universidade Federal da Paraíba -
UFPB, como requisito à obtenção do grau de
Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Emília de Rodat Fernandes Moreira - Orientadora
Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB)

Prof. Dr. Ivan Targino – examinador interno
Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB)

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto- Examinador externo
Universidade Estadual da Paraíba (DGH/UEPB)

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior - Examinador externo
Universidade Federal do Sergipe (NPGeo/UFS)

JOÃO PESSOA - PB
2010

Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres camponeses(as), especialmente aos trabalhadores dos assentamentos Timbó e Mata Verde que, derramando o suor de seu rosto e com suas mãos calejadas, dedicam a vida inteira ao manejo da terra para a produção de alimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e constante proteção.

A minha orientadora Emília Moreira por toda dedicação e afeto.

Aos professores da banca, Ivan Targino e Marco Mitidiero, por suas valiosas contribuições.

A todos os meus amigos e colegas de curso, pelos momentos de dificuldades e alegrias que compartilhamos.

A todos os trabalhadores dos assentamentos Timbó e Mata Verde, pelo acolhimento e fornecimento de dados ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Ao REUNI/UFPB, pelo aprendizado que adquiri como bolsista.

A Sônia do PPGG, pelas importantes contribuições.

Obrigada a todos!

Homem do campo

O homem arando a terra,
As mãos lançando a semente
A luz germinando a terra
A terra sustentando a gente!

A chuva mansa...
O cheiro da terra molhada...
O lavrador que não se cansa...
O suor e as mãos calejadas.

Vem a luz no pé da serra...
E o sol do meio dia...
O som da enxada na terra...
Não é uma melodia.

A colheita farta...
O sonho...
A emoção...
Olhares enternecidos...
Nos frutos deste chão!

Silvia Cristina Martins Trevisani

São novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar no mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim, de geo-grafar.

(GONÇALVES, 2003, p. 06).

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar, a partir do resgate da luta pela terra, os impactos territoriais decorrentes da implantação de dois assentamentos rurais (Timbó e Mata Verde) aqui entendidos como “Territórios de Esperança”, no município norterio-grandense de Espírito Santo. O município de Espírito Santo localiza-se no Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil. Está inserido na microrregião do Litoral Sul, Mesorregião Leste Potiguar e abrange uma superfície de 158 km² que equivale a 0,29% da superfície do Estado (IBGE, 2000). Para tanto, alguns procedimentos metodológicos foram utilizados, tais como: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. De início, realizou-se uma breve reflexão sobre campesinato e território, categorias fundamentais para a compreensão da permanência do campesinato numa sociedade moldada segundo o modo de produção capitalista e para o entendimento das mudanças territoriais resultantes da criação e implementação de assentamentos de reforma agrária. Em seguida, fez-se um estudo do processo recente de espacialização e de territorialização da luta pela terra no Rio Grande do Norte dando ênfase à distribuição espacial dos conflitos de terra e à territorialização da luta por terra através da criação de assentamentos rurais. Posteriormente, foi realizada uma caracterização do município de Espírito Santo dando ênfase à organização recente do seu espaço agrário buscando identificar os fatores que se encontram na base da criação dos assentamentos nele situados, recuperando a história de luta que culminou com a criação dos assentamentos e realizando uma breve descrição da configuração territorial dos mesmos. Por fim, apresenta-se uma descrição dos impactos territoriais da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Impactos territoriais; Território de esperança.

ABSTRACT

This study analyzes, from redemption of the land struggle, the territorial impacts due the establishment of two rural settlements (Timbó and Mata Verde) here understood as "Territories of Hope" in Espírito Santo, a northeriograndense town, located in the state of Rio Grande do Norte, in Brazil northeast. It is housed in the South Coast microregion, Potiguar East Mesoregion which means an area of 158 sq. km, equivalent to 0.29% of the state surface (IBGE, 2000). To do so, some methodological procedures were used, such as: literature review, secondary survey data and field research. Initially, a brief reflection on the peasantry and territories was performed, needful categories for understanding the permanence of the peasantry in a society modeled after the capitalist mode of production and the understanding of territorial changes resulting from the creation and implementation of agrarian reform settlements. Then, it was done a study of the recent process of spatial and territorial struggle for land in Rio Grande do Norte emphasizing the spatial distribution of land conflicts and territorial fighting by land through the creation of rural settlements. Subsequently, it was performed a sort of characterization of Espírito Santo focusing the recent organization of its agrarian space in order to identify the factors that provoked the creation of settlements located there, recovering the history of struggle that culminated in the creation of settlements, conducting a brief description of the territorial configuration of them. Finally, we present a description of the territorial impacts of the creation of Timbó and Mata Verde settlements.

Keywords: Rural settlements; territorial impacts; Territory of hope.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização do município de Espírito Santo/RN	28
Mapa 02: Rio Grande do Norte - espacialização dos movimentos sociais no campo: a distribuição espacial dos conflitos – 2009	54
Mapa 03: Rio Grande do Norte - espacialização dos movimentos sociais no campo: áreas de conflito com a participação do MST- 2009	56
Mapa 04: Rio Grande do Norte - espacialização dos movimentos sociais no campo: áreas de conflito com a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais – 2009	57
Mapa 05: Rio Grande do Norte - espacialização dos movimentos sociais no campo: áreas de conflito com a participação da CPT, CONTAG e FETARN - 2009	58
Mapa 06: territorialização da luta pela terra no Rio Grande do Norte - a distribuição espacial dos assentamentos rurais - 1975-2009	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Rio Grande do Norte - Espacialização da luta pela terra segundo as mesorregioes - 2009	53
Gráfico 02: Estado do Rio Grande do Norte – territorialização da luta pela terra: distribuição dos assentamentos rurais segundo as mesorregiões 1975-2009	62
Gráfico 03: Rio Grande do Norte – distribuição das famílias assentadas segundo o número de famílias por mesorregião – 1975-2009	63
Gráfico 04: Rio Grande do Norte – territorialização da luta pela terra – número de assentamentos por ano de criação – 1987-2008	64
Gráfico 05: Espírito Santo – população segundo o lugar de domicílio – 1991-2000	71
Gráfico 06: Espírito Santo – população segundo a faixa etária – 1991 -2000...	72
Gráfico 07: Assentamento Timbó – Naturalidade das pessoas que compõem as famílias assentadas	93
Gráfico 08: Assentamento Mata Verde – Naturalidade das pessoas que compõem as famílias entrevistadas	93
Gráfico 09: PA Timbó – Local de residência das famílias antes do assentamento	94
Gráfico 10: PA Mata Verde – Local de residência das famílias antes do assentamento	95
Gráfico 11: PA Timbó – Condição de trabalho anterior das famílias	

assentadas	98
Gráfico 12: PA Mata Verde – Condição de trabalho anterior das famílias assentadas	98
Gráfico 13: PA Timbó – População que se encontra estudando em relação à população total (2009)	99
Gráfico 14: PA Mata Verde – População que se encontra estudando em relação à população total (2009)	99
Gráfico 15: PA Timbó – Nível de escolaridade da população que está estudando	100
Gráfico 16: PA Mata Verde – Nível de escolaridade das pessoas que estão estudando	100
Gráfico 17: PA Timbó – Adultos fora da idade escolar segundo o nível de escolaridade	101
Gráfico 18: PA Mata Verde - Adultos fora da idade escolar segundo o nível de escolaridade	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Limites territoriais do Assentamento Timbó	83
Figura 02: Representação das áreas com formações vegetais segundo a previsão de uso e destaque para as áreas degradadas do assentamento Timbó	84
Figura 03: Cachoeira no riacho Timbó localizados nas terras do assentamento Timbó. Espírito Santo, maio de 2009:	85
Figura 04: Limites territoriais do assentamento Mata Verde	86
Figura 05: Representação das áreas de preservação do assentamento Mata Verde	87
Figura 06: APA Piquiri/Una	87
Figura 07: APA Piquiri/Una	87
Figura 08: Estação de captação de água, para abastecer as comunidades vizinhas ao assentamento Mata Verde, também um dos pontos turísticos do assentamento	88
Figuras 09: Cultivos de feijão e milho do assentamento Timbó. Espírito Santo:	103
Figuras 10: Cultivos de feijão e milho do assentamento Timbó. Espírito Santo	103
Figura 11: Criação de aves do assentamento Timbó	106
Figura 12: Agrovila do assentamento Timbó e configuração das moradias. Espírito Santo, maio de 2009	112

Figura 13: Agrovila do assentamento Mata Verde. Espírito Santo, maio de 2009	112
--	-----

Figura 14: Canalização do Riacho Timbó, um dos pontos turísticos do assentamento Timbó	114
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Índice de Gini de concentração da propriedade da terra no Rio Grande do Norte	50
Tabela 02: Espírito Santo/RN. Composição da renda municipal:	72
Tabela 03: Estrutura Fundiária do município de Espírito Santo- RN, 1995	74
Tabela 04: Estrutura Fundiária do município de Espírito Santo/RN, 2006	75
Tabela 05: População dos assentamentos Mata Verde e Timbó por faixa etária e sexo	92
Tabela 06: Produção pecuária nos assentamentos Timbó e Mata Verde – 2009	107
Tabela 07: PA Mata Verde - Percepção dos impactos pelos assentados	118

LISTA DE SIGLAS

CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ETA – Estação de Tratamento de Água

FETARN - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio Grande do Norte.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Idema – Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente

Incra – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Km – Quilômetro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

PA – Projeto de Assentamento

RN - Rio Grande do Norte

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

THECNE - Cooperativa Multidisciplinar Potiguar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO E TERRITÓRIO	37
1.1 O debate clássico sobre questão agrária e campesinato	37
1.2 A repercussão do debate clássico no âmbito da geografia agrária brasileira	42
1.3 Sobre território	44
CAPÍTULO 2 - TERRITORIALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO RECENTE DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO NORTE	50
2.1 A espacialização da luta pela terra no Rio Grande do Norte	52
2.2 Territorialização da luta pela terra	59
CAPÍTULO 3 – DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO A CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS TIMBÓ E MATA VERDE	69
3.1 Formação do território, aspectos ambientais e socioeconômicos do município de Espírito Santo	69
3.2 A organização do espaço urbano	71
3.3 A organização do espaço agrário	74
3.3.1 A estrutura fundiária	74
3.3.2 A organização da produção agropecuária	76
3.3.3 As relações de trabalho rurais	78
3.4 A luta pela terra	79
3.5 Aspectos locais e ambientais dos assentamentos	82
3.5.1 O assentamento Timbó: aspectos locais e ambientais	82
3.5.2 O assentamento Mata Verde: aspectos locais e ambientais	86
CAPÍTULO 4 - IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS TIMBÓ E MATA VERDE	90
4.1 Os impactos territoriais da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde	90
4.1.1 Composição e naturalidade das famílias assentadas	91
4.1.2 Local de residência e trabalho anterior das famílias assentadas	94
4.1.3 Antigas relações de trabalho	95
4.1.4 Escolaridade dos assentados	99
4.1.5 Trabalho e Renda	102
4.1.5.1. A atividade agropecuária desenvolvida nos assentamentos: organização da produção e do trabalho	103
4.1.5.2 O artesanato	108
4.1.5.3 O trabalho fora dos assentamentos	108
4.1.5.4 Outras ocupações	110
4.1.5.5 Renda dos assentados	111
4.1.6 Condições de vida	111

4.1.7 Presença/participação em organizações de representação política e/ ou econômica	115
4.1.8 Percepção dos impactos.....	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES	130
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	131
APÊNDICE B - EXTRATO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO	135
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ASSENTAMENTOS TIMBÓ E MATA VERDE	137

INTRODUÇÃO

No início da colonização o território brasileiro foi dividido em grandes faixas de terra, conhecidas como capitanias hereditárias, que foram entregues a pessoas de confiança do rei denominadas de donatários. Estes tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver as capitanias. Os donatários sentiam-se donos absolutos das terras e valeram-se delas apenas para fins de grandeza pessoal e de ostentação de poder, fazendo fracassar este empreendimento (STRAZZACAPPA, 2006).

Com o fracasso do sistema de capitanias, instituiu-se pelo Governo Geral no Brasil o sistema sesmarial. Esse sistema consistia num instituto jurídico português criado em 1375 que foi adaptado para o Brasil e tinha como principal objetivo a normatização da distribuição de terras destinadas à produção. Durante o Governo Geral terras foram então doadas àqueles que tivessem posses para a construção de engenhos ou a quem tivesse condições de valorizá-las. Desse modo, como afirmam Moreira e Targino, “a distribuição das terras em sesmarias foi responsável tanto pelo caráter privado que adquiriu a propriedade da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade no Brasil” (1997, p. 48).

Em 17 de junho de 1822, o sistema sesmarial foi extinto e durante 28 anos o Brasil ficou sem nenhuma lei específica que regulamentasse o acesso à terra. Durante este período verificou-se a expansão da pequena unidade produtiva em terras devolutas. Simultaneamente, desenvolvia-se uma discussão sobre a questão fundiária brasileira, culminando com a criação da Lei de Terras de 1850. Esta lei regulamentou o acesso à terra o qual só seria possível por meio da compra. Dessa forma a terra adquiriu valor mercantil e se estabeleceu definitivamente o instituto da propriedade privada no país (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Com base no exposto, constata-se que há duas questões antigas relacionadas à propriedade da terra no Brasil: a concentração fundiária originária do processo histórico de distribuição das terras e a propriedade privada assegurada inicialmente pela Lei de Terras de 1850.

Nas oito constituições promulgadas a partir da proclamação da Independência do Brasil em 1822, apesar da questão agrária se fazer presente, não determinou o fim da propriedade privada da terra, nem garantiu o acesso à terra a quem nela trabalha (STRAZZACAPPA, 2006).

Na verdade, segundo Targino:

As sucessivas constituições federais asseguraram o direito privado de apropriação da terra. Quando passaram a explicitar a função social da propriedade da terra, os legisladores foram extremamente cuidadosos para, na prática, impedir a desapropriação quando essa função não fosse respeitada. Isto é, estabeleciam que a indenização ao proprietário pela terra desapropriada deveria ser feita previamente, em dinheiro e pelo preço de mercado. O que vale dizer que só marginalmente o Estado poderia intervir na estrutura fundiária do país, pois uma intervenção maciça implicaria em uma soma de recursos tão importante que a inviabilizava (2000, p. 4).

Deste modo, a concentração fundiária associada à privatização da terra está na base dos conflitos sociais que se desencadearam ao longo do tempo no campo brasileiro. Assim sendo, no Brasil, as lutas no campo não são fatos recentes, característicos dos dias atuais, pois já estavam presentes desde o início da colonização brasileira.

Para Oliveira (1990), os povos indígenas foram os primeiros a lutar pela defesa de seu território, sofrendo grande genocídio. A luta dos escravos negros, embora se caracterize mais como uma forma de luta por liberdade, também trouxe no seu bojo a necessidade de acesso livre à terra no momento em que redundou na formação de quilombos.

Mesmo com o fim da escravidão, as lutas no campo não cessaram. Elas assumiram aspectos diferentes. Merece destaque a Guerra de Canudos ocorrida no século XIX, e, posteriormente, as Guerras de Contestado, Trombas e Formoso ocorridas no século XX. A Guerra de Canudos ocorreu nos sertões da Bahia, durando cerca de um ano (1896-1897). Esta envolveu metade do exército brasileiro e milhares de sertanejos camponeses e resultou em, aproximadamente, cinco mil mortos (MARTINS, 1981). Os sertanejos eram pessoas do povo que, para fugir da crise econômica e social pela qual passava a região semi-árida na época, organizaram-se e formaram uma comunidade chamada Canudos, liderada por Antônio Conselheiro. Estado, Igreja e latifundiários viam em Canudos uma grande ameaça e, dessa forma, destruir Canudos tornou-se uma necessidade. Para o Estado, Canudos representava uma ameaça para a república emergente, um movimento de retorno à monarquia; para a Igreja, Canudos era visto como um movimento religioso que se solidificava fora do seu controle hierárquico; já os latifundiários temiam invasões e saques (TARGINO, 2002).

A Guerra do Contestado ocorreu de 1912 a 1916, no Sul do país, mais especificamente, nas regiões do Paraná e Santa Catarina. Pode ser considerado o maior confronto armado entre camponeses e o exército do Brasil, resultando em aproximadamente dois mil mortos. Tratou-se de um conflito armado entre pequenos produtores rurais camponeses ameaçados de expulsão de suas terras e os representantes do poder estadual e federal brasileiro a partir da autorização dada pelo governo a duas empresas americanas para a construção de uma estrada de ferro. Os camponeses se organizaram objetivando especialmente a regularização da posse de terras. Foi um conflito permeado pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença dos camponeses de que se tratava de uma Guerra Santa (MARTINS, 1981).

As Guerras de Trombas e Formoso ocorreram na região norte do Estado de Goiás, de 1950 a 1957. Tratou-se de conflitos entre os camponeses e grileiros, no qual os primeiros lutavam pela permanência nas suas posses, e os últimos pela expulsão dos camponeses e a formação de latifúndios (OLIVEIRA, 1990).

Ainda nos anos 50 do século XX, emerge na Zona da Mata do Nordeste o maior movimento camponês da história do Brasil até aquela época: as Ligas Camponesas. Esse movimento surgiu a partir da organização autônoma de alguns foreiros do engenho Galileia, no Estado de Pernambuco, que reivindicavam inicialmente melhorias nas condições de vida e trabalho como a construção de escolas, compra de implementos agrícolas e apoio governamental¹. O movimento das Ligas passou a sofrer repressão por parte dos grandes proprietários de terras da região que temiam que a organização tomasse maiores proporções. Diante da repressão, os trabalhadores resolveram buscar apoio na cidade, indo à Assembleia Legislativa onde passaram a receber ajuda do Partido Comunista do Brasil (PCB) que tinha como líder Francisco Julião, um advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na época.

¹ Sobre as Ligas Camponesas leia-se entre outros: AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982; AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas (1955-64)*. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades da UFPB, Campina Grande, 1981; BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide e GODOY, Rosa (org.) *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984; LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64*. Londrina: Ed. UEL/Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1996; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

O movimento teve uma expansão acelerada a partir da década de 1950 quando passou a abranger praticamente todo o Estado de Pernambuco, apesar de ter atuação mais intensa na Zona da Mata do Estado, adquirindo posteriormente repercussão nacional:

Foi com as Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60, que a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes, como sociedade beneficente dos defuntos, as ligas foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio (OLIVEIRA, 1990, p. 25-26).

Além do Estado de Pernambuco, as Ligas Camponesas se expandiram para outros estados como o da Paraíba e o do Rio Grande do Norte. O movimento das Ligas foi marcado pela violência expressa através de assassinatos das lideranças dos trabalhadores até a sua extinção resultante da repressão que sofreu a partir da implantação do regime militar em 1964.

O movimento sindical é outro movimento que se desenvolve no Brasil ao longo do tempo. De acordo com Malagodi (2004), ele surge na segunda metade dos anos de 1950, período do movimento das Ligas Camponesas, sendo regulamentado nos primeiros anos da década de 1960, sofrendo profundamente com o golpe de 1964.

A partir de 1965, o governo militar unificou todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, criando a estrutura legal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e transformando-o praticamente em um órgão mediador da aposentadoria no campo e repassador de benefícios sociais.

Na década de 1980, assistiu-se a uma renovação do sindicalismo rural com o seu envolvimento na luta pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de trabalho e salário dos trabalhadores assalariados, destacando-se no Nordeste, os sindicatos da zona canavieira. Mais recentemente, a esta luta tem se somado a luta pela terra mediada por alguns sindicatos.

Nos anos de 1970 e 1980, à exclusão histórica dos trabalhadores ao acesso à terra somou-se o avanço do capital na agricultura, responsável por profundas mudanças na organização da produção e do trabalho agrícola. A expansão da pecuária e das culturas de exportação e o avanço da mecanização e da quimificação da agricultura promovidos pelo processo de modernização agrícola foi responsável

pela expropriação/expulsão de milhares de camponeses, isto é, pela (des)territorialização de parcela significativa do campesinato.

A nova dinâmica assumida pelo modelo de acumulação capitalista no campo brasileiro propiciou o crescimento de uma classe proletária de origem rural que se colocou à disposição do mercado de trabalho na condição de assalariado tanto no campo como na cidade. Outra parcela de trabalhadores permaneceu no campo lutando pelo direito de viver e trabalhar na terra.

Esse processo de luta assume proporções mais significativas a partir de 1986, com a abertura política, o retorno à democracia no país com a Nova República e a consolidação da atuação dos movimentos sociais.

No início da Nova República foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa a desapropriação de 43.090 milhões de hectares de terras e o assentamento de 1,4 milhões de trabalhadores, criando assim toda uma expectativa para a classe trabalhadora em torno da reforma agrária. Porém o I PNRA não cumpriu mais que 10% de suas metas, o que resultou na eclosão de milhares de conflitos sociais no campo para apressar o processo de reforma agrária (OLIVEIRA, 1998).

É justamente junto a essa camada da população que irão atuar os movimentos sociais organizando os trabalhadores na luta pelo retorno à terra e na luta de resistência na terra. O ressurgimento da luta camponesa no campo se deu em pleno processo de redemocratização do país. No bojo do processo de democratização da terra e de intensificação dos conflitos por terra, surge em Cascavel, no Paraná, um movimento social que adquiriu expressão nacional e internacional: o MST. Para Fernandes (2001), o movimento é fruto do processo histórico de resistência camponesa e a força mais conhecida do campesinato brasileiro. No período de 1985 a 1990 este movimento se territorializou por vários estados, ganhando projeção em todas as regiões brasileiras, tendo como forma de luta a ocupação de latifúndios improdutivos. Essa estratégia de luta do MST foi adotada por outros movimentos sociais e pela Comissão Pastoral da Terra².

² A CPT já atuava na luta camponesa contra a expulsão e expropriação em algumas regiões brasileiras com destaque para as regiões Norte e Nordeste, bem antes do surgimento do MST. Merece realce sua atuação nessas duas regiões ainda durante a ditadura militar.

A ação dos movimentos sociais tem resultado no crescimento da organização dos trabalhadores e no fortalecimento da luta pela terra no Brasil exigindo ações do Estado que têm resultado na criação de assentamentos rurais.

No Rio Grande do Norte, o processo de formação do território foi marcado pela repetição: capitanias hereditárias, doação de sesmarias, Lei de Terras de 1850. De fato, o território do atual estado originou-se a partir da “Capitania do Rio Grande” doada ao desembargador João de Barros em 1535.

O lote compreendia 100 léguas ao norte do rio Jaguaribe à Bahia da Traição ao Sul. João de Barros recebeu depois outro lote de 50 léguas ao norte para o lado das terras do Maranhão, de acordo com a Foral de 41 de março de 1535, ‘imediatamente a seguir de igual teor dedicado a Ayres da Cunha’ (SANTOS, 2002, p. 33).

Enquanto as atividades coloniais no Rio Grande limitavam-se ao extrativismo vegetal, principalmente do pau-brasil, os nativos não ofereciam resistência chegando a trabalhar no corte da madeira para o embarque colaborando com os franceses. Esse comportamento foi se modificando a partir do momento em que os portugueses conseguiram expulsar os franceses³, apossaram-se do território e começaram a expandir a pecuária, a monocultura canavieira e o algodão.

A construção do Forte dos Reis Magos em 1598 foi o marco definitivo da posse portuguesa sobre o território norterriograndense. Também nessa época, fundou-se:

uma pequena povoação, em 25 de dezembro de 1599, situada numa área elevada, três quilômetros acima do forte e à margem direita do rio, por Jerônimo de Albuquerque – comandante do Forte dos Reis –, reforçando a presença física e cultural do homem branco (MONTEIRO, 2000, p. 32).

A estrutura produtiva do Estado começou a se estabelecer oficialmente com a doação da primeira sesmaria pelo capitão-mor de Pernambuco, em 1600, ao

³ Para a ocupação definitiva portuguesa havia a necessidade de expulsão dos franceses da capitania. As cartas régias de 1596 e 1597 determinaram as providências de natureza militar e econômica que deveriam ser tomadas para permitirem a conquista da capitania. O Governador-Geral do Brasil da época (Francisco de Souza) decidiu, com suporte das Cartas Régias, expulsar os franceses do Rio Grande do Norte fato consumado em 1597. Em seguida uma expedição formada pelo capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem e o da Paraíba, Feliciano Coelho, chegaram à barra do Rio Grande, concluindo assim o domínio ibérico sobre a capitania.

capitão-mor do Rio Grande do Norte João Rodrigues Colaço. A partir dessa sesmaria teve início o cultivo da terra com o emprego da mão de obra escrava negra. A partir dessa sesmaria, muitas outras foram doadas no Estado, tanto no litoral quanto em direção ao interior da capitania. Em 1614, já existiam 185 sesmarias no Estado (SANTOS, 2002).

Esse processo de ocupação do território estadual não se deu, porém, de forma passiva, tendo o nativo resistido bravamente à sua dominação e à dominação do seu território pelo colonizador.

A mais expressiva luta entre os colonizadores e os nativos no Rio Grande do Norte foi a chamada “Guerra dos Bárbaros”⁴ também conhecida como “Confederação dos Cariris” desenvolvida na segunda metade do século XVII. Ela envolveu os índios tapuias e se estendeu pelo território sertanejo de outros estados nordestinos como Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí e Ceará. A “Guerra dos Bárbaros” representou uma reação contra o processo de interiorização da pecuária e a tentativa do colonizador de domesticar e escravizar os nativos da região. A barreira à colonização construída pela resistência indígena foi denominada de “muro do demônio” pela força e resistência que apresentou às investidas do colonizador durante os anos de 1651 a 1704 (MACÊDO, 2000). Vencidos, os tapuias ou foram exterminados ou submetidos, e o processo de ocupação do território norte-rio-grandense foi definitivamente realizado pelos portugueses.

O desenvolvimento da atividade econômica nas sesmarias do litoral norte-rio-grandense foi o mesmo do verificado no litoral oriental nordestino, tendo como base a monocultura canavieira e a agroindústria do açúcar. O primeiro engenho instalado foi o de Cunhaú, construído numa sesmaria doada pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a seus filhos Antônio e Matias em 1604. Esse engenho já produzia açúcar em 1614 (SANTOS, 2002).

O povoamento do interior da capitania deu-se de forma lenta seguindo as margens dos rios. O desenvolvimento da pecuária conduziu à interiorização da população. A partir da construção de currais e de ranchos surgem as primeiras vilas que deram origem às cidades sertanejas.

Dessa forma, a primeira atividade econômica relevante no Estado do Rio Grande do Norte foi a atividade açucareira desenvolvida prioritariamente na zona da

⁴ A respeito da “Guerra dos Bárbaros” leia-se, entre outros, PUNTONI, Pedro, 2002.

costa litorânea, associada a outras culturas de caráter mais limitado como a criação de bovinos e culturas agrícolas de subsistência. A criação de bovinos expandiu-se com o passar do tempo para o interior a partir do crescimento dos rebanhos e, por volta do século XVII, tornou-se a atividade econômica mais importante da então Capitania do Rio Grande (SANTOS, 2002).

Clementino (1987) afirma que a organização econômica do sertão do Estado assumiu as mesmas características dos latifúndios açucareiros do litoral, ou seja, tanto no litoral quanto no interior emergiu a figura do grande proprietário de terras e detentor de poder. Submetida a este, estava uma população de trabalhadores pobres, sem-terra na condição de moradores, arrendatários e parceiros.

Após a luta pela terra travada no período colonial entre os índios e o colonizador, só nos anos de 1950 emerge um novo movimento de massa em torno da luta por terra, particularmente na Zona da Mata, como já foi demonstrado: as Ligas Camponesas. Estas também tiveram atuação no Rio Grande do Norte, porém não apresentaram a mesma vitalidade verificada em outros estados. Isto porque, paralela à implantação das Ligas, assistiu-se no Estado a uma disputa entre a Igreja Católica, o Partido Comunista e as próprias Ligas Camponesas pelo controle da liderança dos trabalhadores rurais. Foi, porém, a Igreja Católica quem avançou no processo de organização da classe trabalhadora a partir de 1960, através da organização sindical. Quando se tentou implantar as Ligas Camponesas no Estado, os sindicatos já tinham ganhado espaço com condições mais favoráveis.

A implantação das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte, portanto, só teve lugar entre 1962 e 1963, às vésperas do golpe militar. Deste modo, seu tempo de atuação no Estado foi muito curto. As associações que mais prosperaram foram as Ligas de Canguaretama que receberam influência das Ligas de Sapé, na Paraíba, mas foram completamente desmanteladas com a repressão desencadeada após o golpe (ROCHA FILHO, 2005).

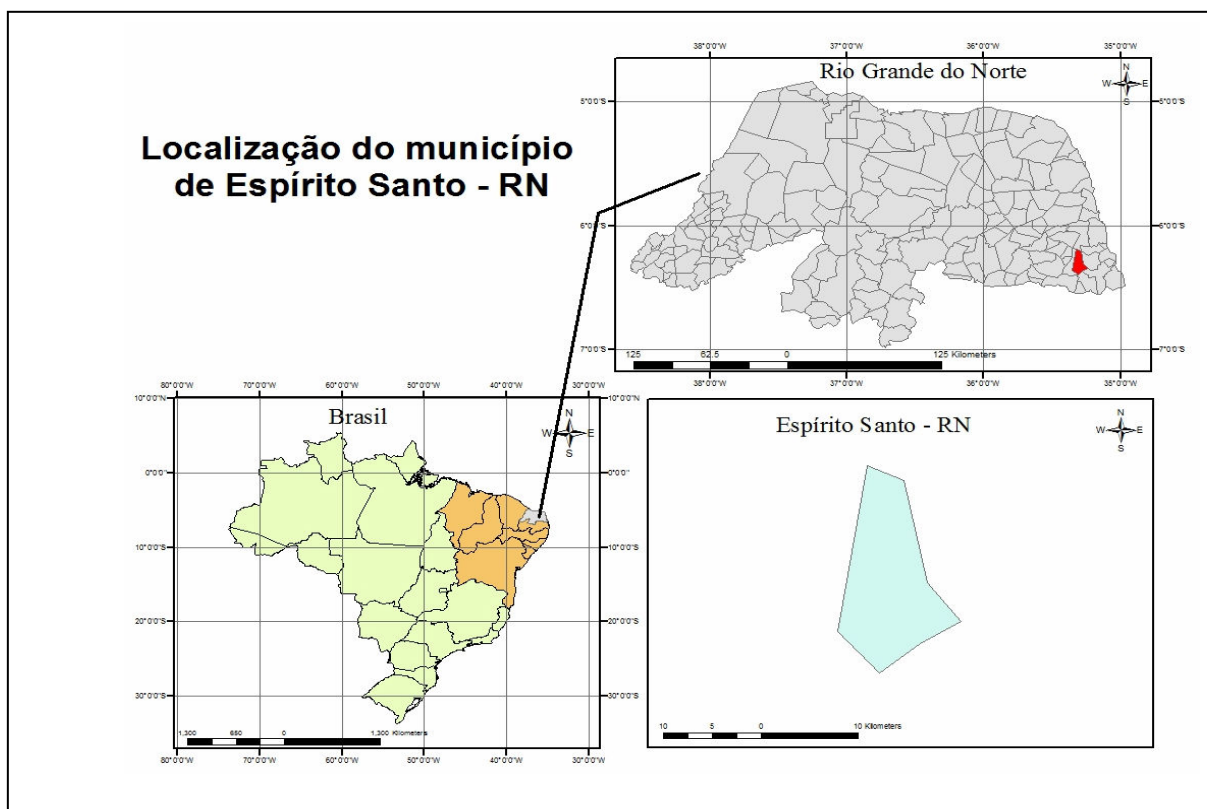
A política de modernização da agricultura promovida pelos governos militares incidiu na Zona da Mata particularmente na atividade canavieira através da implantação do Programa Nacional do Alcool (Proalcool). No rastro da expansão do Proalcool (entre 1975 e 1985) observou-se a expropriação de parcela significativa de produtores diretos (moradores e foreiros) que em grande parte retornaram ao campo na condição de assalariados residentes nas periferias urbanas. As condições de vida e trabalho desses trabalhadores agravaram-se, uma vez que de trabalhadores

permanentes com acesso à terra se transformaram em trabalhadores temporários despossuídos dos meios de produção. Isto sem falar nos baixos salários percebidos e nas péssimas condições de trabalho a que eram submetidos. Com a crise do Proalcool até mesmo o emprego sazonal reduziu-se drasticamente. Desse modo, ao processo de (des)territorialização do campesinato somou-se o desemprego e o aprofundamento da pobreza. Como resultado viu-se crescer as periferias das cidades em forma do que Moreira (2008) costuma chamar de “cordões de miséria” dando origem às “pontas de rua” e às favelas.

Com a presença do MST no Rio Grande do Norte, a adoção de sua estratégia de ação pela CPT e a atuação do movimento sindical, verifica-se o avanço da luta por terra, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1980 e mais fortemente nas décadas mais recentes de 1990 e 2000. Esta luta tem como meta a (re)territorialização camponesa. O resultado tem sido a criação de assentamentos rurais que representam o início de um processo de construção e consolidação do que Moreira (2007) denomina “Territórios de Esperança”. No processo de construção/consolidação desse território, podem ser identificadas transformações nas organizações agrárias anteriores que incidem sobre os mesmos e outros gerados pela própria dinâmica dos assentamentos.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar, a partir do resgate da luta pela terra, os impactos territoriais decorrentes da implantação de dois assentamentos rurais (Timbó e Mata Verde), aqui entendidos como “Territórios de Esperança”, no município norterio-grandense de Espírito Santo.

O município de Espírito Santo localiza-se no Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil. Está inserido na Microrregião do Litoral Sul, Mesorregião Leste Potiguar e abrange uma superfície de 158 km² que equivalem a 0,29% da superfície do Estado (IBGE, 2000) (Mapa 1). Trata-se de um município que integra a região canavieira do Estado e que conta com apenas dois assentamentos de reforma agrária.



Mapa 01: Localização do município de Espírito Santo/RN

Fonte: INCRA, 2009. Organização Silvana Lima; elaboração: Marylande Videres.

A escolha desse município e dos assentamentos nele presentes como objeto de estudo deveu-se a quatro fatos: a) a proximidade de Espírito Santo do município onde resido no Rio Grande de Norte, que facilitaria a realização dos trabalhos de campo; b) a curiosidade despertada sobre os assentamentos Timbó e Mata Verde após assistir uma reportagem na televisão sobre os mesmos; c) a familiaridade com o território e com as pessoas, adquirida quando realizei a pesquisa que originou minha monografia de graduação; d) a necessidade de buscar respostas para questões surgidas na pesquisa realizada e que exigiam uma ampliação e um maior aprofundamento do conhecimento da realidade da área de estudo.

No que se refere à escolha do tema, esta se encontra diretamente vinculada à minha trajetória acadêmica que teve início na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus de Guarabira. Foi lá que me iniciei na pesquisa científica e realizei meus primeiros trabalhos no âmbito da geografia agrária. O interesse pelo estudo nesta área do conhecimento geográfico enfatizando particularmente os assentamentos rurais se consolidou quando tive que definir o tema de estudo para a

minha monografia de graduação. Ficou claro para mim que esta era a área da geografia de meu interesse.

Terminada a graduação, me submeti à seleção para o curso de pós-graduação em Geografia da UFPB, onde apresentei um projeto sobre os impactos territoriais da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde. A ideia era dar continuidade, no mestrado, aos estudos realizados para a minha monografia de graduação aprimorando meus conhecimentos sobre o tema. E foi este o caminho seguido após ter conseguido passar na seleção e ter concluído os créditos do mestrado.

Para a realização deste estudo, foram definidos o território e o campesinato como categorias de análise e dedicado um capítulo à sua discussão. Já os conceitos básicos de suporte definidos com base no objetivo do trabalho são os de impacto territorial e assentamento rural.

O “impacto territorial” é entendido no âmbito do trabalho, no sentido de processo de transformação ativado/desencadeado pela criação de projetos de assentamento. Os ritmos e intensidade desses impactos são variáveis e podem assumir dimensão econômica, política, social e ambiental. Os impactos territoriais dos assentamentos podem ser internos e externos. Os impactos internos são identificados com base em estudos sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais que caracterizam os assentamentos na sua dinâmica interna. Os impactos externos dos assentamentos dizem respeito às mudanças observadas após a sua implantação em nível de articulação com a sede municipal e com a região e podem ser avaliados através de estudos sobre sua participação nas feiras, no comércio e até mesmo na política local e/ou regional.

No que se refere ao assentamento rural, o termo assentamento, segundo Bergamasco (1996),

apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu por inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO 1996, p. 07).

No Brasil, porém, o assentamento rural só passa a ser objeto de discussão a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), pois os governos militares

deram ênfase apenas às atividades de colonização, “em detrimento de qualquer programa que pudesse expressar uma política clara de reforma agrária no país” (MIRAD/INCRA, 1987, p.5)⁵.

A partir de então surgem muitas formas de compreensão do significado de assentamento rural, sendo que para o Incra sua constituição está diretamente relacionada à etapa posterior à desapropriação de terras e se dá com a criação de um projeto de assentamento, de uma associação de produtores rurais e com a fixação do trabalhador nos lotes. O projeto de assentamento, segundo a percepção do Incra:

É criado a partir da desapropriação, aquisição ou transferência de um imóvel improdutivo, acima dos 15 módulos fiscais⁶, destinado ao assentamento de famílias, no objetivo de torná-lo produtivo, adequando-se ao programa de reforma agrária, através do Governo Federal. Desta forma, o assentamento é o local onde as famílias, aderindo ao processo de reforma agrária, irão encontrar condições de moradia, trabalho e constituição de renda para sua manutenção, cabendo ao Incra, oferecer a infraestrutura básica⁷ (depoimento concedido pelo técnico do Incra-PB, Jorge Luís de Sousa Lima apud FREITAS, 2001, p. 15).

De acordo com Fernandes, porém, para os movimentos sociais o assentamento é “a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência” (FERNANDES, 1999, p. 21). “Nessa concepção, o trabalhador é antes de tudo um ator social e um sujeito coletivo envolvido na luta pelos direitos a uma cidadania plena” (FREITAS, 2001, p. 15).

Segundo Freitas (2001),

A concretização da reforma agrária e da sua expressão mais concreta, os assentamentos rurais, é responsável por profundas mudanças na organização do espaço agrário e reflete até mesmo sobre o espaço urbano. Isto porque de um lado, a redistribuição de terras promove alterações na estrutura fundiária, na forma de uso da terra e na paisagem rural e, de outro, o acesso à terra a um número significativo de famílias, o que incide na composição da população

⁵ Segundo Fernandes (1999, p. 21), as referências sobre a origem do termo assentamento referem-se à década de 60 e ao Estatuto da Terra onde o termo aparece pela primeira vez e no Chile durante a reforma no período de 1964 a 1970. Todavia, só recentemente seu significado tem sido mais profundamente analisado.

⁶ Segundo o Incra, o módulo fiscal diz respeito a um número de hectares que serve de base para o cálculo da quantidade de terra a ser desapropriada, que varia para cada região.

⁷ Para o Incra, infraestrutura básica significa: abertura de estradas para acesso ao projeto de assentamento, eletrificação rural, água para consumo humano, financiamento da produção, créditos de instalação e investimentos através Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

local, na dinâmica do comércio e dos serviços das cidades, na vida política e cultural das áreas polarizadas por esses assentamentos (p. 15).

Para Moreira (2006), o assentamento de reforma agrária pode ser entendido como um “território de esperança” repleto de contradições, mas também de expectativas, na medida em que ele sinaliza para a construção de uma experiência de organização social nova.

Neste trabalho concorda-se com Fernandes (1999) na medida em que considera-se o assentamento como “a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência” e com Moreira (2006), quando entende-se que esse lugar de resistência é um “território de esperança” repleto de contradições, mas também de expectativas quanto à possibilidade de construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista dominante no campo brasileiro.

A hipótese central do trabalho é a de que, nos assentamentos estudados, o processo de luta e conquista da terra, de construção de territórios de esperança, é responsável por impactos territoriais que repercutem na qualidade de vida das famílias assentadas e nas relações homem-homem, homem-natureza.

Para levar a efeito este trabalho, vários procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa foram utilizados tais como:

a) levantamento bibliográfico. Foi realizado um levantamento bibliográfico com base no qual se estruturou um banco de dados bibliográficos referente à temática trabalhada. Esse levantamento foi realizado nas bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; nas bibliotecas municipais de Guarabira/PB e de Espírito Santo/RN; na Biblioteca “Câmara Cascudo” em Natal/RN; no banco de teses da Capes; em sites como Scielo.

b) levantamento de dados secundários. Os dados secundários foram coletados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Espírito Santo/RN; na Secretaria de Estado de Assentamentos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (Seara); na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN); no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No IBGE foram levantados, nos censos agropecuários do Rio Grande do Norte de 1995-96 e de 2006, dados sobre a estrutura fundiária e as relações de trabalho referentes ao

município de Espírito Santo, e nas Pesquisas sobre a Produção Agrícola e Pecuária Municipal, dados sobre a produção agrícola e pecuária de 1990 até 2008. Esses dados serviram de base às análises sobre a organização da produção e do trabalho na agropecuária do município. No Incra foram levantadas informações sobre as áreas de assentamento e de conflito do Estado, bem como se teve acesso a cópias dos mapas da distribuição espacial de todos os assentamentos do RN, e também cópias dos croquis dos assentamentos Timbó e Mata Verde. Consultou-se ainda documentos e processos referentes aos projetos de assentamentos estudados, tanto no Incra como nas outras instituições visitadas acima mencionadas.

c) pesquisa de campo. A pesquisa de campo compreendeu várias etapas, a saber:

c₁) etapa de reconhecimento das áreas objeto de estudo. Esta etapa foi efetuada ainda no período da graduação, quando visitou-se os assentamentos, entrou-se em contato com os assentados e efetuou-se algumas entrevistas que foram utilizadas tanto na minha monografia de graduação como neste trabalho de dissertação;

c₂) escolha do tema e do objeto de investigação. O interesse pelo tema surgiu ainda no período da graduação em Geografia quando foi definido como objeto de estudo para o trabalho de conclusão de curso os assentamentos situados no município de Espírito Santo, no Rio Grande do Norte, Estado onde resido. Nesse momento o enfoque central da pesquisa foi a análise da relação entre o homem e a natureza nos assentamentos. O contato direto com a realidade no campo durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intensificou o interesse pela temática. No mestrado decidiu-se aprofundar a pesquisa com base em novos direcionamentos que foram surgindo, sobretudo a partir da minha integração ao Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC/DGEOC/UFPB), coordenado pela professora Emília Moreira. Dentro desse grupo, existe uma pesquisa em desenvolvimento sobre o tema “Territórios de Esperança”, de responsabilidade da mesma, que resgata a luta pela terra que deu origem a assentamentos rurais na Paraíba e as formas assumidas pelos territórios conquistados. Busca assim identificar as contradições, os avanços e os limites da luta pela terra e pela vida na terra. Assim, com base nas discussões realizadas e nas leituras efetuadas dentro da perspectiva desta pesquisa, decidiu-se desenvolver este trabalho de dissertação seguindo o caminho metodológico da mesma.

c₃) aplicação de questionários. A finalidade da aplicação de questionários foi de coletar informações que permitissem obter uma visão mais detalhada das formas de organização da produção e do trabalho, bem como da participação social e política dos assentados buscando entender os impactos da criação dos assentamentos na vida e no trabalho destes. Para tanto, tomou-se como amostra aproximadamente 50% das famílias assentadas em cada assentamento estudado. No Assentamento Timbó onde estão assentadas 29 famílias aplicamos 15 questionários junto a 15 famílias. No Assentamento Mata Verde, onde estão assentadas 28 famílias, aplicamos 14 questionários junto a 14 famílias. A escolha desse percentual foi influenciada de um lado, pela experiência da pesquisa efetuada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro juntamente com o Museu Nacional nos anos de 2000 e 2001, sobre os impactos dos assentamentos. Esta pesquisa, de âmbito nacional, considerou ser 10% das famílias assentadas representativas para o estudo realizado uma vez que a abrangência da pesquisa era muito grande em nível do território nacional. No caso dos assentamentos do município de Espírito Santo/RN, como se trata de um número reduzido e de um único município estudado, considerou-se que ampliar a amostra para 50% das famílias assentadas em cada área permitiria uma visão mais detalhada do conjunto. As famílias foram escolhidas aleatoriamente, porém para responder aos questionários deu-se preferência ao titular do lote por acreditar que este tem informações mais precisas. O questionário contém informações sobre o conjunto da família (v. anexo).

c₄) realização de entrevistas. A entrevista é considerada uma técnica importante para a pesquisa geográfica, entre outras coisas, por possibilitar a obtenção de informações mais detalhadas sobre o objeto pesquisado. O interesse maior foi o de apreender a dinâmica interna e externa do assentamento e os possíveis impactos territoriais decorrentes de sua criação através do olhar diversificado dos diversos atores sociais ali presentes. Buscou-se também, através das entrevistas, resgatar a forma de organização do território anterior à criação do assentamento, a história da luta pela terra e as perspectivas de futuro. Foram entrevistados os representantes das associações de produtores rurais dos assentamentos, agentes de saúde, representantes do movimento sindical, técnicos da Emater e representantes do poder municipal.

c₅) visita detalhada aos lotes, nas áreas comuns e de preservação permanente nas duas áreas de assentamentos. Para tanto, utilizou-se o procedimento metodológico da observação participante. Para Becker (1999, p. 47), “o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda a fim de obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto”. A principal atuação do pesquisador participante é observar as pessoas que está estudando nas diversas situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Descobre, a partir da conversação, as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos observados. De acordo com Oliveira (2007), a observação participante pode acontecer de forma natural ou artificial. A primeira acontece quando o observador é parte integrante do grupo. A segunda, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar a pesquisa. Essa integração pode ocorrer de forma disfarçada ou revelando os motivos de sua integração ao grupo pesquisado.

Nesse sentido, a aplicação do procedimento de observação participante na área estudada foi realizada a partir da integração ao grupo pesquisado, revelando ao mesmo os motivos da nossa presença. Durante as observações foi possível acompanhar os trabalhadores em diversas atividades: enquanto trabalhavam na agricultura, quando se organizavam em suas residências, e quando participavam de reuniões com representantes dos diversos órgãos relacionados aos assentamentos: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Cooperativa de Trabalhadores Multidisciplinar Potiguar (TECHNE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Pôde-se viver um pouco de acordo com suas rotinas, permanecendo em companhia de diversas famílias e pequenos grupos de trabalhadores durante alguns dias por semana no decorrer de um ano. Nas situações de observação havia espaços para conversas casuais, e aproveitou-se isso para falar de coisas que tinham acontecido e estavam previstas para acontecer, e também sobre as experiências anteriores e as aspirações dos assentados.

O pesquisador, em seu plano lógico-intelectual, define um cenário de observações no qual ele entra em cena, envolve-se e vive o momento e os desdobramentos tempo-espacial e socioambiental de parte das experiências. Assim dá-se o envolvimento com a área escolhida para a pesquisa empírica (MARIANO NETO, 2006, p. 145).

Durante a pesquisa foi esse tipo de envolvimento que se teve com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com os órgãos governamentais e não governamentais que atuam nos PAs e, sobretudo, com as diversas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Buscou-se participar das discussões e colher as informações necessárias através de conversas informais adquirindo respostas espontâneas. Ao mesmo tempo foram realizadas anotações, descrições e análises dos dados colhidos.

d) documentação fotográfica. Foi realizada uma ampla documentação fotográfica dos dois assentamentos estudados, de modo a possibilitar uma representação visual dos diversos aspectos abordados no trabalho;

e) cartografia. Os trabalhos cartográficos são fundamentais para a representação do espaço estudado. Foram construídos mapas temáticos representativos das informações relativas à localização do município de Espírito Santo, da distribuição espacial dos conflitos, dos assentamentos e dos movimentos sociais que participam da luta pela terra no Estado. Foram utilizados também mapas dos assentamentos estudados obtidos em algumas fontes de pesquisa.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro aborda a discussão sobre campesinato e território, categorias fundamentais para a compreensão da permanência do campesinato numa sociedade moldada segundo o modo de produção capitalista e para o entendimento das mudanças territoriais resultantes da criação e implementação de assentamentos de reforma agrária. O segundo se atém ao estudo do processo recente de espacialização e de territorialização da luta pela terra no Rio Grande do Norte, dando ênfase à distribuição espacial dos conflitos de terra e à territorialização da luta por terra através da criação de assentamentos rurais. O terceiro capítulo caracteriza o município de Espírito Santo, dando ênfase à organização recente do seu espaço agrário buscando identificar os fatores que se encontram na base da criação dos assentamentos nele situados, recupera a luta que culminou com a criação dos assentamentos e realiza uma breve descrição da configuração territorial e ambiental dos mesmos. O quarto e último capítulo descreve os impactos territoriais da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde.

CAPÍTULO 1 - CAMPEsinATO E TERRITÓRIO

O debate clássico sobre a questão agrária se fundamenta na tese da generalização das relações capitalistas no interior da produção agrícola e na consequente desintegração do campesinato. Este debate teve lugar durante e depois da Revolução Russa deflagrada em 1917 e foi polarizado pelos enfoques dos trabalhos de Lênin, que representava o grupo marxista da social democracia, dos trabalhos de Chayanov, representante dos populistas da Escola da Organização e Produção, e de Kautsky.

Apresenta-se a seguir os elementos fundantes desse debate e como ele influenciou os estudos agrários e de geografia agrária no Brasil.

1.1 O debate clássico sobre questão agrária e campesinato

Os estudos realizados e deixados por Karl Marx se pautam na realidade por ele analisada sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Com base nesses estudos, Marx conclui que na medida em que o modo de produção capitalista se expande, a propriedade camponesa tende a desaparecer, sendo substituída pela exploração capitalista que visa exclusivamente o lucro e sua reprodução.

Esse processo de dissociação do trabalhador dos meios de produção é abordado no capítulo XXIV do livro I *O Capital* que trata da Acumulação Primitiva. De sua leitura apreende-se que, segundo Marx, o processo que dá origem à estrutura econômica da sociedade capitalista tem suas raízes na sociedade feudal. A dissolução dessa sociedade criou as bases necessárias à constituição do capitalismo. Isto porque o servo não poderia dispor de sua força de trabalho para se transformar em operário se permanecesse ligado à terra e ao senhor. Os laços servis, portanto, precisavam ser extintos. Para tanto se fez necessário a separação do trabalhador dos meios de produção. Marx mostra que, na Inglaterra, este processo foi longo e doloroso (teve início no final do século XV e começo do século XVI e só foi concluído no século XIX). O campesinato foi gradativamente destruído, suas terras foram transformadas em campos de caça, em áreas de pastagem ou de

plantações e a grande massa dos camponeses foi transformada em assalariados rurais e urbanos e apenas um insignificante número juntou-se à classe dos arrendatários.

Na mais arrogante oposição ao rei e ao parlamento, também o grande senhor feudal criou um proletariado e desigualmente maior, ao expulsar violentamente o campesinato da terra, sobre que este tinha o mesmo título de direito feudal que ele próprio, e ao usurpar da sua terra comunal. O impulso imediato neste sentido foi dado na Inglaterra nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga da lã e o correspondente aumento dos preços da lã. As grandes guerras feudais tinham devorado a velha nobreza feudal, e a nova era filha do seu tempo, sendo para ela o dinheiro o poder de todos os poderes. Transformação da terra arável em pastagem de carneiros tornou-se, portanto, a sua consigna. Harrison, na sua *Description of England. Prefixed to Holinshed's Chronicles [Descrição de Inglaterra. Anteposta às Crônicas de Holinshed]*, descreve como a expropriação dos pequenos camponeses arruinou o campo. «*What care our great encroachers!*» («O que interessa aos nossos grandes usurpadores!») As habitações dos camponeses e as *cottages* dos operários foram violentamente arrasadas ou abandonadas à ruína (1867, p.7)⁸.

A análise da acumulação primitiva feita por Marx, portanto, tem como base a experiência inglesa.

A abordagem de Lênin (1982) sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia reafirma o argumento apresentado por Marx da desintegração do campesinato, embora o enfoque por ele dado seja diferente. Baseando-se em dados estatísticos dos zemstvos⁹ situados em diversas províncias da Rússia, sobre os bens materiais das unidades camponesas tais como o número de cavalos, a área semeada e os equipamentos existentes, ele identificou uma “diferenciação social” no universo camponês russo. Esta é representada por três segmentos: os camponeses ricos, os médios e os pobres. Concluiu que com o desenvolvimento do capitalismo, o

⁸ Primeira Edição: K. Marx, Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie, Erster Band, Hamburg, 1867. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, **Editorial "Avante!"**. Tradução: José Barata-Moura e Álvaro Pina (Publicado segundo o texto da 4. edição alemã de 1890. Traduzido do alemão). Transcrição e Html: **Fernando A. S. Araújo**, agosto 2008. Direitos de Reprodução: © Direitos de tradução em língua portuguesa reservados por **Editorial "Avante!"** - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm>

⁹ Os *Zemstvos* eram formas “de autoadministração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia tsarista, introduzida em 1864. A competência dos zemstvos era limitada às questões econômicas puramente locais (organização dos hospitais, construção de estradas, estatísticas, seguros). A sua atividade desenvolvia-se sob o controlo dos governadores e do ministro do Interior, que podiam suspender as resoluções indesejáveis para o governo. Cf. Dicionário Político – Marxists Internet Archive.

Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/z/zemstvo.htm>.

camponês médio se não enriquecesse (comprando terras, melhorando seus estabelecimentos, introduzindo arados de ferro, desenvolvendo culturas e forragens), tenderia a desaparecer pelo empobrecimento e consequente perda dos seus meios de produção. Assim sendo, iria se juntar aos camponeses pobres (que abandonam suas terras ou as alugam e ficam desprovidos de animal de tração para trabalhar a terra) e se transformaria, juntamente com estes, em assalariados rurais ou operários.

A migração e o fato dos imigrantes em grande parte passarem à condição de assalariados da agricultura também constituiriam, para Lênin, fatores responsáveis pela desintegração do campesinato. Desse modo, o campesinato antigo deixaria de existir, seria inteiramente substituído por novos tipos de população rural que constituiriam a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista: a burguesia rural e o proletariado rural.

Kautsky (1986), na obra *A Questão Agrária* (séc. XIX) também analisa a influência do capitalismo sobre a agricultura. Sua análise, porém, está centrada na questão da superioridade da grande exploração em relação à pequena. Ele também busca demonstrar, sob o ponto de vista marxista, a importância das classes do proletariado e do capitalista no modo de produção capitalista, fazendo uma análise sobre o desenvolvimento da agricultura paralelo ao da indústria. Reconhece o capitalismo como modo de produção dominante, porém não como único modo de produção, pois para ele existem ao lado do capitalismo restos de modos de produção pré-capitalistas.

Ao comparar a grande e a pequena propriedade, chama a atenção para o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo considerando que a sua incorporação pela grande propriedade é maior, o que consequentemente lhe confere superioridade técnica e rendimento superior em relação às pequenas propriedades. Abre uma brecha para a possibilidade de sobrevivência da agricultura camponesa a partir da sua organização em cooperativas.

Para Kautsky (1986), a diferenciação técnica entre a grande e a pequena exploração fortalece a separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, possibilitando o domínio quase que absoluto do assalariamento. Compreende, assim, a questão agrária a partir das transformações nas relações de trabalho e de produção motivadas pela industrialização e que nesse

contexto, a unidade de produção camponesa seria progressivamente substituída pelas empresas capitalistas.

À tese da desintegração do campesinato e da generalização das relações de produção capitalistas defendidas por Lênin e Kautsky contrapõe-se a posição de Chayanov, representante da corrente populista russa. Para este, apesar do predomínio das formas capitalistas de produção, prevalece na maioria dos países, um tipo de exploração camponesa.

Chayanov chefiou a seção agrária da Academia de Ciências da URSS, até os anos de 1930, quando passou a ser perseguido pelo governo stalinista sendo expurgado e exterminado¹⁰ (ABRAMOVAY, 1990). Preocupado em definir políticas que subsidiassem o campesinato, ele também realizou estudos sobre os Zemstvos. Por considerar que a organização, a dinâmica e a racionalidade dessas unidades de exploração não podiam ser analisadas com base nas teorias econômicas clássicas e nem tampouco nas teorias modernas delas derivadas, elaborou estudos a partir de informações sobre o tamanho das unidades produtivas, os tipos de cultivos, o tamanho da família camponesa, sua composição por sexo e idade, a quantidade de consumo e a produção de artesanato. Com base na análise dessas informações e nas observações realizadas, ele elaborou uma teoria sobre a unidade econômica camponesa, que tem por fundamento a sua lógica interna, baseada no trabalho e no consumo do camponês e de sua família.

A preocupação de Chayanov (1974) localizava-se na generalização que se fazia ao interpretar a questão agrária no desenvolvimento capitalista, afirmando que não se poderia utilizar categorias do capitalismo, tais como salário e produtividade, para pensar ou conceituar o camponês da pequena unidade de produção. Pela sua diversidade e especificidade (a partir disto, se universaliza a categoria) haveria a necessidade de se construir uma teoria própria para a interpretação e estudo da organização da unidade de produção familiar. O autor utilizava para caracterizar este segmento social, o ciclo familiar: tamanho da família, a relação entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam. O conceito de família não se resumia à família nuclear (pai, mãe, filhos, parentes); era mais amplo. Abrangia os membros que moravam sob o mesmo teto, mas estendia-se aos membros que trabalhavam juntos na mesma terra; ou que compartilhavam um parentesco distante. Em sua análise o autor nos leva à seguinte conclusão: não havia incompatibilidade

¹⁰ Contrário à política de coletivização total de Stalin, foi perseguido e preso em 1930. Submeteu-se a um julgamento secreto em 1932, tendo sido condenado a 5 anos de trabalhos forçados. Em 3 de outubro de 1937 foi novamente detido, julgado e fuzilado no mesmo dia.

entre as comunas e o socialismo. Neste sentido, a sociedade camponesa em qualquer momento estaria “apta” para funcionar sob o sistema socialista (LIMA, 2009, p. 13).

Chayanov (1974) critica a necessidade de se estabelecer uma teoria econômica universal cujos conceitos e leis abarcariam todas as possíveis formas de vida econômica humana. Afirma que para cada atividade econômica, mesmo que apresentem fenômenos universais de atividades, como aumento de produção, intensificação da atividade agrícola, organização da produção, etc., cada um desses sistemas apresenta características muito particulares com propósitos diversos. Tentar enquadrá-los através de uma teoria universal generalizada só produziria doutrinas muito generalizadas e vazias de conteúdos.

Este debate clássico realizado na Rússia, polarizado particularmente por Lênin (com suas ideias voltadas para uma conjuntura revolucionária) e Chayanov (que elaborou seus escritos para o período de implementação da revolução), foi marcado pela proposição de métodos de análise da realidade para a compreensão da questão agrária no capitalismo, que se difundiram e contribuíram significativamente com os estudos sobre o campesinato.

No Brasil, o debate chegou através do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Criado em 25 de março de 1922, o PCB adotou e difundiu a interpretação leninista,

em meio ao contexto internacional de vitória da Revolução Soviética de 1917 na Rússia e da criação da Internacional Comunista em 1919, episódios históricos que sinalizavam, para o movimento operário e sindical no Brasil, a possibilidade real de vitória das forças proletárias no combate ao capitalismo¹¹.

Muitos trabalhos científicos sobre a realidade do campo brasileiro realizados entre 1960 e 1990 (e mesmo nos dias atuais) adotaram e adotam a abordagem leninista na análise da realidade brasileira.

A identificação de traços do feudalismo na organização do espaço colonial feita por Caio Prado Junior (2000) reforçou a adoção dessa interpretação. As análises realizadas baseavam-se na certeza de que as condições sociais do campesinato brasileiro eram de total desapropriação. Dessa forma, como defendia

¹¹ Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Partido Comunista Brasileiro: 88 ANOS DE LUTAS. Disponível em: <http://www.kaosenlared.net/noticia/partido-comunista-brasileiro-88-anos-lutas>.

Lênin, era possível pular as etapas de desenvolvimento do capitalismo e implantar o socialismo de modo mais rápido. Mais recentemente, Abramovay (1990), ao analisar as características do campesinato, retoma os princípios das teses marxistas e procura demonstrar a incompatibilidade entre capitalismo e campesinato.

Oliveira (1991) distingue a influência do debate clássico em três grupos de pesquisadores brasileiros: a) os que entendem o desenvolvimento do modo de produção capitalista através da generalização das relações de produção tipicamente capitalistas no espaço agrário, através da modernização dos latifúndios ou da destruição do campesinato. Visto por este prisma, o campesinato está em processo de extinção, quer pela sua transformação em assalariado, quer pela sua transformação em um camponês abastado; b) aqueles que imputam a dissolução das relações comunitárias tornando-as mercantis, e, tornando o camponês um proletário à penetração do capitalismo no campo e; c) os que compreendem as relações de produção não tipicamente capitalistas, no espaço rural, como produto das contradições do próprio modo de produção capitalista. Essas interpretações são também encontradas na geografia agrária brasileira.

1.2 A repercussão do debate clássico no âmbito da geografia agrária brasileira

Na atualidade, a geografia agrária brasileira tem retomado o debate clássico da questão agrária e do campesinato e dele também tem brotado uma diversidade de enfoques buscando, particularmente, explicar a permanência/resistência camponesa no campo brasileiro.

Destaca-se a contribuição de Ariovaldo Umbelino de Oliveira como aquela que, na segunda metade do século XX, abre um maior espaço para o crescimento da produção acadêmica em torno desse debate e sua interpretação aplicando-o ao caso brasileiro. Ele defende a tese do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e da persistência do campesinato no interior do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 1997).

Segundo Oliveira:

A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das

relações não capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital (1995, p. 67).

Aplicando esta teoria ao caso brasileiro, Oliveira afirma que:

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (1999, p. 73).

Isso significa, em outras palavras, que o avanço do capitalismo no território brasileiro estabeleceu, de um lado, relações de produção especificamente capitalistas na medida em que expropriou o trabalhador rural deixando-o desprovido dos meios de produção e, de outro lado, permitiu o crescimento e a permanência das relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno agricultor camponês.

Complementando essa discussão, Oliveira (1997, p. 49) afirma que “é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral”. Segundo este autor, na reprodução da unidade familiar camponesa, a terra é ferramenta essencial e objeto de disputa entre classes sociais, tendo de um lado os capitalistas que se apropriam da terra para ostentação de poder e reprodução do capital, e do outro os camponeses que diferentemente do capitalismo, não buscam a extração da renda a partir da produção para o mercado, mas a reprodução da unidade familiar. Esse movimento de luta de classes é característica no Brasil desde o início da ocupação no período colonial (OLIVEIRA, 1997).

Fernandes (2001) afirma que a sobrevivência do campesinato deve-se à sua luta contra a expropriação e a proletarianização causada pelo desenvolvimento capitalista. A destruição do campesinato em um lugar faz com que ele seja recriado em outro, ao mesmo tempo, ou, o contrário pode acontecer: ser recriado no mesmo lugar em outro tempo. Para este autor, a territorialização do capital pode levar tanto à destruição do campesinato como à sua recriação. Porém, na sua territorialização, o capital expropria o campesinato muito mais rápido do que recria sendo, portanto,

muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato (FERNANDES, 2002). Isso resulta na organização dos camponeses expropriados em torno da luta por mudanças conjunturais que diminuam as desigualdades e, dessa forma, o campesinato também é recriado por meio da luta pela terra. Agindo assim, estão lutando contra o capital que tem interesse em se apropriar da renda da terra (FERNANDES, 2002).

O campesinato ainda pode se recriar a partir da compra e ou da desapropriação da terra, assim como acontece com a formação de assentamentos rurais, a partir da mediação na luta pela terra dos movimentos sociais no campo.

Não pode-se perder de vista, tampouco, que tanto o avanço do capital sobre a agricultura como a persistência do campesinato estão fortemente relacionados aos processos de territorialização, (des)territorialização e de (re)territorialização, o que remete à discussão geográfica sobre o território e sobre esses conceitos dele derivados. A importância dessa discussão para o trabalho acha-se relacionada à sua própria constituição na medida em que são os processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização que estão na base da formação dos territórios constituídos pelos assentamentos estudados.

1.3 Sobre território

Sabe-se que, inicialmente, “o conhecimento geográfico era eminentemente prático, empírico, limitava-se a catalogar e cartografar nomes de lugares” (ANDRADE, 1969). Porém, com o passar do tempo, de acordo com as transformações da sociedade em diferentes tempos históricos, a Geografia evoluiu e se desenvolveu como conhecimento organizado adentrando nas universidades a partir do século XIX por influência das obras de Alexandre von Humboldt e de Carl Ritter, inicialmente na Alemanha e, posteriormente, na França até sua difusão pelos demais países do mundo (ANDRADE, 1969).

Assim sendo, alguns conceitos tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento da ciência geográfica, como espaço, região, território, lugar e paisagem, conceitos estes que foram utilizados de acordo com os diferentes acontecimentos em tempos distintos e com a visão particular de mundo de cada autor.

Na chamada Geografia Clássica, Humboldt falava de superfície terrestre, Ritter enfatizava o conceito de lugar, Ratzel, por sua vez apontava o conceito de território e “espaço vital” enquanto fundamentais para a análise geográfica, La Blache abordava a região e a paisagem (TOSTA SOUZA, 2008, p. 91).

De acordo com o desenvolvimento da ciência geográfica, os conceitos foram se modificando e ganhando importância de conformidade com o período, os fatos históricos e as concepções filosóficas e ideológicas de cada autor. Atualmente eles apresentam-se associados aos acontecimentos históricos que vêm se desenvolvendo na sociedade.

Ao recuperar a discussão teórico-conceitual sobre o território, constata-se que embora o conceito tenha sido formulado no século XVII, sua sistematização deve-se a Friedrich Ratzel na tradicional geografia política, através de sua obra *Politische Geographie* publicada em 1897. O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Nesse caso, a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta às origens do termo na Zoologia e na Botânica (onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal).

Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possuiu, é a posse que lhe dá identidade (RATZEL *apud* MORAES, 1992, p. 23). Ele representa não só as condições de trabalho e de existência de um povo, mas também um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado. Desse modo, o território é para Ratzel, um “espaço vital” que tem como referência básica a relação entre sociedade e recursos disponíveis (RATZEL, F. *apud* CAPEL, 1981).

Outro autor que defendeu a ideia de território associada à formação do Estado foi Camille Vallaux defendendo a consolidação do Estado através da conquista de territórios, consistindo em um “espaço de domínio político” (ANDRADE *apud* TOSTA SOUZA, 2000, p. 92).

Durante muito tempo, porém, o conceito foi negligenciado ressurgindo na atualidade, no bojo das mudanças globais que atingem diretamente o desenvolvimento territorial. Assim sendo, o conceito de território assumiu papel importante para a compreensão das ações da sociedade na construção do espaço geográfico, adquiriu interpretações mais amplas, diversificadas e flexíveis que permitem uma conotação mais abrangente envolvendo tanto o concreto quanto o simbólico.

Dos trabalhos mais recentes, pode-se destacar o de Raffestin (1993) que enfatiza o território a partir da visão político-administrativa, marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Ressalta as relações de poder como fundamentais no processo de construção de territórios, poder este exercido por pessoas ou grupos. Para o autor:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Apesar de considerar o território enquanto espaço físico indispensável por ser o lugar que integra todas as relações de poder, enfatiza que a sociedade estabelece uma ação principal por ser o elemento constitutivo do território, em sua dinâmica constante: “será fácil compreender porque colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Para Raffestin (1993), o núcleo central de poder é o Estado. O poder surgiria de um ponto “fixo” e se concretizaria nas determinações advindas da gestão do Estado sobre o território, (área, propriedade). Considera que território e poder se tornam apenas abstrações teóricas quando considerados de maneira segmentada. O poder, para Raffestin (1993), “se enraizaria no trabalho. O trabalho seria esse vetor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informatizada” (p. 56).

Sobre espaço e território Raffestin (1993) chama a atenção para o fato de que não se tratam de termos equivalentes uma vez que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (p. 143-144).

Dessa forma o território é uma produção a partir do espaço, concretiza-se através da apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente), a partir da realização de atividades sociais, especificamente com o emprego do trabalho e da técnica relacionados ao modo de produção implantado.

Haesbaert (2004) considera as diferentes abordagens para a compreensão de território: econômica, política e cultural. Discute o conceito de território a partir do agrupamento de três vertentes básicas: a jurídico-política, mais difundida, onde o

território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado; a cultural(ista), que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica do espaço vivido e; a econômica que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Souza (1995) apresenta uma abordagem do território tanto política quanto cultural considerando que o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Considera que o poder não se confunde com violência e dominação e não está relacionado apenas ao poder do Estado, mas pode ser exercido também pelas diferenças culturais e em variados espaços, em múltiplas vertentes com distintas funções, “desde o quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da Otan” (SOUZA, 2001, p. 11).

Santos (1996), por sua vez, entende que os territórios são construídos a partir da projeção do trabalho sobre o espaço, e que o território não é território em si mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso.

Para Oliveira, o território é concebido como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (2002, p. 74).

Dessa forma o território se constitui num:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital

e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002, p. 74-75).

Moreira cunhou o conceito de território de Esperança definindo-o como:

Aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração (2006, p. 4).

Com base no exposto, dois aspectos merecem realce: a perspectiva multidimensional presente na concepção de território e a falta de consenso quanto ao seu significado. Com algo, porém, os estudiosos concordam: os territórios vivenciam um processo constante de construção-destruição-reconstrução, também entendidos como processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR).

Gilles Deleuze e Félix Guattari, dois filósofos que desde 1969, quando se conheceram, vêm realizando vários trabalhos juntos, definem desterritorialização como uma “saída do território” que “naturalmente” requer uma reterritorialização, ou seja, a “criação” de novo território. Eles entendem esses dois processos, como processos interligados (DELEUZE e GUATTARI, 1980).

Para Souza (1995), a desterritorialização pressupõe a exclusão do grupo que anteriormente ocupava um determinado espaço. Já para Santos (2002), a desterritorialização representa o estranhamento do indivíduo ao lugar, ou seja, uma desculturização. Para ele, mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao mudar as formas, mudam-se as funções e, conseqüentemente, o homem também se modifica.

Haesbaert (2004) considera que a desterritorialização é fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, resultando na mobilidade de

pessoas, bens materiais, capitais ou informações. O autor destaca ainda que a desterritorialização também pode ocorrer na imobilidade. Justifica sua argumentação no fato de que os limites e as relações sociais podem não ser definidos pelo grupo que se apropria do território, mas por outro grupo que o domina.

Ao recuperar a história dos assentados dos projetos de assentamento Timbó e Mata Verde, sua vida anterior, os caminhos percorridos, a saída da terra em que viviam com os pais do campo para a cidade e, posteriormente, com a formação do assentamento, o retorno da cidade para o campo, ou mesmo a saída de uma área rural para outra e a mudança de condição de produtor sem-terra para assentado da reforma agrária, percebe-se que é possível entender esses movimentos como processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização.

Trabalha-se também, nesta pesquisa, com o conceito de territorialização relacionado ao de espacialização, com base em Fernandes e Martin (1999). Fernandes entende a territorialização como sendo “o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território” (1999, p. 07). Para este autor, a espacialização é compreendida como a luta e a territorialização como a conquista da terra, ou seja, a conquista de frações do território. É a partir da espacialização que se alcança a territorialização. Dessa forma esses processos são interativos, de modo que “a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (FERNANDES, 2000, p. 17).

Para Martin (2002), a espacialização inscreve-se no espaço tal como ele é, enquanto a territorialização cria novas territorialidades. Neste contexto, as ocupações provocam intervenções alterando as relações de poder no espaço, resultando num espaço de luta e resistência pelo acesso à terra.

Utiliza-se na pesquisa os conceitos de espacialização e territorialização para entender ao processo de luta pela terra que vem acontecendo ao longo do tempo no campo norte-rio-grandense pelos trabalhadores rurais sem-terra, como será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO RECENTE DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO NORTE

Da mesma forma que no Brasil, a questão agrária no Rio Grande do Norte não é um tema superado como foi propagado nos anos de 1980 com base na justificativa de que esta era uma questão resolvida pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, o que se observa em pleno século XXI é que a questão agrária no Brasil e nas unidades da federação que o compõe não foi resolvida, uma vez que persiste uma estrutura fundiária fortemente concentrada e se multiplicam os conflitos agrários.

No Rio Grande do Norte, o índice de concentração da propriedade da terra é muito alto e não apresentou praticamente nenhuma variação entre 1970 e 1995 (à exceção do período compreendido entre 1970 e 1975 quando se observa um ligeiro aumento da concentração) como pode ser visto na tabela 01.

Tabela 01: Índice de Gini de concentração da propriedade da terra no Rio Grande do Norte

Ano	Índice de Gini
1970	0,8487
1975	0,8574
1980	0,8459
1985	0,8493
1995	0,8488

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Agropecuários dos Estados do Nordeste
Adaptado de França; Medeiros, 2002.

Essa forte concentração fundiária, aliada a outros fatores decorrentes da expansão do capital na agricultura (aumento da mecanização, expansão de atividades monocultoras e da pecuária, intensificação da exploração e precarização do trabalho, etc.), sobretudo a partir da década de 1960, são responsáveis pela expulsão de parcela significativa da população do campo e pelo crescimento dos conflitos e da luta pela terra.

No Rio Grande do Norte, a luta por terra tem visibilidade através do grande número de conflitos eclodidos no campo. O conflito surge como uma forma de resistência do camponês à sua expropriação ou quando camponeses expulsos da terra ou trabalhadores residentes em periferias urbanas inconformados com as condições de vida precária, se reorganizam, buscam latifúndios improdutivos e os ocupam (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Concorda-se com Moreira e Targino que dizem:

o conflito de terra é fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção (1997, p. 296).

Segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), entre 1960 e 1998, 208 conflitos de terra foram registrados no Estado¹². De acordo com Araújo (2005), esse foi um período marcado por todo tipo de violência: “ameaças de morte, despejos policiais, prisões, espancamentos, fome, frio, insegurança, usurpação e/ou negação de direito das diferentes categorias de direitos dos trabalhadores no campo” (p. 38).

Em 2009, a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Norte (Incra-RN) identificou um total de 106 áreas de conflito no Estado representadas por 106 acampamentos rurais, com um total aproximado de 10.150 famílias fazendo parte do processo de luta pela terra.

O acampamento é considerado por Fernandes (2000, p. 76) como “espaços e tempos de transição na luta pela terra”. É também entendido como espaço de luta, de resistência e de enfrentamento com o Estado e com os latifundiários

¹² Apesar de ter sido efetuado pesquisa no Incra, na FETARN e junto aos movimentos sociais, não obteve-se informações dos conflitos de terra eclodidos entre 1998 e 2008. Só consta no Incra a listagem dos conflitos existentes em 2009 no Estado.

(FERNANDES, 2006). Ross e Fabrini¹³ consideram ainda que “o acampamento é o primeiro exercício de luta coletiva” dos trabalhadores sem-terra. Segundo Moreira (2010), pode-se também entender o acampamento como uma das formas, expressa na paisagem, da luta entre capital e trabalho no campo, como a concretude do conflito. De acordo com Ross,

é necessário levar em consideração que o acampamento é o primeiro passo para a futura existência dos assentamentos, pois são eles que dão visibilidade à luta pela terra, que ajudam no processo de evolução da consciência não somente dos acampados, mas também das pessoas que estão fora dele que começam a visualizar os problemas enfrentados pela sociedade. Assim, tanto para os acampados, como para pessoas estranhas a essa comunidade, o acampamento é o momento decisivo para se compreender o significado da luta pela terra (2008, p. 5).

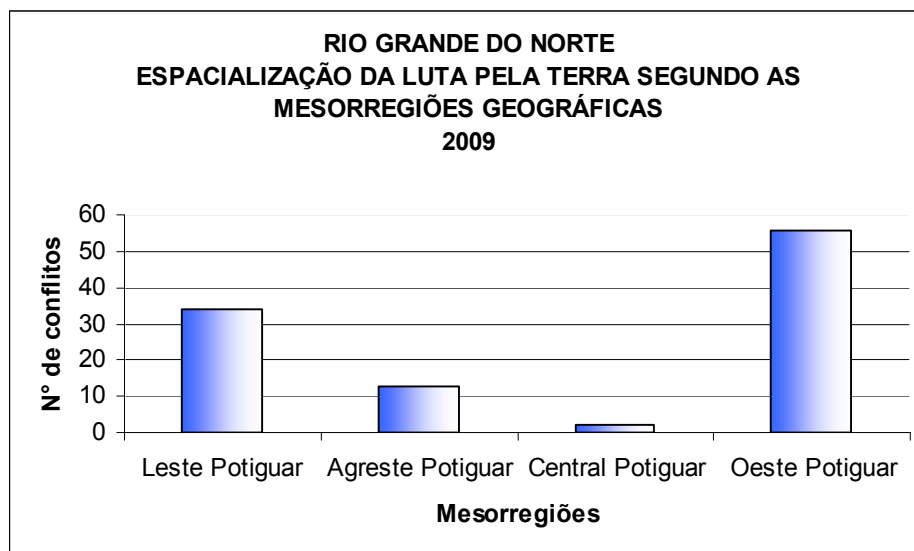
2.1 A espacialização da luta pela terra no Rio Grande do Norte

As 106 áreas de conflito, representadas na paisagem pelos acampamentos de trabalhadores sem-terra, acham-se distribuídas em 32 dos 167 municípios existentes no Estado do Rio Grande do Norte (19,16 % do total dos municípios). Observa-se uma grande concentração nessa distribuição espacial dos acampamentos, uma vez que 9 municípios concentram 66,98% do total (Mapa 02).

Analisando a espacialização da luta recente pela terra no Rio Grande do Norte, com base nos dados de 2009, verifica-se que o maior número de conflitos situa-se nas mesorregiões do Oeste e Leste Potiguar (com respectivamente 57 e 34 áreas de conflito). As mesorregiões com menor número de conflitos são a Mesorregião do Agreste Potiguar, com 13 conflitos e a Mesorregião Central, com apenas 2 conflitos. (v. Gráfico 01 e Mapa 02).

¹³ Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/DjoniRoos.pdf>

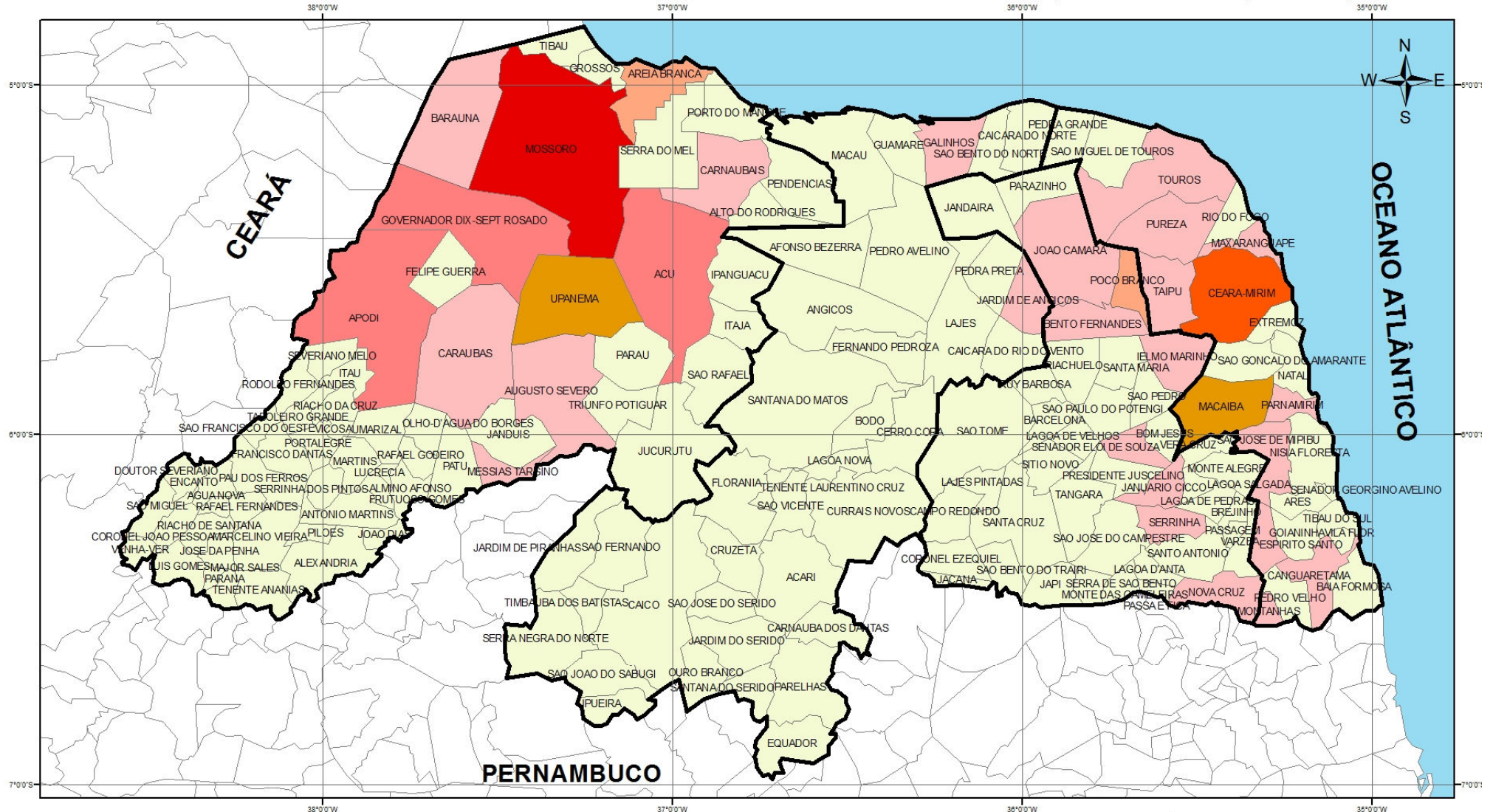
Gráfico 01



Fonte: Incra. Demonstrativo das Áreas de Conflito/RN, 2009.

Destacam-se na Mesorregião do Oeste Potiguar os municípios de Mossoró com 22 áreas de conflitos, Upanema com 9, Apodi com 6, Assu e Governador Dix-Sept Rosado com 5 e Areia Branca com 3 (Mapa 02). Na Mesorregião do Leste Potiguar destacam-se os municípios de Ceará Mirim e Macaíba com 9 conflitos cada e na mesorregião do Agreste Potiguar, destaca-se o município de Poço Branco com 3 áreas de conflitos (Mapa 02). Os municípios com menor número de conflitos são Maxaranguape, Pureza, Taipu, Touros, Canguaretama, Montanhas, São José de Mipibu, Parnamirim, na mesorregião do Leste Potiguar; Ielmo Marinho, Januário Cicco, Nova Cruz, Serrinha, Senador Eloi de Souza, Bento Fernandes e João Câmara, na mesorregião Agreste Potiguar; Jardim de Angicos e Galinhos na Mesorregião Central Potiguar (Mapa 02); Caraúbas, Augusto Severo, Messias Targino, Itaú, Carnaubais e Baraúna, na Mesorregião Oeste Potiguar, cada um com 1 ou 2 conflitos (Mapa 02).

RIO GRANDE DO NORTE - ESPACIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: a distribuição espacial dos conflitos por município - 2009



LEGENDA

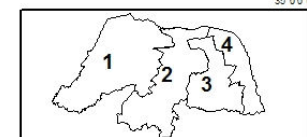
Número de Conflitos



Escala 1: 1.120.000



Fonte: INCRA, 2009
Organização: Silvânia Lima
Elaboração: Marylande Videres



- 1 - OESTE POTIGUAR
- 2 - CENTRAL POTIGUAR
- 3 - AGRESTE POTIGUAR
- 4 - LESTE POTIGUAR

São vários os movimentos sociais que se apresentam como mediadores dessa luta por terra no Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente cinco movimentos sociais se espacializam no Estado: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN).

A partir da atuação desses movimentos, chega-se ao conceito de “movimento territorializado” ou “movimento socioterritorial”¹⁴.

Segundo Martin (2002),

o movimento socioterritorial é uma organização que tem a vontade e cria as capacidades de introduzir no espaço, com práticas socioterritoriais novas, verdadeiras mutações territoriais, mesmo se elas são de início, na base, limitadas e estritamente localizadas (p. 26).

Fernandes (2000) afirma que:

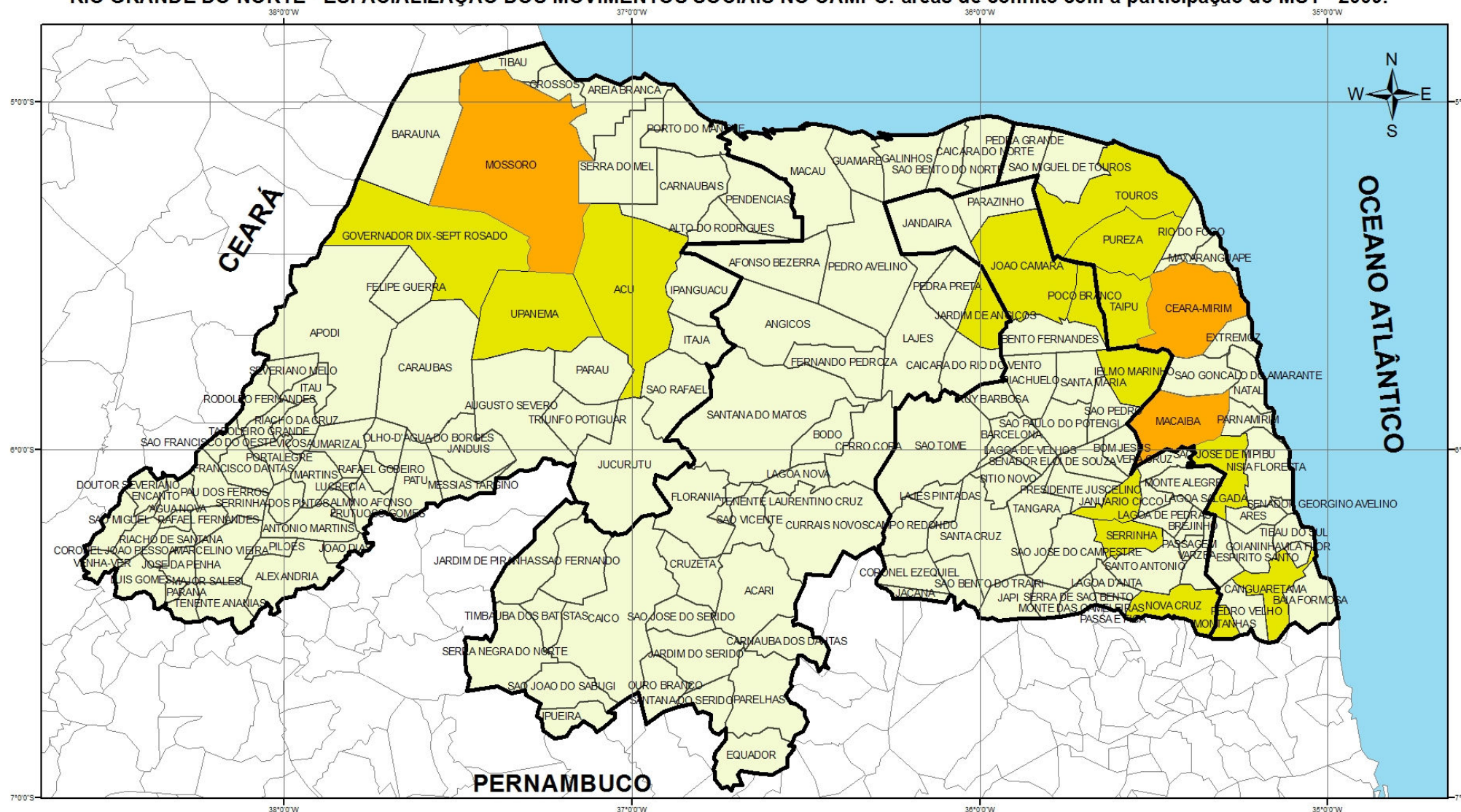
O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização (p. 12).

O MST participa atualmente como mediador de 45 conflitos (42,45 % do total) que envolvem ao todo 4.208 famílias, ou seja, 41,45 % do total das famílias envolvidas nos conflitos e vivendo em acampamentos no Estado do Rio Grande do Norte. Dos 32 municípios com conflitos, o MST está presente em 19 deles (59,4%) (mapa 03). O STRs está presente no Rio Grande do Norte em 21 áreas de conflitos (19,81% das ocupações de terras no Estado) que envolvem um total de 2.399 famílias (23,63% do total das famílias acampadas), distribuídos em 10 municípios localizados em diferentes microrregiões (mapa 04). A CPT participou de 15 ocupações, o que equivale a 14,15 % do total envolvendo 1.160 famílias em 7 municípios diferentes e em diferentes microrregiões (Mapa 05). A Contag se fez presente em 2 ocupações (1,88% do total das ocupações de terra que tiveram lugar no Estado), com 407 famílias em 2 municípios diferentes (Mapa 05); e a FETARN participou de 4 ocupações (3,77% do total) no município de Mossoró, com 361 famílias (Mapa 05). Há também organizações independentes que lutam pela terra no RN, somando 19 ocupações representadas por 1.615 famílias.

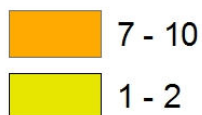
¹⁴ Não é de interesse deste estudo aprofundar a discussão sobre este conceito, mas apenas enunciá-lo.

Mapa 03

RIO GRANDE DO NORTE - ESPACIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: áreas de conflito com a participação do MST - 2009.

**LEGENDA**

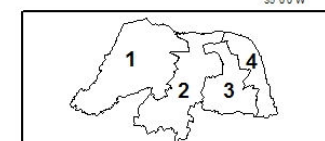
Número de Conflitos



Escala 1: 1.120.000

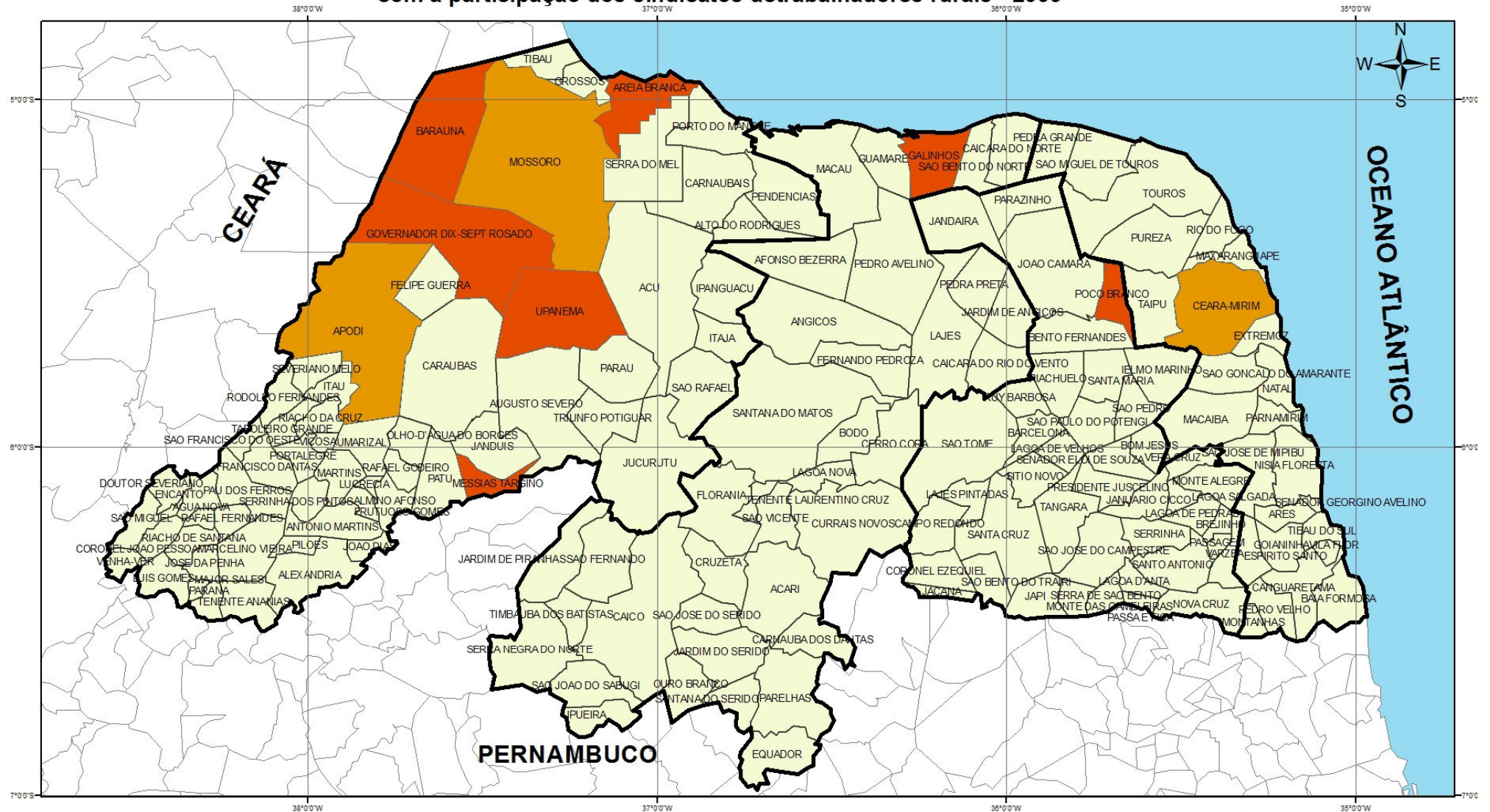


Fonte: INCRA, 2009
Organização: Silvana Lima
Elaboração: Marylande Videres



1 - OESTE POTIGUAR
2 - CENTRAL POTIGUAR
3 - AGRESTE POTIGUAR
4 - LESTE POTIGUAR

RIO GRANDE DO NORTE - ESPACIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: áreas de conflito com a participação dos sindicatos detrabalhadores rurais - 2009



LEGENDA

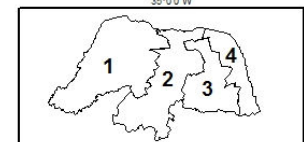
Número de Conflitos



Escala 1: 1.120.000



Fonte: INCRA, 2009
Organização: Silvana Lima
Elaboração: Marylande Videres

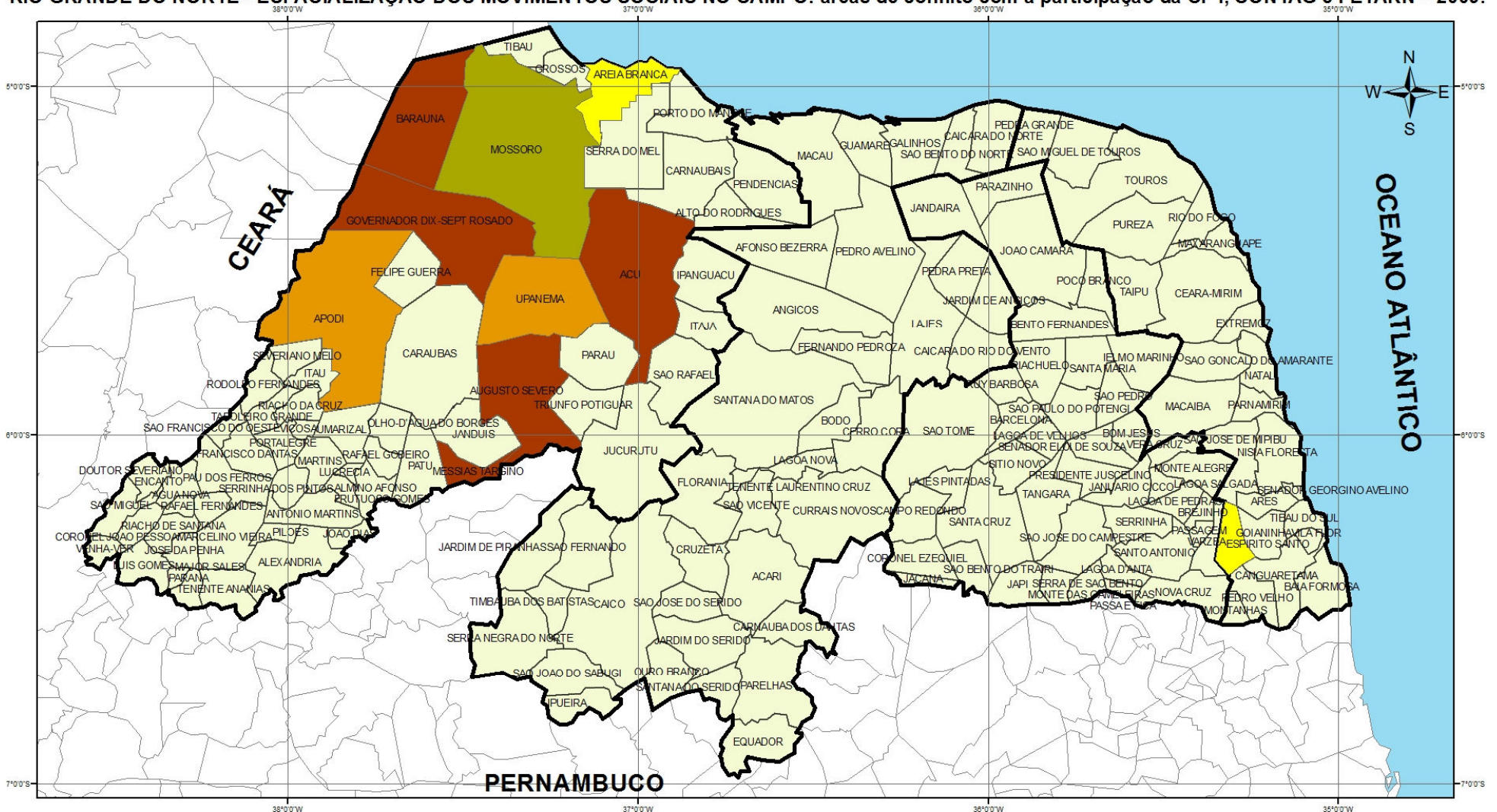


- 1 - OESTE POTIGUAR
- 2 - CENTRAL POTIGUAR
- 3 - AGRESTE POTIGUAR
- 4 - LESTE POTIGUAR

Mapa 05

58

RIO GRANDE DO NORTE - ESPACIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: áreas de conflito com a participação da CPT, CONTAG e FETARN – 2009.



LEGENDA

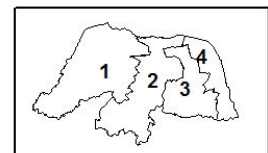
Número de Conflitos

- 1 - 2 CPT
- 3 - 5 CPT
- 1 CONTAG
- 4 FETARN

Escala 1: 1.120.000

50 25 0 50 Kilometers

Fonte: INCRA, 2009
Organização: Silvana Lima
Elaboração: Marylande Videres



- 1 - OESTE POTIGUAR
- 2 - CENTRAL POTIGUAR
- 3 - AGRESTE POTIGUAR
- 4 - LESTE POTIGUAR

Apesar das barreiras impostas aos trabalhadores camponeses contra a realização da reforma agrária, eles vêm conseguindo que o Estado promova a desapropriação de algumas áreas através da política de assentamentos rurais. A territorialização da luta pela terra, portanto, se dá a partir da conquista e da instalação do assentamento.

2.2 Territorialização da luta pela terra

A luta pela terra alcança sua materialidade com a formação dos assentamentos rurais. Para Fernandes (2001), os assentamentos são na verdade o resultado de uma luta por fração do território, “representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (p. 61).

Segundo Mitidiero Jr, a territorialização não significa a etapa final da espacialização, pois ainda faz parte dela.

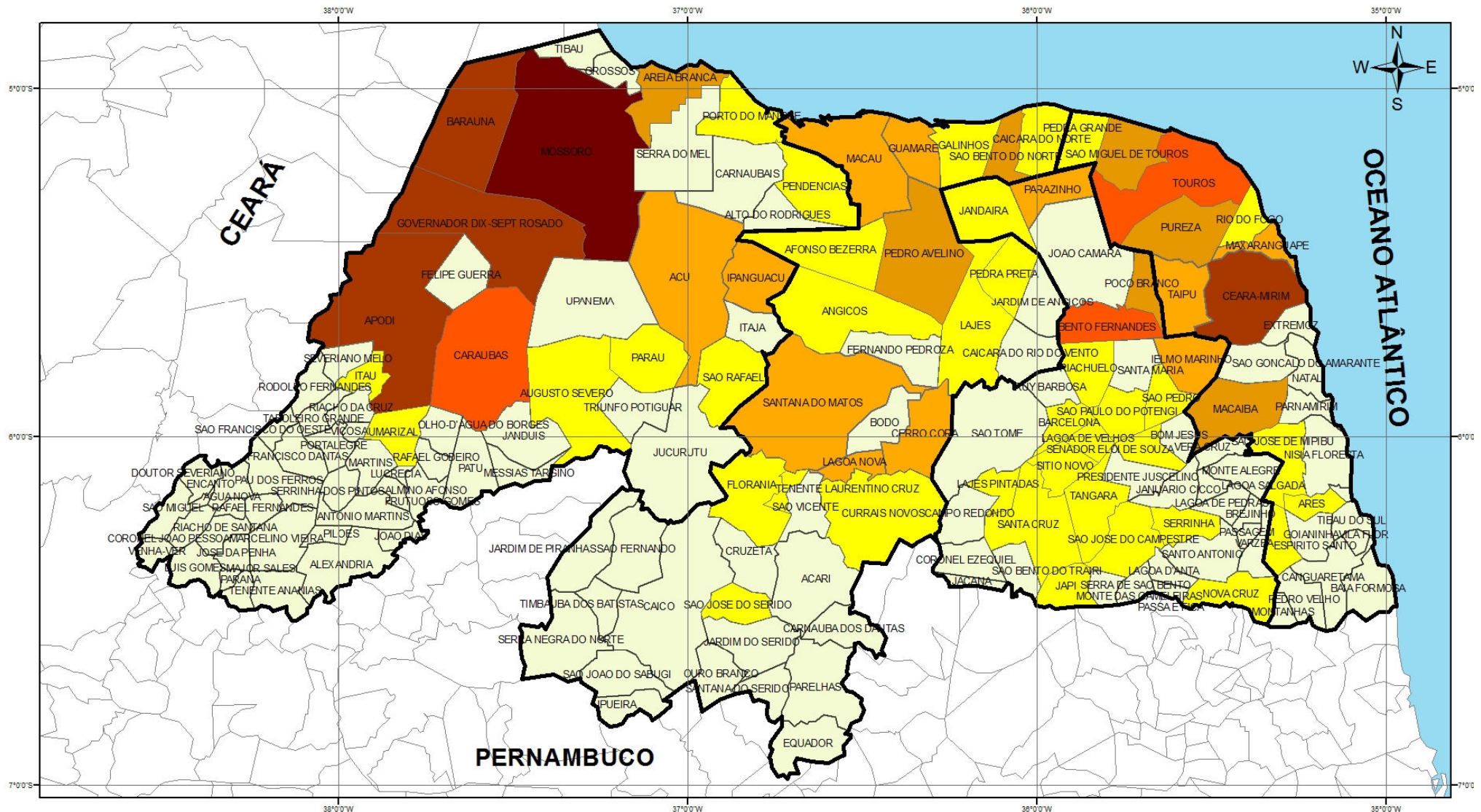
A espacialização, também enquanto processo, liga-se interdependentemente ao processo de territorialização, ou seja, a territorialização, a possibilidade do assentamento da luta, é uma etapa superior à espacialização, mas ainda faz parte dela. O método dialético nos permite interpretar a territorialização enquanto processo, pois na medida em que a conquista da terra seria a fixação (localizada) da luta, ela é ao mesmo tempo a espacialização da luta (enfrentamento com o Estado). A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta (MITIDIERO JUNIOR, 2000, p. 12).

Moreira concorda que a luta não finda com a conquista do território, com a territorialização.

Isto na medida em que esse processo implica necessariamente numa mudança na forma de organização social de uma fração do território, na transformação de uma porção do espaço de exploração numa porção do espaço que passa a ser organizado em função da vida. Essa mudança, porém, não se dá na sua forma completa uma vez que as frações do território conquistadas permanecem inseridas num território dominado pelo capital. E o Estado capitalista é, em última instância, quem, por muito tempo rege a forma e controla os meios que garantem a sua reprodução. Isto sem falar nas tentativas de recaptura dessa fração do território pelas forças do capital representadas, entre outros, pelo agronegócio e pelo poder político local quase sempre a ele articulado-atrelado. Desse modo, a criação do assentamento ou a territorialização da luta pela terra através da apropriação de frações do território não deve ser sinônimo de emancipação, mas de avanço nessa direção. A territorialização da luta pela terra não pressupõe, necessariamente, a libertação do jugo ao capital. Por este motivo o assentamento é ainda um “Território de Esperança” carregado de contradições e não um “Território Emancipado”. Daí a importância da continuidade no acompanhamento dos mesmos pelos movimentos sociais. O abandono dos assentados após a conquista da terra pode resultar numa traição a toda lógica da luta e a abertura da possibilidade da perda do território conquistado, pois a disputa permanece viva enquanto vivo permanecer o modelo de desenvolvimento dominante pautado na lógica dominadora-destruidora do capital (MOREIRA, 2010, p. 6).

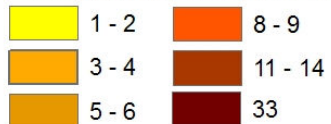
Entre 1987 e 2009, segundo o Incra, foram criados 275 assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Norte, que ocuparam 519.529,2583 ha de terras onde foram assentadas 19.755 famílias (Mapa 06).

TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO NORTE - a distribuição espacial dos assentamentos rurais - 1987-2009.



LEGENDA

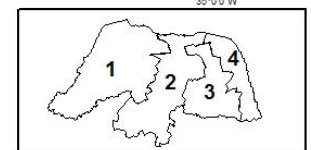
Número de assentamentos



Escala 1: 1.120.000



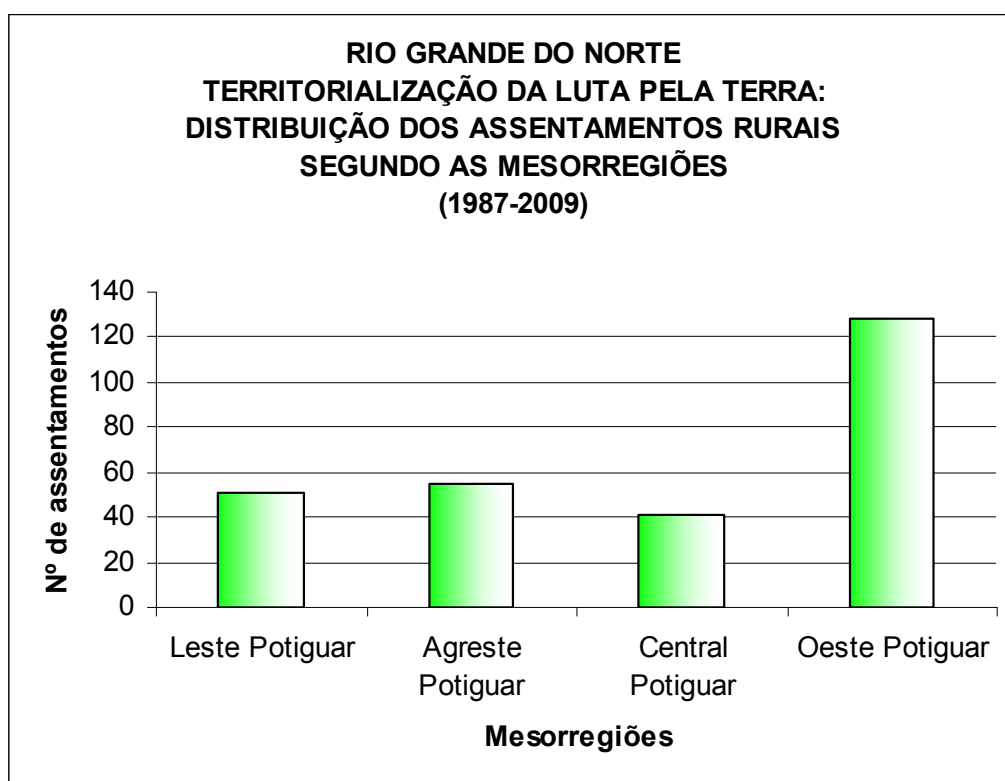
Fonte: INCRA, 2009
Organização: Silvânia Lima
Elaboração: Marylande Videres



1 - OESTE POTIGUAR
2 - CENTRAL POTIGUAR
3 - AGRESTE POTIGUAR
4 - LESTE POTIGUAR

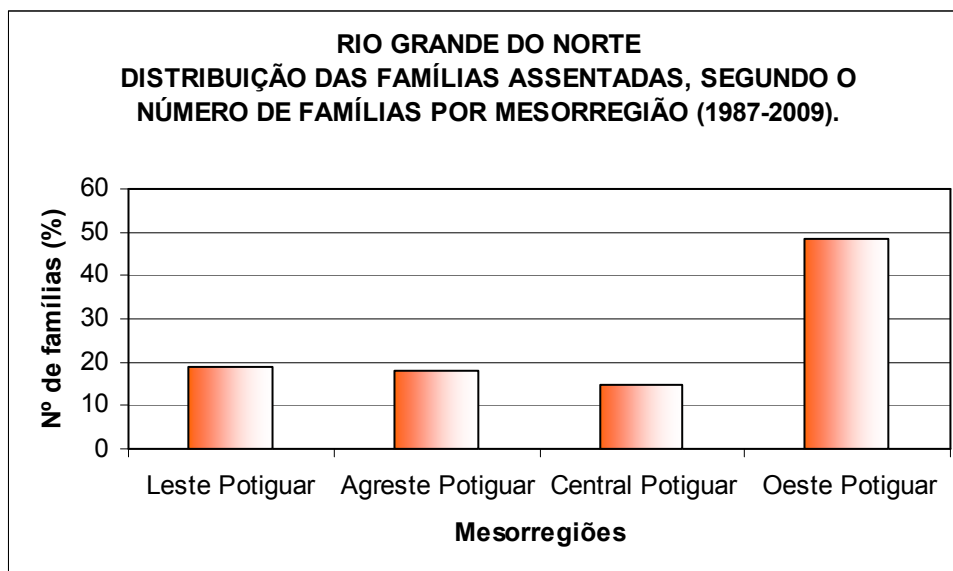
De acordo com o mapa 06 e o gráfico 02, o maior número de assentamentos foi instalado na Mesorregião do Oeste Potiguar com 46,5% do total dos assentamentos criados, seguida respectivamente pelas mesorregiões do Agreste Potiguar (com 20,0%), do Leste Potiguar (com 18,5 %) e Central Potiguar (com 14,9%) (v. gráfico 02).

Gráfico 02



Fonte: Incra. Relação das áreas de assentamento/RN, 2009.

O número de famílias assentadas também varia segundo a mesorregião. Como se pode observar no gráfico 3, 18,8% das famílias estão assentadas na Mesorregião Leste Potiguar; 17,96% no Agreste Potiguar; 48,38% no Oeste Potiguar e 14,84% na Central Potiguar.

Gráfico 03

Fonte: Incra. Relação das áreas de assentamentos/RN, 1987-2009.

As microrregiões com presença significativa de assentamentos rurais são respectivamente: Mossoró, com 49; Chapada do Apodi com 36; Baixa Verde com 32; Litoral Nordeste com 30 e Vale do Assu com 26. Em contrapartida, há um total de 3 microrregiões que não possuem nenhum assentamento rural e outras que apresentam em seus territórios um número pouco significativo de assentamentos.

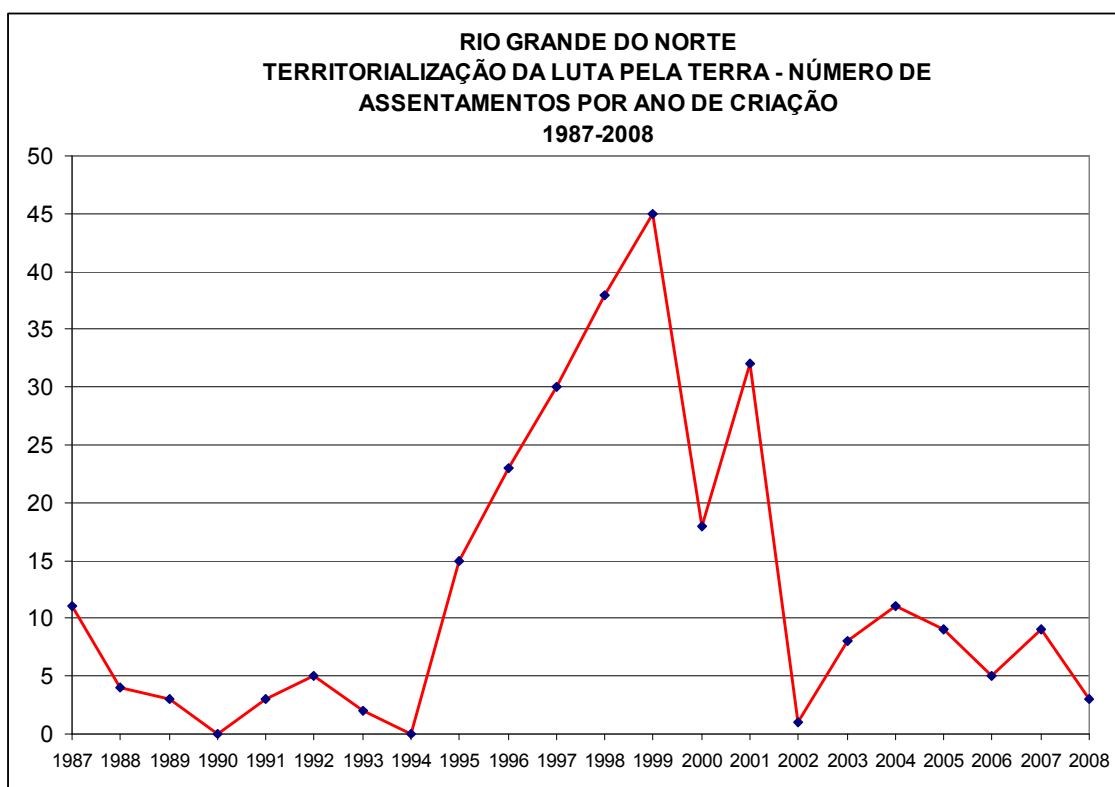
Chama a atenção o fato da territorialização da luta pela terra através da construção dos assentamentos só terem se iniciado no Rio Grande do Norte a partir de 1987, segundo o Incra. Isso pode estar relacionado, principalmente ao fortalecimento da organização e luta dos trabalhadores rurais motivado pela abertura política e pela expectativa criada com o anúncio do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo da Nova República.

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil nos anos 80, trazendo no seu bojo uma inflação crescente, um abismo social cada vez maior separando ricos e pobres, uma elevadíssima concentração de renda e de terras, um endividamento interno e externo do país altíssimo, atingiu a classe média e até mesmo certos segmentos da classe empresarial que deram sustentação ao governo militar. Enfraquecido este procede a uma distensão política que culminará com as eleições indiretas de 1984, que elegeu o primeiro presidente civil desde o golpe militar de 1964. Surge a partir de então um novo momento da história do Brasil representado pela chamada “Nova República” que irá encher de esperanças os trabalhadores do campo

brasileiro na medida em que se pronunciou em favor da reforma agrária (FREITAS, 2000, p. 20).

Entre 1987¹⁵ e 1989, durante a Nova República, 29 projetos de assentamento foram criados no Rio Grande do Norte (gráfico 04). Esses PAs abrangeram uma área de 22.278,24 hectares onde foram assentadas 1.356 famílias.

Gráfico 04



Fonte: Incra. Relação das Áreas de assentamento, 1987-2008.

Em 1989 foi realizada a primeira eleição direta após a ditadura militar. Foi eleito para a presidência da república, Fernando Collor de Melo.

O governo Collor além de comprometido com as forças mais conservadoras e corruptas do país foi marcado por um amplo esquema de corrupção, extorsões e crimes envolvendo diretamente o presidente e seu grupo (PRIORE et al. 1997, p.109 *apud* FREITAS, 2000, p. 26).

¹⁵ Não foi possível obter no Incra nem no Instituto de Terras do Estado, informação sobre o número de assentamentos criados no Rio Grande do Norte no ano imediatamente após a instalação da Nova República (1985-1986).

Durante o curto governo Collor de Mello (1990-1992), 8 assentamentos foram criados no Rio Grande do Norte sendo 3 em 1991 e 5 em 1992, somando um total de 415 famílias assentadas.

Envolto em escândalos decorrentes de denúncias de corrupção, o presidente Collor renuncia em 1992, sendo substituído pelo vice-presidente Itamar Franco. Este, durante o curto período em que governou o país (entre 29 de dezembro de 1992 e dezembro de 1994), pouca importância deu à questão agrária. Como se pode observar no gráfico 04, durante os dois anos de gestão, o governo Itamar criou apenas 2 assentamentos no Rio Grande do Norte, ambos no primeiro ano de governo totalizando 413 famílias assentadas.

Em 1995, Itamar Franco foi substituído por Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Durante seu primeiro mandato (1 de janeiro 1995 a 31 de dezembro de 1998), com o apoio das forças de centro-direita, ele além de defender o real¹⁶ procurou pôr em marcha uma série de reformas constitucionais de cunho neo-liberal (reformas econômica, previdenciária, tributária e administrativa).

Seu governo foi marcado pelo controle da inflação que permaneceu em torno de 1% ao mês graças à abertura do mercado aos produtos estrangeiros e do estímulo aos investimentos internacionais através da elevação das taxas de juros. Essa política acabou por prejudicar a produção, causando a recessão e o desemprego (ARRUDA e PILETTI, 1999). A crise do emprego atingiu tanto as atividades urbano-industriais como agrícolas agravando as questões sociais. No bojo desse processo cresce a organização dos trabalhadores sem terra pressionando o Governo a pôr em prática ações desapropriatórias para a resolução dos conflitos em todo o país (FREITAS, 2000, p. 30).

Nesse período assistiu-se a um avanço da luta dos trabalhadores sem-terra, organizados pelos movimentos sociais, em particular, pelo MST, o que redundou em crescimento significativo dos conflitos agrários em todo o país. Em 1998, por exemplo, foram registrados mais de mil conflitos pelo território brasileiro com destaque para as áreas de ocupação tradicional (Nordeste e Centro-Sudeste) onde se verificou um aumento significativo das ocorrências (OLIVEIRA, 2001).

¹⁶ O Plano Real nasceu no governo Itamar Franco e teve como objetivo criar uma unidade real de valor (URV) onde todos os produtos ficariam desvinculados da moeda vigente, denominada de Cruzeiro Real. Foi a partir do Plano Real que, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o real como a nova moeda brasileira, valorizada na época acima do dólar americano.

Sob pressão dos movimentos sociais, FHC ampliou o número de desapropriações e de assentamentos rurais. De acordo com Oliveira (2001¹⁷):

A pressão feita pelos movimentos sociais que, com a ampliação das ocupações, pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo, é a necessidade de resposta à pressão social (p.2).

Para Fernandes (2003)¹⁸, FHC no seu primeiro mandato realizou de fato uma ampla política de assentamentos apoiando-se na tese de que não “havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra”; assim sendo, supunham os defensores dessa tese, que o problema agrário do Brasil poderia ser resolvido apenas com o assentamento das famílias acampadas.

No Rio Grande do Norte, nesse período foram criados 106 assentamentos rurais, o que representa 84,8% do total de assentamentos criados desde 1987 até 1999.

O crescimento das ocupações de terra de mais de vinte mil famílias em 1994 para 76 mil famílias em 1998, os massacres de Corumbiara (Rondônia, 1995) e de Eldorado dos Carajás (Pará, 1996) incomodaram a classe ruralista e o próprio governo e levaram FHC a mudar sua estratégia de ação com relação aos movimentos sociais e à política agrária no seu segundo mandato (de 1 de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002). Este foi marcado pela repressão e criminalização dos movimentos sociais e da luta pela terra, bem como por uma política de mercantilização das terras. O governo criou ainda duas medidas provisórias para conter as ocupações de terra, ampliou a política de compra de terras em detrimento da criação de assentamentos, destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, e proscreeu a política de educação para os assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST (FERNANDES, 2003¹⁹).

¹⁷ Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext.

¹⁸ Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no governo Lula**: a esperança. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf.

¹⁹ Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no governo Lula**: a esperança. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf.

No Estado do Rio Grande do Norte nesse segundo mandato foram criados 96 assentamentos.

Em 2003, um governo progressista assume o poder, representado por uma liderança dos trabalhadores metalúrgicos do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Este irá enfrentar a força política dos meios de comunicação e dos ruralistas que utilizam de todos os meios para convencer a opinião pública em geral, aí incluídos até mesmo políticos e cientistas, de que a questão agrária no Brasil reside nos conflitos e não o contrário, que os conflitos são gerados pelo modelo de desenvolvimento agrário.

O que a mídia nacional procura mostrar é o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas. Comprova que os assentamentos criados pelo governo FHC estão precarizados, mas não comenta as razões políticas dessas realidades. A mídia procura convencer a sociedade que o problema são os movimentos camponeses, com destaque para o MST, por causa de sua amplitude e de seu poder de espacialização e territorialização (FERNANDES, 2003²⁰).

No Rio Grande do Norte, entre 2003 e 2008, foram criados 45 projetos de assentamento, onde foram assentadas aproximadamente 4.075 famílias.

A conquista de terra por trabalhadores rurais sem-terra normalmente em áreas onde a grande propriedade rural predomina define com nitidez as fronteiras existentes entre o espaço dos assentamentos (frações do território conquistadas pela classe trabalhadora e de domínio da policultura e do trabalho familiar) e o espaço das grandes propriedades rurais (território de valorização do capital, de domínio da monocultura, da pecuária e do trabalho assalariado).

A consolidação dos assentamentos ou territórios de esperança requer a continuidade da luta, luta esta agora por permanência na terra que implica numa luta contínua por políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades desse novo território (educação e saúde diferenciadas; formação política; infraestrutura básica; formas alternativas de renda, etc.), enfim pelo direito a uma condição de cidadania plena.

Interessa a este estudo analisar os impactos territoriais do processo de criação de assentamento, através do estudo de caso dos PAs Timbó e Mata Verde, localizados no município de Espírito Santo-RN.

²⁰ Idem.

CAPÍTULO 3 – DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO A CONSTITUIÇÃO DOS ASSETAMENTOS TIMBÓ E MATA VERDE

Neste capítulo parte-se de uma caracterização do município de Espírito Santo dando ênfase à organização recente do seu espaço agrário, buscando identificar os fatores que se encontram na base da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde nele situados. Em seguida, detêm-se a recuperação da história de luta que resultou na criação dos assentamentos, finalizando com um breve perfil dos mesmos.

3.1 Formação do território, aspectos ambientais e socioeconômicos do município de Espírito Santo

O município de Espírito Santo, com 144 km², surgiu a partir de um pequeno povoado denominado de Cana Brava localizado às margens do rio Jacu, em terras que pertenciam ao município de Goianinha/RN. Esse povoado alcançou a condição de distrito em 1877, com o nome de Cruz do Espírito Santo (MORAIS, 2007).

Em 21 de dezembro de 1953, o distrito passou a pertencer ao município de Várzea/RN, com o nome de Espírito Santo. Com o distrito sempre progredindo, em 4 de janeiro de 1962, pela Lei nº 2.726, desmembrou-se de Várzea, tornando-se município do Rio Grande do Norte (MORAIS, 2007).

Apesar de pertencer à Microrregião do Litoral Sul, encontra-se, do ponto de vista natural, inserido numa área de transição entre o litoral e o semiárido. Apresenta, deste modo, paisagens contrastantes como a Mata Atlântica de um lado, e a Caatinga, de outro.

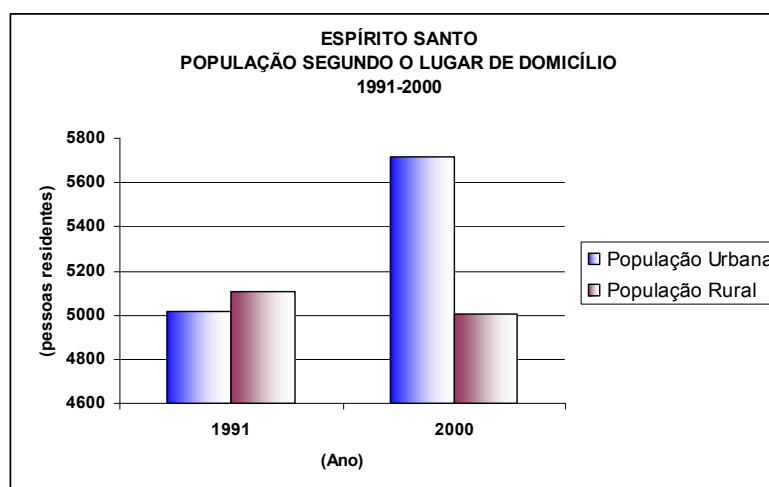
Em Espírito Santo o que resta da Mata Atlântica é uma reserva em grande parte situada no interior dos assentamentos que são objeto deste estudo. No que se refere à Caatinga, embora fortemente degradada, ainda é possível identificar algumas manchas onde ela se apresenta com seus três estratos característicos: o arbóreo, o arbustivo e o herbáceo. As matas ciliares, em sua maior parte foram substituídas por cultivos agrícolas.

Quanto aos aspectos geológicos, Espírito Santo se situa na faixa de contato entre o embasamento cristalino (a Oeste), e o Grupo Barreiras (a Leste). O embasamento cristalino aflora nas partes mais baixas onde predominam rochas de idade Pré-Cambriana (1.100 a 2.500 milhões de anos), como migmatitos, gnaisses, granitos, anfíbolitos e xistos. O Grupo Barreiras, de idade terciária (aproximadamente 7 milhões de anos), é representado por argilas, arenitos, siltitos e conglomerados, formadores de solos lixiviados e de boa drenagem (IDEMA, 2002).

O município possui altitude inferior a 100 metros, situando-se entre os tabuleiros costeiros e o planalto da Borborema. Aproximadamente 89,0% de seu território se acha inserido nos domínios da bacia hidrográfica do rio Jacu, que o atravessa ao Norte, no sentido W-E e cerca de 11,0% se insere na bacia hidrográfica do rio Trairi. Três lagoas, a da Porta, a de Genipapo e a de Carnaúba, também são encontradas no município. Todos os cursos-d'água têm regime intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico (BELTRÃO et al., 2005).

De acordo com o IBGE, em 1991 sua população era composta por 10.121 habitantes tendo apresentado um ligeiro crescimento em 2000 quando passou para 10.715 habitantes. Nesse período observou-se uma pequena retração da população rural (de 5.104 em 1991 para 5.006 em 2000) e um aumento da população urbana (de 5.017 em 1991 para 5.709 em 2000) (v. gráfico 05). A taxa de urbanização cresceu 3,7% passando de 49,6% em 1991 para 53,3% em 2000 (IBGE, 1991 e 2000).

Gráfico 05

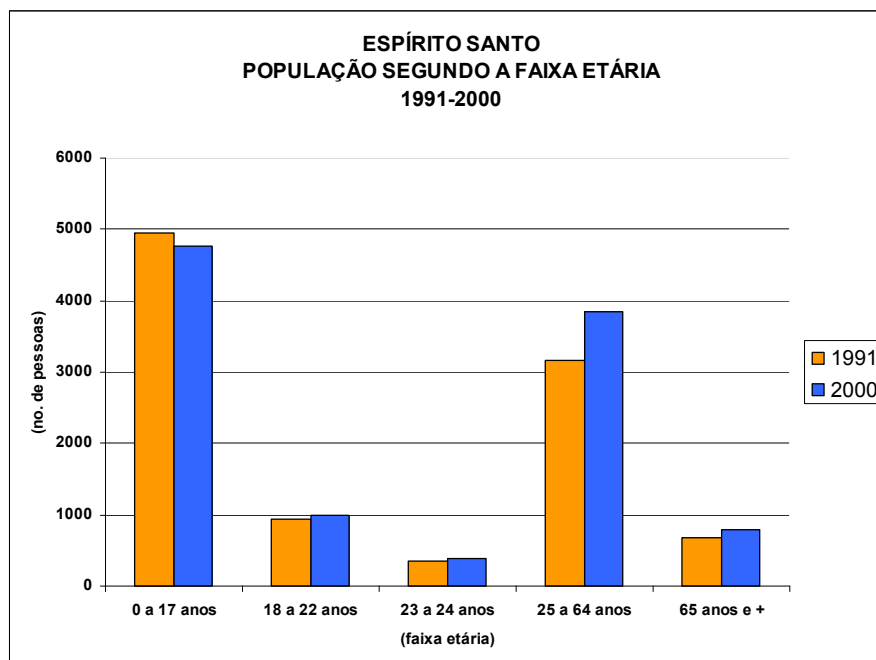


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Ao analisar as informações sobre o comportamento da população segundo a faixa etária, constata-se que a população do município é bastante jovem. Em 2000 os mais jovens (com menos de 1 até 17 anos de idade) representavam 44,2% da população total. As crianças (população entre menos de 1 a 14 anos) representavam 37% da população total. A população entre 18 e menos de 65 anos representava 33,1% do total e a população com 65 anos e mais era bastante significativa, representando 7,4%.

Entre 1991 e 2000 observou-se uma retração da população mais jovem (-3,7% entre menos de 1 a 17 anos). O número de crianças se reduziu em 5,9%. Em compensação, a população em idade mais produtiva (de 18 a menos de 65 anos) e a população mais idosa (com mais de 65 anos) cresceram, respectivamente, 9% e 17,6% (v. gráfico 06). Esse importante crescimento do número de idosos no município pode estar relacionado tanto ao aumento da esperança de vida ao nascer como a uma possível diminuição da natalidade ou à soma dos dois fatores.²¹

Gráfico 06



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

²¹ Um estudo mais aprofundado sobre a dinâmica recente da população poderia indicar com mais precisão os fatores responsáveis por este aumento da população idosa no município de Espírito Santo.

Verificou-se no mesmo período uma redução da mortalidade infantil de 109,92 por mil nascidos vivos em 1991 para 62,95 por mil nascidos vivos em 2000, o que equivale a um declínio da mortalidade infantil da ordem de 42,7% no período. A esperança de vida ao nascer, por sua vez, cresceu 9,51 anos, passando de 52,41 anos em 1991 para 61,92 anos em 2000 (IBGE, 1991; 2000).

No que se refere à renda, o trabalho se destaca como o principal gerador de renda. Apesar disso, observa-se uma queda de 26,63% dos rendimentos provenientes do trabalho na composição da renda municipal entre 1991 e 2000 (PNUD, 2000) (Tabela 02).

Tabela 02: Espírito Santo/RN. Composição da renda municipal

Ano	Renda proveniente de rendimentos do trabalho %	Renda proveniente de transferências governamentais %
1991	73,96	18,90
2000	47,33	25,52
1991-2000	-26,63	6,62

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

No mesmo período, os rendimentos provenientes de transferências governamentais aumentaram sua participação na composição da renda total em 6,62 pontos percentuais (Tabela 02), o que é demonstrativo da importância das políticas públicas na geração de renda no município.

No que se refere à distribuição de renda, observa-se que em 1991, 80% da população mais pobre detinham 49,19% da renda municipal enquanto os 20% mais ricos detinham 50,8%. No ano de 2000 a população que representa os 80% mais pobres passou a ter acesso a 36,7% da renda, enquanto os 20% mais ricos concentravam 63,3%. Constata-se, portanto, não só uma forte concentração de renda no município como uma tendência ao aumento dessa concentração (PNUD, 2000).

3.2 A organização do espaço urbano

O município de Espírito Santo conta com uma população inferior a 20 mil habitantes dos quais 53% reside na sede municipal, isto é, na sua zona urbana, segundo os critérios de localização de domicílio do IBGE. Com 5.709 habitantes, a cidade de Espírito Santo se insere no grupo das pequenas cidades brasileiras e northeriograndenses. Sua infraestrutura urbana é limitada destacando-se o setor de serviços de saúde e educacional. A rede de saúde é composta de apenas 5 estabelecimentos dos quais 4 prestam serviço ambulatorial ao SUS e 1 é um estabelecimento privado sem fins lucrativos (IBGE, 2006). A rede de ensino é composta por 21 estabelecimentos, sendo 14 de ensino fundamental, dos quais 11 são municipais e 3 estaduais; 1 de ensino médio estadual e 6 de ensino pré-escolar municipal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INEP, 2008). Não existe hotel, apenas uma pensão (tipo pousada ou hospedaria familiar) e tem uma agência de correios. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado (Idema), na sede do município são encontradas 20 empresas com CNPJ atuando no comércio varejista.

3.3 A organização do espaço agrário

O espaço agrário de Espírito Santo caracteriza-se por uma forte concentração fundiária, uma forte presença de pequenas unidades de produção camponesas e pela presença de duas atividades que disputam território com a agricultura camponesa: a atividade canavieira e a pecuária.

3.3.1 A estrutura fundiária

Como foi anteriormente mencionado, uma das marcas da estrutura fundiária de Espírito Santo é a forte concentração fundiária. Como pode ser observado na Tabela 03, em 1995, os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 99,2% dos estabelecimentos e se apropriavam de 40% das terras enquanto os estabelecimentos maiores de 100 hectares que representavam menos de 1,0% do total dos estabelecimentos detinham 60% das terras. Chama a atenção o fato de apenas 2 estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares se

apropriarem sozinhos de 36% da área agrícola municipal (IBGE, 1995). Por sua vez, os menores estabelecimentos, com menos de 10 hectares que representavam 95,3% do total, ocupavam apenas 21,5% da área agrícola.

Tabela 03: Estrutura Fundiária do município de Espírito Santo/RN, 1995.

Grupos de área total (ha)	No. de Estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha)	%
Mais de 0 a menos de 10	961	95,3	1.253,9	21,5
10 a menos de 20	18	1,8	250,1	4,3
20 a menos de 50	15	1,5	454,4	7,8
50 a menos de 100	6	0,6	371,5	6,4
100 a menos de 200	4	0,4	600,4	10,3
200 a menos de 500	2	0,20	800,0	13,7
500 a mais de 1.000	2	0,20	2. 100,0	36,0
Total	1.008	100,00	5.830,3	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995

Em 2006 os dados censitários apresentaram algumas alterações no padrão de distribuição das terras no município. De acordo com a Tabela 04, alguns aspectos chamam a atenção quando comparados a 1995. Em primeiro lugar a drástica redução do número de estabelecimentos agropecuários existentes no município que de 1.008 caem para apenas 90. Essa queda é mais significativa entre os estabelecimentos de menos de 10 hectares, justamente os mais numerosos que de 961 passam a apenas 49, o que representa um decréscimo da ordem de 94,9%.

A redução do número é acompanhada pela retração da área ocupada pelos estabelecimentos que cai de 5.830,3 hectares em 1995 para 3.970,0 hectares em 2006 (o que equivale a uma redução de 31,9%). Destacam-se também os estabelecimentos com menos de 10 hectares que contabilizavam 961 em 1995 e em 2006 passam a ser apenas 49 (Tabela 04)²².

²² Considera-se que uma redução de tal porte no número e na área dos estabelecimentos é inexplicável, não se justificaria nem mesmo se houvesse ocorrido desmembramento recente do município, o que não aconteceu. É possível que as alterações na metodologia do censo de 2006 dificultem a comparação de alguns indicadores com censos anteriores. Assim entendendo, para efeito

Tabela 04: Estrutura Fundiária do município de Espírito Santo/RN, 2006.

Grupos de área total (ha)	No. de Estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha)	%
Mais de 0 a menos de 10	49	54,4	166,0	4,2
De 10 a menos de 20	13	14,4	173,0	4,4
De 20 a menos de 50	14	15,6	409,0	10,3
De 50 a menos de 100	6	6,7	452,0	11,4
De 100 a menos de 200	3	3,3	369,0	9,3
De 500 a menos de 1000	5	5,6	2.401,0	60,5
Total	90	100,0	3.970,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

No que se refere aos maiores estabelecimentos, observa-se: a) o desaparecimento dos estabelecimentos com área entre 200 e 500 hectares; b) uma redução em número e área dos estabelecimentos com área entre 100 e menos de 200 hectares; c) um aumento do número e da área dos maiores estabelecimentos. Vale a pena destacar neste caso que em 1995 o censo identificou 1 estabelecimento com 1.200 hectares no município. Em 2006 esse estabelecimento não consta. O aumento da área observado no grupo de estabelecimentos de 500 a menos de 1.000 hectares não indica que houve incorporação da área daquele estabelecimento nessa faixa o que poderia indicar uma fragmentação da terra.

Embora não se tenha informações que permitam explicar tais alterações na malha fundiária do município de Espírito Santo, um aspecto pode ser considerado como persistente na sua estrutura fundiária: a elevada concentração. De fato, embora os estabelecimentos agropecuários menores de 100 hectares ainda representem mais de 90% do total dos estabelecimentos existentes, eles reduzem a área ocupada que passa a representar 30,3% do total da área agrícola. Os estabelecimentos com menos de 10 hectares, por sua vez, passam a representar menos de 50% do total dos estabelecimentos e a área por eles abrangida passa a ser de pouco mais de 4% do total (Tabela 04). Enquanto isso, os estabelecimentos maiores de 100 hectares permanecem em número de 8, mas a área por eles abrangida cresce quase 10 pontos percentuais passando de 60% para 69,8%.

de análise comparativa dos dados, crendo que o importante é considerar as tendências mais gerais por eles indicadas.

3.3.2 A organização da produção agropecuária

Até a década de 70, a economia do Estado do Rio Grande do Norte apoiava-se em quatro pilares: a pecuária, a cana-de-açúcar, o algodão e a extração de sal marinho.

A partir das décadas de 1980 e 1990 vem se agregar à economia do Estado a extração de petróleo e de gás natural onde, além da produção de óleo e gás natural, registra-se a operação de segmentos importantes de um complexo industrial mais diversificado, dentre esses segmentos a indústria têxtil. Outras atividades importantes que emergiram nesse período foram o turismo, a fruticultura irrigada e, mais recentemente, a carcinicultura. Estas duas últimas, ao lado do incremento das atividades turística e têxtil, provocaram uma nova dinâmica do ponto de vista quantitativo, e o conjunto delas foi bastante favorável ao crescimento e à definição do perfil da economia potiguar (NUNES, FILIPPI e GODEIRO, 2006, p. 2-3).

A produção da cana-de-açúcar concentra-se principalmente na Mesorregião do Leste Potiguar, com destaque para a microrregião do Litoral Sul onde se localiza o município de Espírito Santo. Ela expandiu-se durante a fase áurea do Proalcool e sofreu forte retração a partir da crise deste Programa instalada a partir de 1986. Mais recentemente, assiste-se uma retomada do crescimento da atividade, estimulada pelo programa bioenergético do governo federal, fato este também constatado no município de Espírito Santo.

De fato, a partir de 2002 verifica-se uma ligeira retomada dessa atividade, no município, representada pelo crescimento da área plantada com cana (que passa de 500 hectares em 2001 para 1.400 hectares em 2002 permanecendo neste patamar até 2008) e da quantidade produzida (de 31,2 mil toneladas em 1990 passa para 98,0 mil toneladas em 2008).

Dentre as principais lavouras alimentares (feijão, mandioca e milho), destaca-se a mandioca com 565 hectares de área cultivada, seguida do feijão com 260 hectares e o milho com 130 hectares (IBGE, 2008). De acordo com o IBGE (2006), essas culturas são produzidas essencialmente pelos agricultores familiares do município.

No que tange à atividade pecuária, destacam-se no município, além das aves, os rebanhos bovino, caprino e ovino. O rebanho bovino é o mais importante com um

plantel de 3.230 cabeças em 2008 (IBGE, PPM, 2008). A criação de gado é realizada tanto pelos grandes como pelos pequenos estabelecimentos agropecuários. De acordo com o censo agropecuário de 2006 (IBGE 2006), 37% do total de cabeças de bovinos existentes no município estão nos estabelecimentos com mais de 200 hectares. Nas unidades produtivas menores de 100 hectares, que correspondem às unidades familiares de produção, a criação de gado complementa a atividade agrícola. Nelas se encontra quase a metade dos bovinos existentes no município (44,5% do total). O rebanho ovino e caprino é menos importante contando em 2008 respectivamente com 915 e 108 cabeças (IBGE, PPM, 2008).

3.3.3 As relações de trabalho rurais

Em 2006 existiam 464 pessoas ocupadas na atividade agropecuária no município. Destas, 341 eram proprietárias de terra o que representava 73,5% do total das pessoas efetivamente ocupadas na atividade primária. Destes proprietários, 303 (65,3%) possuíam menos de 100 hectares de terra; eram, portanto, pequenos proprietários. O número de produtores assentados era de apenas 6, todos eles sem o título definitivo de posse da terra e ocupando cada um menos de 10 hectares. Os parceiros e os posseiros eram muito poucos, respectivamente 6 e 3, todos ocupando menos de 10 hectares (IBGE, 2006).

É importante destacar que, em 2006, foram contabilizados 108 produtores rurais que não possuíam terra e dependiam da cessão de terra de terceiros para trabalhar. Estes produtores sem-terra se somados aos parceiros e posseiros, representavam 25,2% dos produtores rurais sem acesso legal à propriedade da terra no município (IBGE, 2006).

Do exposto pode-se apreender que embora parte do território do município de Espírito Santo apresente certa riqueza no que se refere aos recursos hídricos, a presença de solos pobres e lixiviáveis na área de domínio dos tabuleiros costeiros pode se constituir num fator limitante para a prática agrícola. Do ponto de vista da organização socioeconômica, o município apresenta uma forte concentração de terra e de renda, uma economia pautada principalmente na atividade monocultora canavieira e na pecuária bovina e uma importante dependência de transferências governamentais para a subsistência da população. A agricultura familiar camponesa

é representada predominantemente por pequenos proprietários que se dedicam à produção dos alimentos básicos e à pecuária.

É neste quadro de desigualdade que tem lugar no município, a partir de 1997, um movimento de luta pela terra mediada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais que resultou na desapropriação de três propriedades ali existentes visando ao assentamento de agricultores sem-terra, como será visto a seguir.

3.4 A luta pela terra

No município de Espírito Santo existiam, em 1970, três fazendas pertencentes a um mesmo proprietário, o Sr. Gilvan Luz, um grande fazendeiro da região, na época prefeito do município. As fazendas denominavam-se de Espírito Santo I, Espírito Santo II e Espírito Santo III.

Na época do Sr Gilvan Luz, de acordo com os entrevistados, a terra formava uma grande fazenda com muitos moradores. Nela moravam e trabalhavam muitos dos atuais assentados quando crianças/jovens e/ou seus pais e avós: “no nosso assentamento tem 28 casas, mas aqui na época de seu Gilvan Luz, tinha nessa terra, mais casas do que a quantidade que tem agora no nosso assentamento, tinha até escola” (depoimento de um assentado entrevistado). Constatatou-se através da pesquisa de campo que os pais e avós de 78,6% das famílias entrevistadas no assentamento Timbó e 64,3% das famílias entrevistadas no Assentamento Mata Verde foram moradores dessas fazendas.

A atividade nas fazendas voltava-se inicialmente para a produção de cana-de-açúcar, destinada ao abastecimento de um engenho de rapadura que o próprio proprietário das terras possuía no município. Era permitido aos moradores a produção de alimentos nos seus roçados. Deste modo eles dividiam o tempo entre o trabalho no cultivo da cana-de-açúcar e no cultivo de seus próprios plantios:

Seu Gilvan deixava a gente botar roçado na terra e não cobrava nada por ela não. Só cobrava a quem não era morador, gente de outras terras ou da cidade que vinham botar roçado aqui ele cobrava renda, mas a gente que era morador, tinha a terra de graça (depoimento de um entrevistado).

Com a morte do proprietário em 1986, as terras ficaram com seus herdeiros (esposa e filhos) que residiam no Estado da Paraíba e raramente visitavam a

fazenda. A mudança de proprietários promoveu alterações significativas na estrutura da fazenda, nas relações produtivas e de trabalho. A lavoura da cana-de-açúcar foi substituída pela pastagem e pela atividade pecuária. Extinguiu-se o sistema morador que era o grande fornecedor de mão-de-obra para a atividade canavieira no imóvel. Em seguida os trabalhadores foram sendo expulsos, suas casas foram destruídas, restando apenas um trabalhador na fazenda, o administrador.

A maior parte da população (des)territorializada passou a residir na zona urbana da cidade de Espírito Santo e foi trabalhar como assalariada da cana-de-açúcar em outras propriedades do próprio município e de municípios vizinhos. Para ajudar no sustento de suas famílias também recorriam aos proprietários fundiários do município para pedir terra a fim de instalar roçados. Isso, inclusive, nas terras das fazendas Espírito Santo I, II e III de onde haviam sido expulsos, como declarou um dos entrevistados:

O que a gente gosta de fazer é agricultura, que é o que dá sustento a gente, então o jeito que teve foi a gente procurar terra com os proprietários que pudessem arrendar um pedaço prá gente plantar, embora que no fim, o que a gente colhesse só desse prá pagar a renda da terra, por isso a gente procurava, até mesmo nessa terra de onde foi expulso (depoimento de um assentado entrevistado).

Na terra das fazendas Espírito Santo, o administrador fornecia a terra para o trabalhador colocar um roçado pelo período de uma safra e recebia em troca o terreno desmatado e destocado como forma de pagamento. Segundo um dos entrevistados, “nesse tempo, acontecia muito do proprietário da terra soltar o gado dentro da plantação antes da gente colher e a gente não podia fazer nada porque a terra não era nossa”.

Pouco a pouco o administrador foi deixando de ceder terra para roçado, e a atividade pecuária foi praticamente abandonada. Caçadores e lenhadores passaram a agir de forma clandestina e predatória no local, atuando principalmente na reserva de Mata Atlântica existente nas fazendas.

Em 1997, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tendo em vista a situação de abandono das propriedades, deu entrada no Incra em uma solicitação de desapropriação visando ao assentamento de trabalhadores sem-terra.

Esta solicitação entrou na pauta de discussão do Incra apenas em 1998 e só no dia 28 de abril de 2003 é que foi realizada a avaliação dos imóveis. Nos laudos

de avaliação (v. anexo 01) consta ainda como proprietário o Sr. Gilvan Luz. A área da fazenda Espírito Santo II, avaliada, correspondeu a 550,4740 hectares e a das fazendas Espírito Santo I e III, a 470,4 hectares (v. laudos de vistorias em anexo). Após a realização do laudo, o Incra encaminhou um processo com solicitação de desapropriação dos imóveis para a sede em Brasília.

Apesar das terras preencherem os critérios estabelecidos para a desapropriação, esta não foi realizada imediatamente, como comprova a fala de José Jeremias, presidente da Associação do Assentamento Timbó: “a notícia que a gente tinha era que o projeto ia pra Brasília e voltava o tempo todo”.

O entrevistado aponta como empecilho para a agilização do processo desapropriatório o interesse demonstrado pelos latifundiários locais em adquirir as propriedades: alguns fazendeiros, que queriam aumentar seus rebanhos bovinos e usineiros da região que queriam expandir suas terras para ampliar o cultivo da cana passaram também a disputá-las.

Uns fazendeiros fizeram de tudo pra que a gente desistisse das terras pra eles comprarem, chegaram a nos oferecer propinas, como: dez computadores, uma kombi, uma parte das terras em nossos nomes e uma quantia em dinheiro, mas a gente não aceitou (depoimento de José Jeremias da Silva).

Apesar desses empecilhos, a luta ocorreu de forma pacífica. O acampamento foi montado e embora os trabalhadores não ficassem o tempo todo nele, permaneciam mobilizados realizando reuniões e passeatas para exigir agilidade do Incra no processo de desapropriação. Este, porém só teve lugar no ano de 2004.

Depois da publicação do decreto de desapropriação, o Incra realizou o cadastro das famílias sem-terra do município visando o seu assentamento tendo cadastrado 82 famílias. Ao fazer um mapeamento da área, porém, os técnicos do órgão constataram que a capacidade de assentamento das terras era de apenas 57 famílias. Fez-se necessário então realizar uma seleção entre os inscritos que levou em consideração as famílias mais carentes, mais numerosas, as que não tivessem nenhum vínculo empregatício nem problemas com a justiça. Para realizar a seleção o Incra enviou ofício para a prefeitura do município, para a Câmara dos Vereadores, para a Delegacia, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, convidando seus representantes para fazer parte de uma assembleia no auditório do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais do município com o objetivo de comprovar a realidade da vida de cada família e selecionar as 57 para serem assentadas.

As três fazendas deram origem a dois assentamentos: Timbó e Mata Verde. Os decretos de criação dos assentamentos foram publicados em novembro de 2004, mas os projetos de assentamento só começaram a funcionar em 2005. As fazendas Espírito Santo I e III deram origem ao assentamento Timbó onde foram assentadas 29 famílias. A fazenda Espírito Santo II deu origem ao assentamento Mata Verde onde foram assentadas 28 famílias. A criação de dois assentamentos deveu-se ao fato das terras das fazendas desapropriadas não serem contínuas.

3.5 Aspectos locais e ambientais dos assentamentos

Para dar início à organização territorial dos assentamentos, o Incra orientou os assentados a fundarem uma Associação em cada assentamento e abrir uma conta bancária para onde iriam os recursos financeiros a eles destinados. Posteriormente seria construída uma sede para cada associação e duas agrovilas. Após a realização de uma segunda vistoria na área para identificar o melhor local para a construção das agrovilas, cada família recebeu o crédito habitação no valor de R\$5.000,00 para a construção de suas casas. Os agricultores dos dois assentamentos uniram-se e conseguiram construir as duas agrovilas em apenas três meses. Foram construídas 29 casas e um centro comunitário no Projeto de Assentamento (PA) Timbó e 28 casas e um centro comunitário no PA Mata Verde.

3.5.1 O Assentamento Timbó: aspectos locais e ambientais

O assentamento Timbó está localizado a aproximadamente 2 km da sede do município e a 75 km de Natal. Tem uma área territorial de 552 ha, limitando-se ao norte com a rodovia estadual RN-003; ao sul com a fazenda do Sr. Eraldo Pedrosa; a leste com propriedade do Sr. Osvaldo Medeiros e com a Usina Estivas e; a oeste, com uma propriedade do Sr. Gilvan Luz e a rodovia estadual RN-003 (Figura 01).

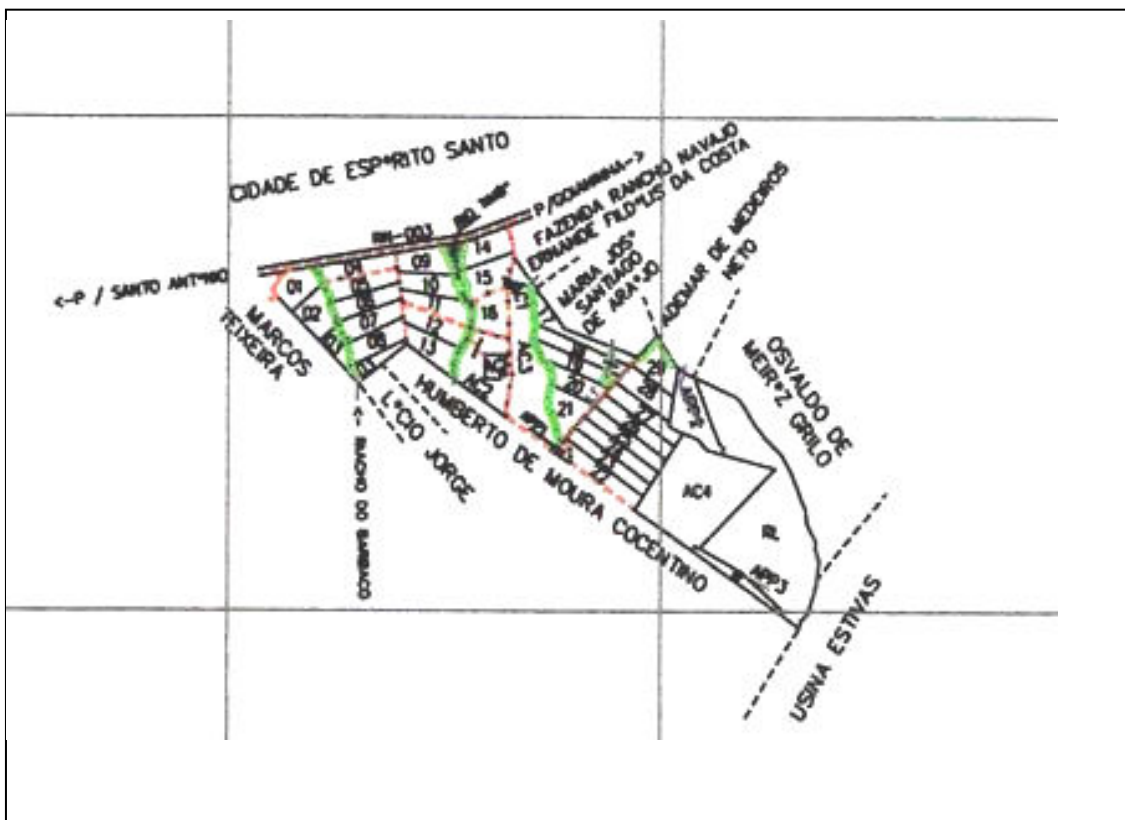


Figura 01: Limites territoriais do Assentamento Timbó
Fonte: INCRA, 2009.

Por estar localizado numa área de transição Litoral-Agreste Potiguar, as terras do assentamento apresentam uma vegetação diversificada, com características de Agreste seco, representada pela vegetação de caatinga, assim como características de Litoral, com uma vegetação de Mata Atlântica. Essas espécies vegetais apresentam-se bastante degradadas.

Como pode-se observar na figura abaixo (Figura 02), a área desmatada corresponde a mais de 50% da área total do assentamento. Da área restante, a maior parte pode ser desmatada para a realização de plantios, ficando como área de preservação permanente apenas as áreas referentes à mata ciliar.

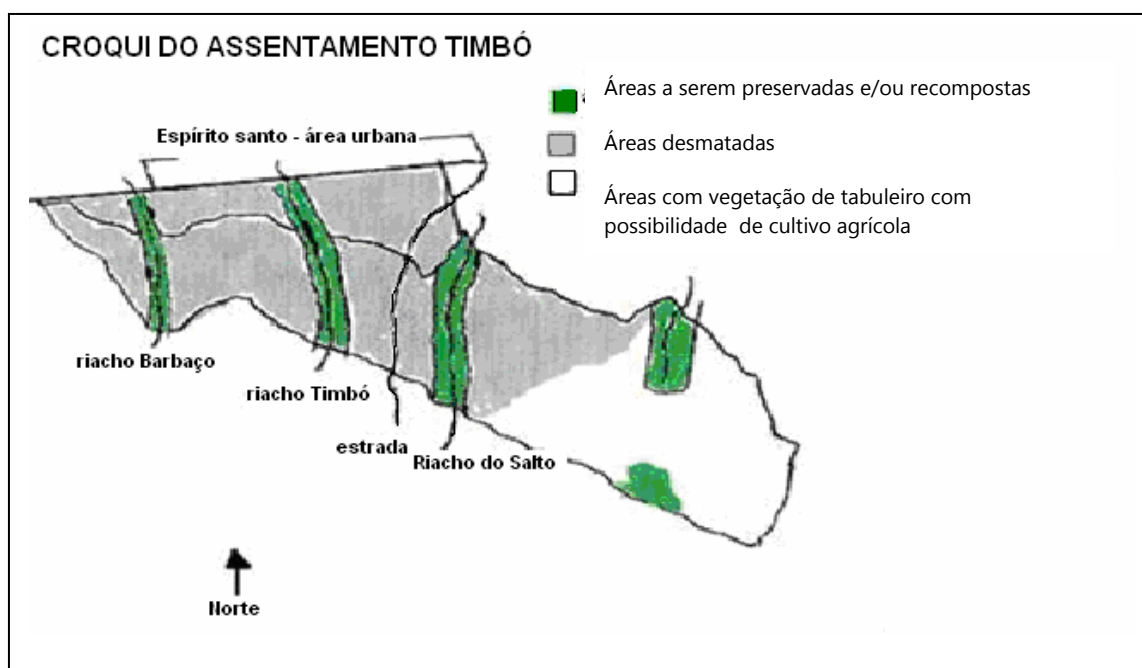


Figura 02: Representação das áreas com formações vegetais segundo a previsão de uso, com destaque para as áreas degradadas do assentamento Timbó

Fonte: TECHNE, 2006

Quanto aos recursos hídricos, o assentamento é cortado por quatro riachos, sendo dois temporários (Barbaço e Jundiara) e dois perenes denominados Timbó e do Salto. Estes últimos afloram de dentro da reserva de Mata Atlântica do próprio município e deságuam no rio Jacu. A água é uma das principais riquezas do assentamento, uma vez que ela existe de boa qualidade podendo ser utilizada para a produção agrícola, para o consumo humano e para a criação de animais. De acordo com a TECHNE²³ (2006), foram realizadas duas coletas de amostra de água para análise em laboratório nos dois riachos. Ambas as amostras são de águas cloretado-sódicas, característica das águas meteóricas próximas ao litoral, onde há significativa influência do mar. As duas amostras apresentaram valores muito próximos, com uma leve maior salinidade no riacho Timbó, que também apresentou algum conteúdo de íon Potássio, porém não tem nenhuma restrição ao consumo humano, nem para o consumo animal. Considerada água de baixa salinidade pode ser usada, também, para irrigação na maioria das culturas, em quase todos os tipos de solos, com pouquíssima probabilidade de desenvolver salinização.

²³ TECHNE: Empresa Multidisciplinar Potiguar contratada pelo Incra para fazer o Plano de Desenvolvimento dos assentamentos Timbó e Mata Verde no período de 2004 a 2006.

Pode-se também encontrar no interior do assentamento pequenas cachoeiras que dão um toque de beleza à paisagem, como a Cachoeira do riacho Timbó (Figura 03).



Figura 03: Cachoeira no riacho Timbó localizados nas terras do assentamento Timbó. Espírito Santo, maio de 2009

Arquivo: Silvânia Lima

A TECHNE (2006) também abriu trincheiras nas terras do assentamento Timbó para a análise do solo e constatou que há a predominância de latossolos vermelho-amarelo distróficos psamíticos, com horizonte A fraco na zona de transição caatinga-mata atlântica. O horizonte A é pouco desenvolvido com espessura entre 10 e 15 cm, com teor reduzido de coloides minerais e orgânicos, fato atribuído ao clima (tropical chuvoso com verão seco). O solo é profundo, cerca de 150 cm, com baixa saturação de bases, apresentando horizonte B latossólico com espessura >100cm e estrutura fraca em blocos e/ou prismática, textura franco-arenosa e arenosa. O horizonte C não foi encontrado nas trincheiras abertas devido sua profundidade estar superior a 150 cm.

Quanto à acidez do solo, constatou-se que este tem como característica o PH praticamente estável nas diversas camadas estudadas sendo em geral ácido ou moderadamente ácido em todas as camadas. A partir desse estudo, chegou-se à

conclusão que o solo apresenta reduzido impedimento para o uso agrícola, necessitando correções para alguns cultivos (TECHNE, 2006).

3.5.2 O assentamento Mata Verde: aspectos locais e ambientais

O assentamento Mata Verde está localizado no município de Espírito Santo/RN, com distância aproximada de 5 km da sede do município e 79 km de Natal. Tem uma área territorial de 551 ha, limitando-se ao norte com a fazenda do Sr Lúcio Jorge; ao sul com a propriedade da usina Vale Verde; ao leste propriedade das usinas Estivas e Vale Verde; e ao oeste, com propriedade do Sr. Gilvan Luz.

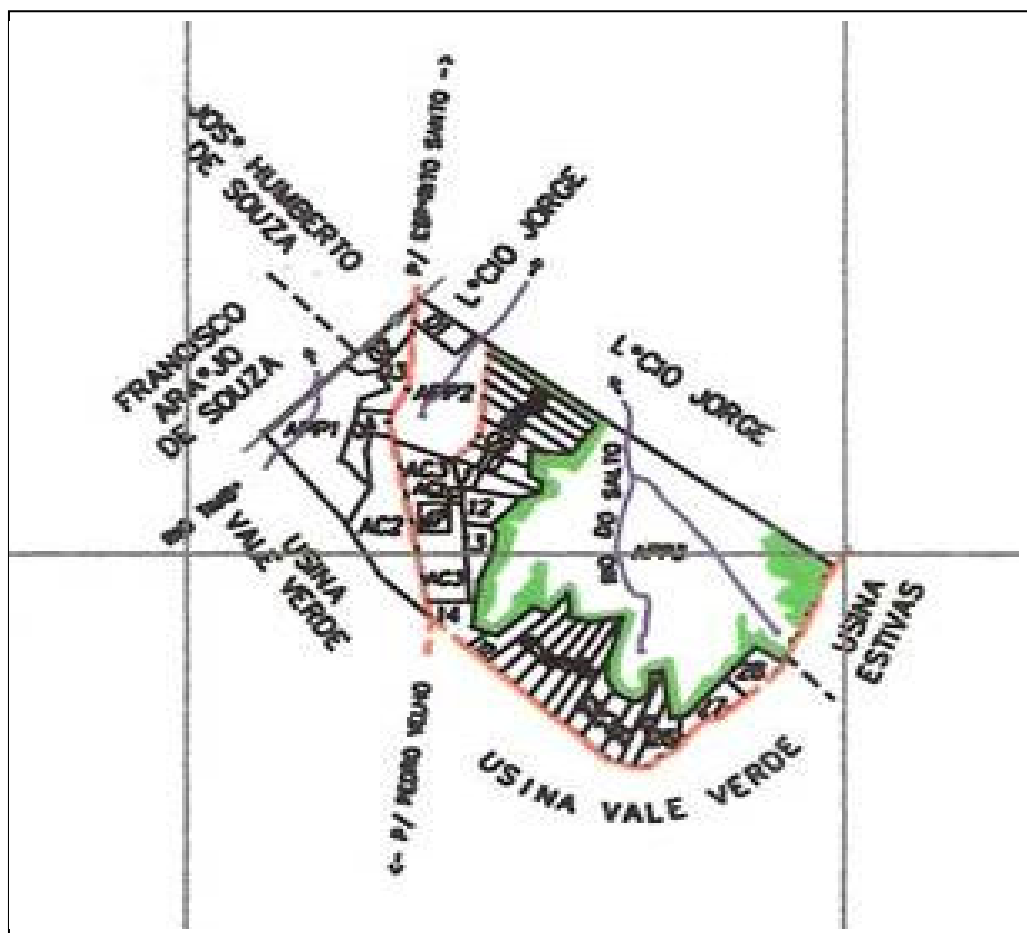


Figura 04: Limites territoriais do assentamento Mata Verde

Fonte: INCRA, 2009.

Assim como o assentamento Timbó, o assentamento Mata Verde está localizado na zona de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga. Assim, é

possível identificar no assentamento uma diversidade de formações vegetais como cerrados de tabuleiro (também denominada de tabuleiro), mata ciliar, caatinga e mata atlântica. O estado de preservação dessa vegetação pode ser visto através do croquis das terras do assentamento (figura 05). É no interior do trecho da Mata Atlântica localizado no assentamento que se encontram as nascentes dos riachos Timbó e do Salto (figura 05).

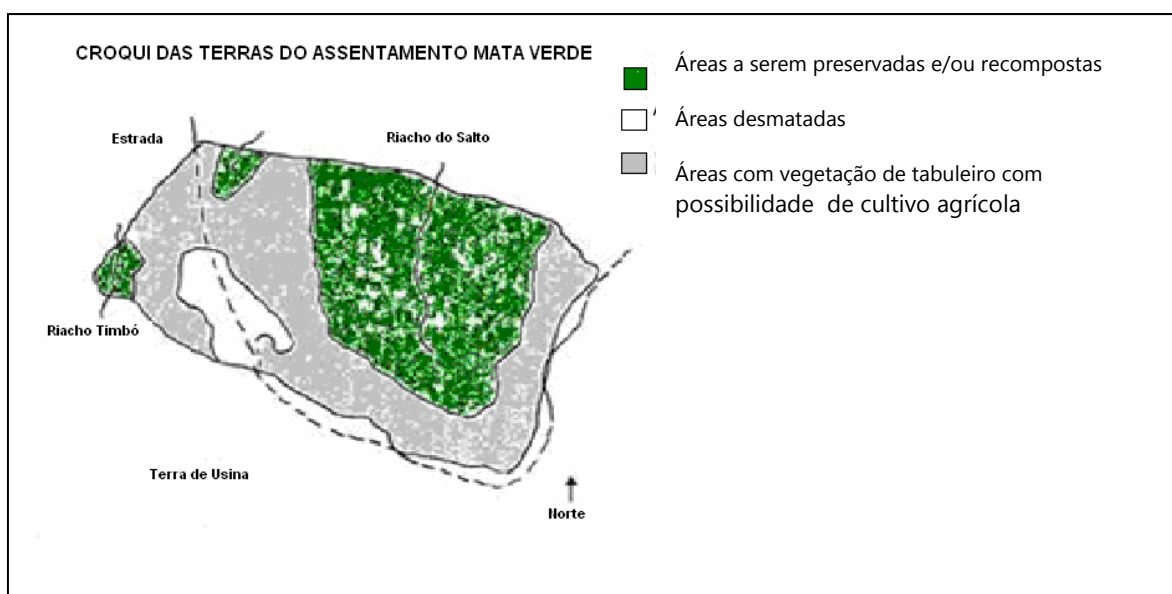


Figura 05: Representação das áreas de preservação do assentamento Mata Verde

Fonte: TECHNE, 2006

A área ocupada por esta mata abrange aproximadamente 40% das terras do assentamento e dentro dela foi criada uma Área de Preservação Ecológica (APA) denominada Piquiri/Una que está em processo de regulamentação (figuras 06 e 07).



Figura 06: APA Piquiri/Una.

Arquivo: Patrícia Venâncio, 2009



Figura 07: APA Piquiri/Una

Arquivo: Patrícia Venâncio, 2009

assentamento Mata Verde é banhado por três riachos: Gambá, Timbó e Salto. Os dois últimos são riachos perenes que afloram de dentro da reserva de Mata Atlântica do próprio assentamento, posteriormente passam pelas terras do assentamento Timbó e deságuam no rio Jacu. O assentamento se localiza bem próximo às nascentes desses dois riachos. Como visto antes, a qualidade da água desses riachos é considerada boa, sendo utilizada para praticamente todos os fins.

A importância da água desses riachos vai além do abastecimento da população assentada, pois ajuda no abastecimento de três municípios vizinhos. Os riachos Timbó e Salto, somado ao riacho Una pertencente também ao município, concentram água suficiente para abastecer o município de Espírito Santo e mais três cidades vizinhas: Pedro Velho, Santo Antônio e Várzea. Esse abastecimento acontece a partir da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). Foram construídos pela CAERN tanques de alvenaria que interceptam as águas dos riachos após terem ultrapassado toda a terra dos assentamentos e são canalizadas para as Estações de Tratamento de Água (ETA) dos respectivos municípios, recebendo os aditivos químicos para tratamento e, posteriormente, são distribuídas para as casas da população. Além disso, há também dentro do assentamento uma estação de captação de água, para abastecer comunidades vizinhas ao assentamento Mata Verde, como demonstrado na figura 08.



Figura 08: Estação de captação de água para abastecer as comunidades vizinhas ao assentamento Mata Verde.

Arquivo: Patrícia Venâncio, 2009.

A THECHNE (2006) também abriu trincheiras nas terras do assentamento Mata Verde para a análise do solo e constatou que assim como o assentamento Timbó, há a predominância de latossolos vermelho-amarelo distróficos psamíticos com horizonte A fraco na zona de transição Caatinga-Mata Atlântica, porém essa característica da zona de transição é bem maior que a do assentamento Timbó, o que resulta no predomínio de um solo mais fraco onde não podem ser cultivados os tipos de culturas tradicionais que os assentados costumam cultivar, como o milho, por exemplo.

Essa terra aqui é muito ruim, nada que agente planta dá, porque a terra é muito fraca. Pra plantação aqui dar certo, a gente tem que adubar a terra, mas só que a gente não tem recursos pra isso. Só o que dá aqui é feijão e mandioca e mesmo assim, muito mal. Milho, nem em sonho (depoimento de um entrevistado).

Quanto ao desenvolvimento do solo, este é equivalente ao assentamento Timbó, apresentando o horizonte A pouco desenvolvido com espessura entre 10 e 15 cm, com teor reduzido de coloides minerais e orgânicos. O solo é profundo, cerca de 150 cm com baixa saturação de bases, apresentando horizonte B latossólico com espessura >100cm e estrutura fraca em blocos e ou prismática, textura franco-arenosa e arenosa. O horizonte C não foi encontrado nas trincheiras abertas devido sua profundidade estar superior a 150 cm.

Quanto à acidez do solo, constatou-se que este tem como característica o PH praticamente estável nas diversas camadas estudadas, sendo em geral ácido ou moderadamente ácido em todas as camadas. A partir desse estudo, chegou-se à conclusão que o solo necessita de correções para alguns cultivos, o que dificulta o desenvolvimento de atividades por parte das famílias assentadas.

A implantação dos dois assentamentos de reforma agrária no município de Espírito Santo é responsável por impactos territoriais importantes, como será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS TIMBÓ E MATA VERDE

Tudo que a gente quer aqui é trabalhar na terra, poder plantar e colher, sem isso a terra não vale de nada pra gente. A gente quer cuidar disso tudo aqui, é muito bonito e a gente precisa da natureza, também porque é na mata que estão as nascentes dos rios que trazem água pra gente, mas a gente não pode ficar com fome pra dar alimento às plantas. A gente não quer derrubar a Mata Atlântica, a gente só quer que eles liberem a parte que já tá desmatada pra gente poder trabalhar (depoimento de um assentado do PA Mata Verde).

A implantação de assentamentos rurais repercute tanto em nível local, como em todo o seu entorno. Isto na medida em que a criação de um projeto de assentamento pode proporcionar melhorias nas condições de vida de uma determinada população, possibilita a reorganização das formas de produção numa determinada área, afeta a dinâmica do comércio e a movimentação bancária local, além de introduzir novas atividades relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo. Além das alterações na organização social, econômica e política, a criação de assentamentos também pode contribuir com a preservação ambiental. Essas transformações, como já foi anteriormente colocado, são entendidas neste trabalho como impactos territoriais. A esse estudo, interessou identificar os impactos territoriais decorrentes da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde no município de Espírito Santo.

4.1 Os impactos territoriais da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde

Os primeiros grandes impactos territoriais decorrentes da criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde se acham relacionados à estrutura fundiária, à propriedade da terra e ao uso do solo. Como já foi demonstrado, onde hoje se situam os dois assentamentos existiam três fazendas, sendo uma descontínua em relação às demais. No total elas perfaziam mais de 1.000 hectares, o que configurava um latifúndio, e pertenciam a uma única família.

As formas dominantes de uso do solo nas propriedades foram inicialmente a cana-de-açúcar e depois a pecuária. Durante o período de domínio da cana ainda

era possível se ver na paisagem as moradias e os roçados dos trabalhadores-moradores. Com sua transformação em área de criação de gado, a cana, a policultura alimentar e as habitações dos moradores cederam lugar ao pasto e ao gado. Teria o desenvolvimento do capital no campo destruído aquele campesinato? As predições de Lênin estariam se concretizando naquele território?

O que se passou não foi exatamente isto. Na verdade, embora os moradores tenham se transformado em trabalhadores sem-terra e parte deles em assalariados da cana, a atividade econômica da propriedade foi abandonada por falta de interesse dos novos donos. A vegetação cresceu e as propriedades, sem exercer nenhuma função social, foram reivindicadas pelos camponeses (des)territorializados – (re)territorializados, em busca de uma nova (re)territorialização.

Como foi demonstrado anteriormente, as fazendas Espírito Santo I e III deram origem ao assentamento Timbó onde foram assentadas 29 famílias e a fazenda Espírito Santo II deu origem ao assentamento Mata Verde onde foram assentadas 28 famílias. Que nova forma assumiu cada uma dessas frações de território conquistadas pelos trabalhadores? Quem são os assentados? Como vivem e trabalham as famílias assentadas? Quais as formas de organização da produção? Quais as formas de articulação com o mercado? Quais as novas formas de organização social ali presentes? Quais as aspirações e perspectivas dos assentados? Como eles avaliam os resultados de sua (re)territorialização e recriação camponesa? Todos esses aspectos dizem respeito aos impactos territoriais dos assentamentos e serão abordados a seguir.

4.1.1 Composição e naturalidade das famílias assentadas

Com base nas informações obtidas com o trabalho de campo, as famílias assentadas nos assentamentos Timbó e Mata Verde são compostas em média por 5 pessoas. Portanto, não são tão grandes como as tradicionais famílias camponesas do Nordeste brasileiro que contavam com mais de 10 pessoas em média.

Os homens são um pouco mais numerosos que as mulheres. Eles representam 51,3% das pessoas que compõem o total das famílias entrevistadas no

PA Timbó e 52,1% das pessoas que compõem o total das famílias entrevistadas no PA Mata Verde.

Quanto à faixa etária, os dois assentamentos apresentam um perfil populacional muito parecido: a) a população infantil (com menos de 15 anos) é bastante significativa representando 29,6% do total das pessoas que compõem as famílias entrevistadas no PA Mata Verde e 37,8% do total das pessoas que compõem as famílias entrevistadas no PA Timbó; b) a população jovem com idade entre 15 e 25 anos representa aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total das pessoas que compõem as famílias entrevistadas nos dois assentamentos; c) na faixa etária de 26 a 40 anos observa-se uma pequena diferença entre os dois assentamentos, sendo um pouco maior o número de pessoas que compõem as famílias entrevistadas nessa faixa etária no PA Mata Verde; d) na faixa dos 40 aos 60 anos foi identificado o mesmo número de pessoas, porém a participação da população inserida nessa faixa etária é maior no PA Mata Verde; e) foram identificados 5 idosos no PA Mata Verde e apenas 2 no PA Timbó (Tabela 05). A população economicamente ativa (PEA) representa 74,2% do total das pessoas que compõem as famílias entrevistadas no PA Timbó e 85% do total das pessoas que compõem as famílias entrevistadas no PA Mata Verde.

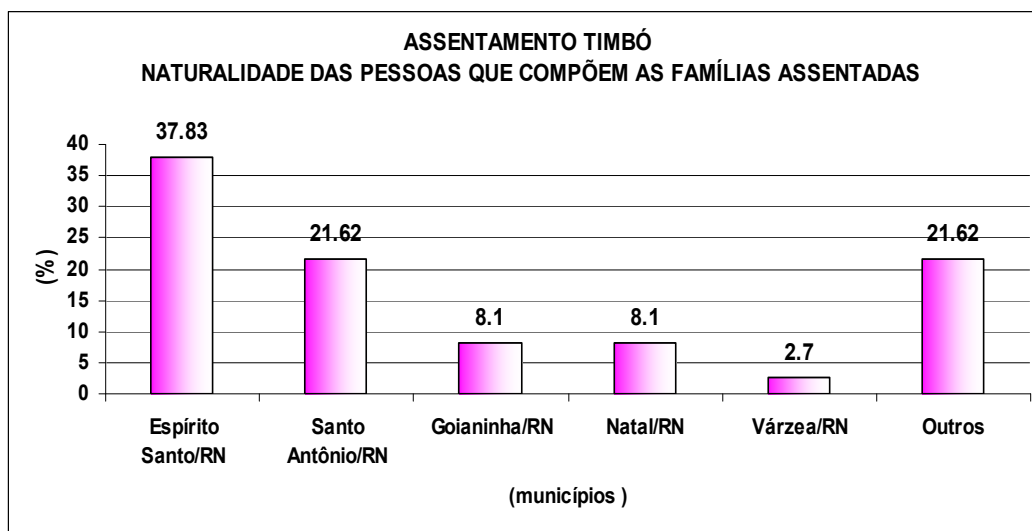
Tabela 05: População dos assentamentos Mata Verde e Timbó por faixa etária e sexo

PA MATA VERDE							PA TIMBÓ					
Faixa etária	Homem	%	Mulher	%	Total	%	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0-6 anos	7	18,9	5	14,7	12	16,9	7	18,4	4	11,2	11	14,9
7-14 anos	5	13,6	4	11,8	9	12,7	7	18,4	10	27,7	17	22,9
15-25 anos	8	21,6	10	29,4	18	25,3	11	28,9	8	22,2	19	25,7
26-40 anos	9	24,3	7	20,6	16	22,5	5	13,2	9	25	14	18,9
41-60 anos	6	16,2	5	14,7	11	15,5	7	18,4	4	11,2	11	14,9
+ de 60 anos	2	5,4	3	8,8	5	7,1	1	2,7	1	2,7	2	2,7
Total	37	100,0	34	100,0	71	100,0	38	100,0	36	100,0	74	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

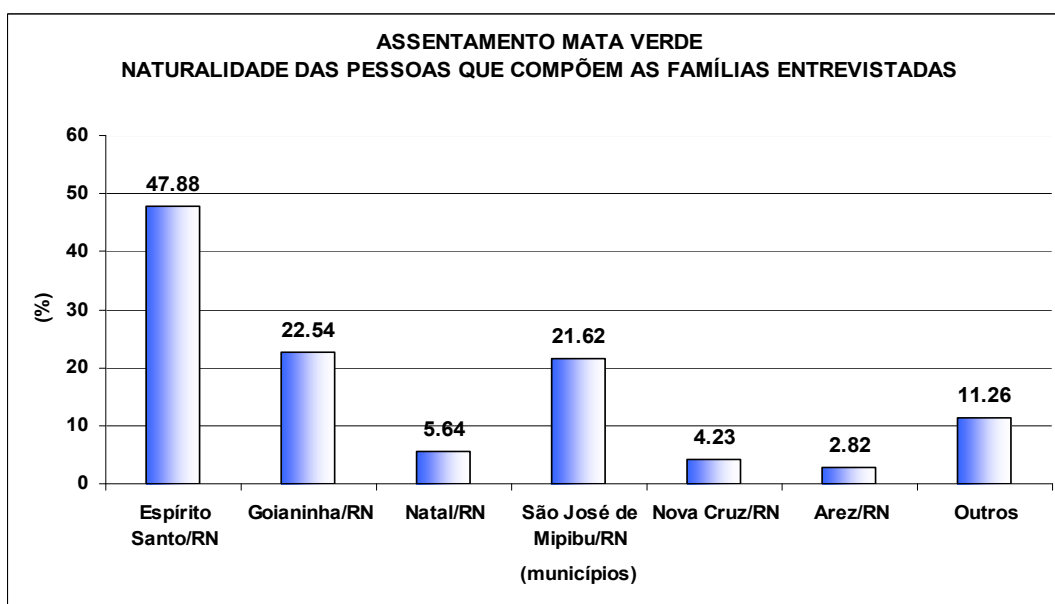
Quanto à naturalidade, observa-se que nem todos os membros das famílias assentadas nasceram no município de Espírito Santo, embora este seja o lugar de naturalidade da maioria (47,9% no PA Mata Verde e 37,8% no PA Timbó) (gráficos 07 e 08). Além de Espírito Santo, destacam-se como principais locais de nascimento da população dos dois assentamentos os municípios de Goianinha, Santo Antônio, São Miguel de Mipibu, Várzea e Arez, situados na mesma região, além de Natal, capital do Estado (gráficos 07 e 08).

Gráfico 07



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Gráfico 08



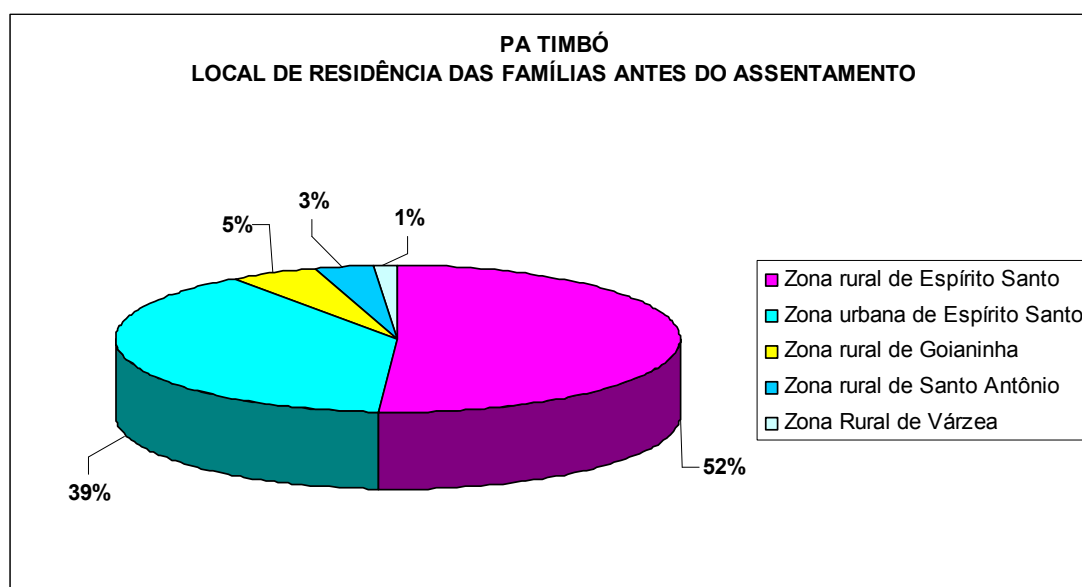
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

4.1.2 Local de residência e trabalho anterior das famílias assentadas

Apesar da maior parte dos assentados não serem naturais do município de Espírito Santo (muitos nasceram em municípios vizinhos em virtude da ausência de infraestrutura de saúde em Espírito Santo), o local de moradia anterior à criação dos assentamentos da grande maioria das famílias era este município.

De fato, constatou-se que 90,2% das famílias assentadas no PA Timbó que participaram da pesquisa já viviam no município de Espírito Santo, sendo que 51,0% residiam na zona rural e 39,2% na zona urbana (gráfico 09). As demais famílias moravam na zona rural de municípios vizinhos (Goianinha, Santo Antônio e Várzea) (gráfico 09).

Gráfico 09

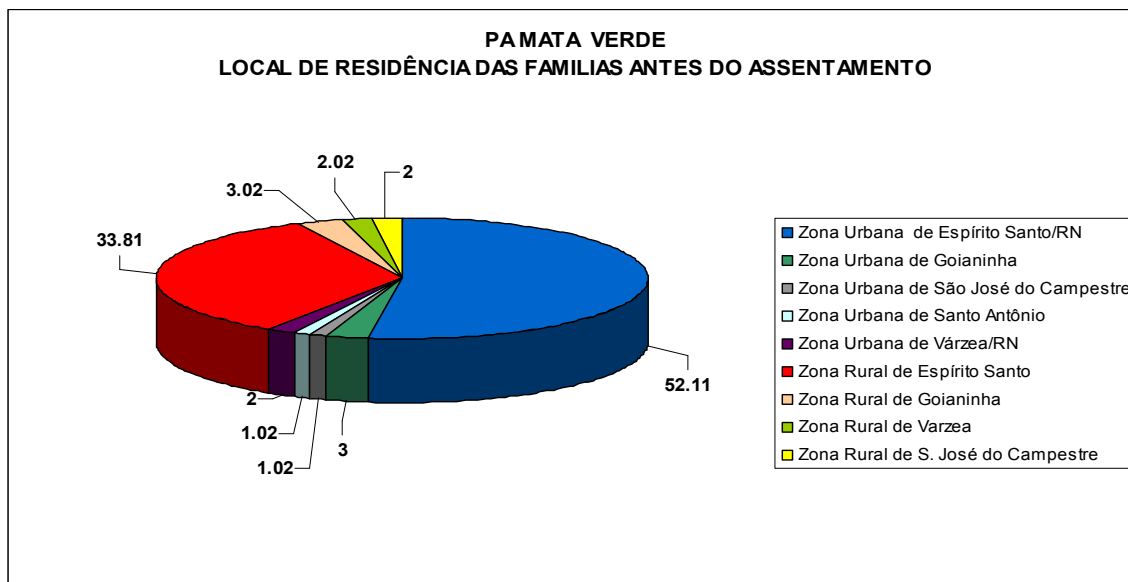


Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Do total das famílias assentadas no PA Mata Verde que participaram da pesquisa, 59,15% residiam na zona urbana e 40,85% na zona rural. Das que moravam na zona urbana, 52,11% residiam na sede do próprio município de Espírito Santo e as demais, nas sedes de municípios vizinhos (gráfico 10). Das que moravam na zona rural, 33,81% também residiam no município de Espírito Santo (gráfico 10). Verifica-se aqui uma diferença quanto ao local de domicílio anterior

entre os dois assentamentos. A população do PA Timbó residia majoritariamente na zona rural e a do PA Mata Verde residia majoritariamente na zona urbana.

Gráfico 10



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Tanto as famílias do PA Timbó quanto as do PA Mata Verde que não residiam em Espírito Santo vieram se juntar aos trabalhadores sem-terra deste município na luta pela desapropriação das fazendas Espírito Santo I, II e III. Elas foram cadastradas pelo Incra e foram selecionadas para compor a população que seria assentada.

4.1.3 Antigas relações de trabalho

Todas as famílias entrevistadas trabalhavam na agricultura antes de virem para os assentamentos. Trabalhavam como arrendatários, como moradores e em roçados cedidos pelos proprietários.

O arrendamento é uma relação de trabalho tradicional na Zona da Mata e no semiárido nordestino. Ela garante o acesso precário à terra a agricultores não proprietários. Segundo Moreira (2010b),

no Nordeste, os pequenos arrendatários são conhecidos como “foreiros”. Eles alugam um pedaço de terra a terceiros e pagam uma renda em dinheiro ou equivalente em produto calculado com base no número de hectares arrendados. O proprietário normalmente entrega a terra sem nenhum benefício e não contribui com o foreiro em nenhuma etapa do processo produtivo. Este por sua vez, tem autonomia na administração da terra e controla todo o processo produtivo (p. 5).

Por se tratar apenas de um contrato de aluguel,

(...) o proprietário fundiário não aparece diretamente como produtor capitalista por não investir capital na produção agrícola a ser realizada no terreno por ele arrendado, seja ela direcionada para a produção de mercadorias agrícolas ou não. Seu ganho se corporifica no pagamento da renda da terra por parte do rendeiro, que detém autonomia sobre todo o processo de produção implantado (TARGINO; CARVALHO²⁴).

Do total das famílias entrevistadas no PA Timbó, 57,0% trabalhavam antes como arrendatárias. Das entrevistadas no PA Mata Verde 57,2% também eram arrendatárias. Eram duas as formas de pagamento da renda da terra: a renda dinheiro e a renda produto. No caso da renda em dinheiro, cada arrendatário pagava, em média, R\$ 45,00 a R\$ 75,00 por hectare. O pagamento era efetuado antes da produção, o que exigia do agricultor que ele disponibilizasse recursos antes mesmo de iniciar o plantio, o que limitava sua capacidade de ampliação da área que podia arrendar. Eles eram obrigados a entregar a terra em tempo pré-estabelecido e não podiam criar animais. Do total das famílias assentadas no PA Timbó que eram arrendatárias antes da conquista da terra, 43% pagavam a renda em dinheiro. No caso do PA Mata Verde, todas as famílias que trabalhavam na condição de arrendatárias, pagavam apenas a renda em dinheiro.

Outra forma de pagamento da renda comum na região, também utilizada pelos assentados, antes de virem para o assentamento, era o arrendamento com pagamento da renda em equivalente produto. Nesse caso, na colheita, um percentual da produção equivalente ao valor em dinheiro cobrado pelo hectare de terra era pago ao proprietário pelo arrendatário. Segundo depoimento de alguns entrevistados, pagava-se em média 3 sacos de 60 kg da produção por hectare

²⁴ Disponível em:

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/3dbb3ae6e47db3af03257012004ccd78/\\$FILE/NT000A89B2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/3dbb3ae6e47db3af03257012004ccd78/$FILE/NT000A89B2.pdf)

arrendado. O pagamento era realizado no final da colheita, sob o controle do proprietário. Do total das famílias assentadas no PA Timbó que eram arrendatárias antes da conquista da terra, 14% pagavam a renda em equivalente produto. Nessa condição não foi identificada nenhuma família no PA Mata Verde (Gráficos 11 e 12).

Muitos assentados, em particular os que moravam nas cidades, costumavam trabalhar em roçados cedidos pelos proprietários. Neste caso, eles não pagavam a renda. A terra era cedida por apenas uma safra cabendo ao trabalhador desmatar, destocar e limpar o terreno e entregar a terra pronta para o proprietário colocar o gado ou plantar. Nesse caso se inseriam 29,0% das famílias assentadas no PA Timbó e 21,4% das famílias assentadas no PA Mata Verde, que participaram da pesquisa (Gráficos 11 e 12). Algumas delas, em troca do roçado davam eventualmente dias de trabalho gratuito ao dono da terra.

Em qualquer dos casos, seja a terra arrendada ou cedida, era o proprietário quem determinava a duração dos contratos. Devido à escassez de terras, havia competição entre os trabalhadores para adquirir as melhores terras: “a gente tinha que correr todo ano pra tentar pegar uma terra boa, mesmo que fosse mais cara, senão a gente não tirava da safra nem a quantidade pra pagar a renda” (depoimento de um assentado entrevistado).

O tamanho da terra que conseguiam os arrendatários e os que cultivavam roçados variava de 0,75 ha a 2,5 ha.

Outra parcela dos assentados trabalhava como morador. A morada é uma das mais antigas relações de trabalho presentes no campo nordestino. O morador tradicional,

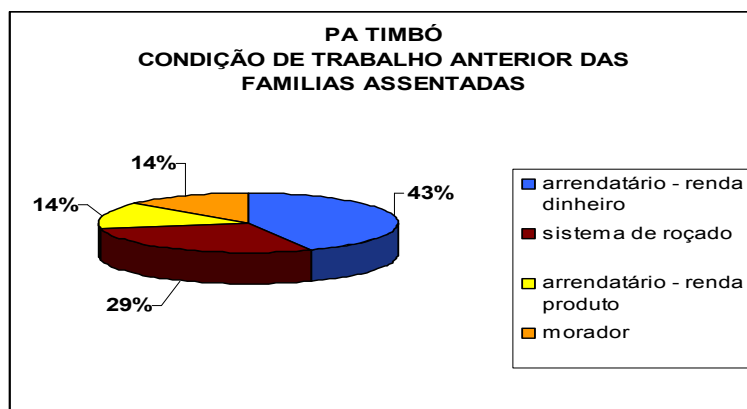
era aquele que, em troca de um casebre de taipa e palha para morar e de um pedaço de terra para cultivar lavouras alimentares, pagava ao proprietário da terra com dias de trabalho gratuito. Essa renda-trabalho era conhecida como condição e este tipo de morador era conhecido como morador de condição (MOREIRA, 2010b).

Do total das famílias entrevistadas no PA Timbó, 14,0% eram moradores antes de serem assentados. No PA Mata Verde nesta condição trabalhavam 21,4% das famílias entrevistadas (Gráficos 11 e 12).

Segundo relatos de entrevistados do PA Timbó, quando eles eram moradores tinham acesso a uma casa sem infraestrutura e a uma pequena área de terra para

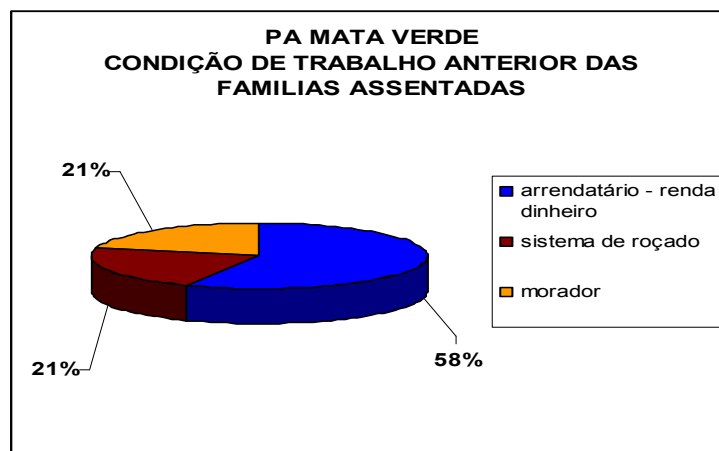
cultivos de subsistência. Os cultivos desenvolvidos eram em sistema de sequeiro com o predomínio de lavouras de milho, feijão e mandioca. Eles não eram moradores de condição, pois não pagavam dias de serviço gratuito por semana. A forma de pagamento era deixar as terras dos roçados depois de cada colheita com o restolho do milho e do feijão para alimentar o gado do proprietário.

Gráfico 11



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Gráfico 12



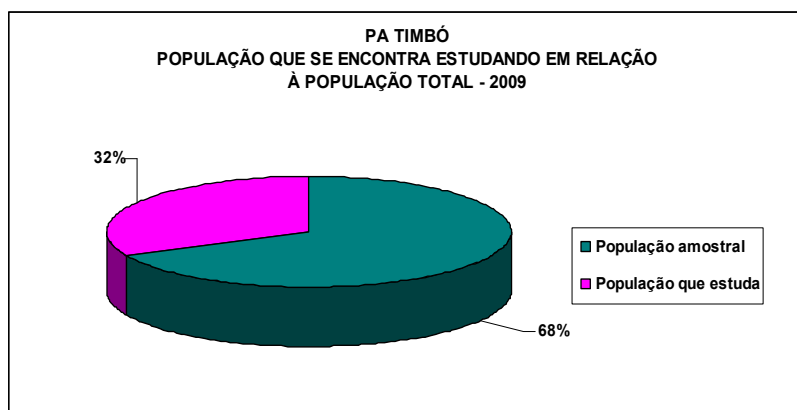
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Essas formas e relações de trabalho permitem que perdure a condição de pobreza da população trabalhadora a partir da extração da renda-dinheiro, da renda-produto e da renda-trabalho e ainda garante o monopólio da terra de forma que o capital se reproduz mantendo formas pré-capitalistas de produção no campo.

4.1.4 Escolaridade dos assentados

Em relação à escolaridade, constatou-se que das 74 pessoas que compõem as famílias entrevistadas no PA Timbó, 35 estão estudando (Gráfico 13).

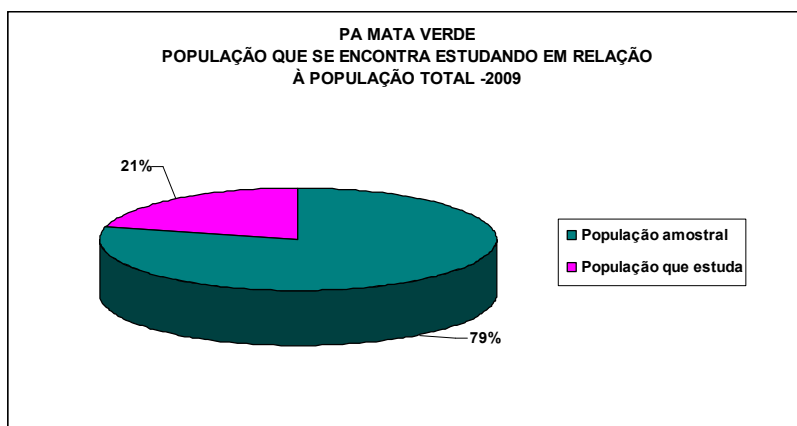
Gráfico 13



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Já no PA Mata Verde, das 71 pessoas que compõem as famílias entrevistadas, só 19 (26,8%) encontravam-se estudando (Gráfico 14).

Gráfico 14

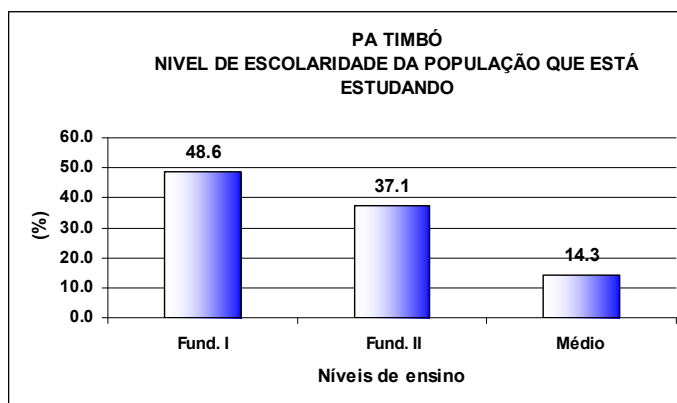


Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Observa-se, portanto, que há maior número de estudantes no PA Timbó em relação ao PA Mata Verde.

No PA Timbó, das 35 pessoas que estudam, 48,6% cursam o ensino fundamental I; 37,1% cursam o ensino fundamental II e 14,3% cursam o ensino médio. Todos estudam na rede pública de ensino (Gráfico 15).

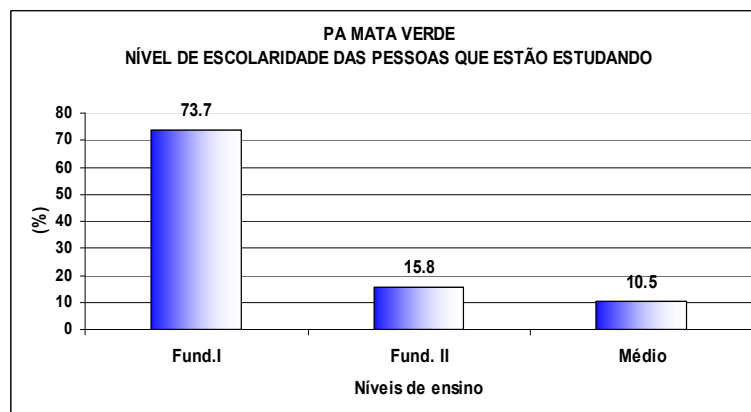
Gráfico 15



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

No PA Mata Verde, das 19 pessoas que estudam, 73,7% cursa o fundamental I; 15,8% cursam o ensino fundamental II e apenas 10,5% cursam o ensino médio. Todos estudam na rede pública de ensino (Gráfico 16).

Gráfico 16

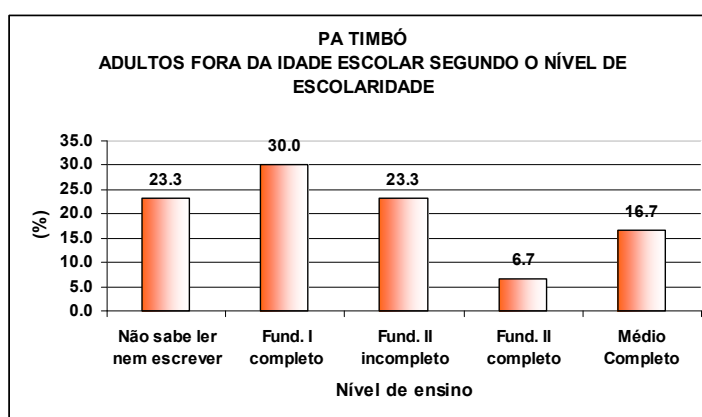


Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Além de ter um número menor de pessoas frequentando a escola, há uma forte concentração de estudantes do PA Mata Verde cursando o fundamental I (gráfico 16). Isto, embora o número de pessoas na faixa de idade correspondente a este nível de ensino seja quase o mesmo verificado no PA Timbó.

No PA Timbó, 30 adultos estão fora da idade escolar (40,5% do total dos entrevistados). Estes apresentam um baixo grau de escolaridade: 7 não sabem ler nem escrever; 9 têm o fundamental I completo; 7 têm o fundamental II incompleto; 2 possuem o fundamental II completo e 5 concluíram o ensino médio (Gráfico 17).

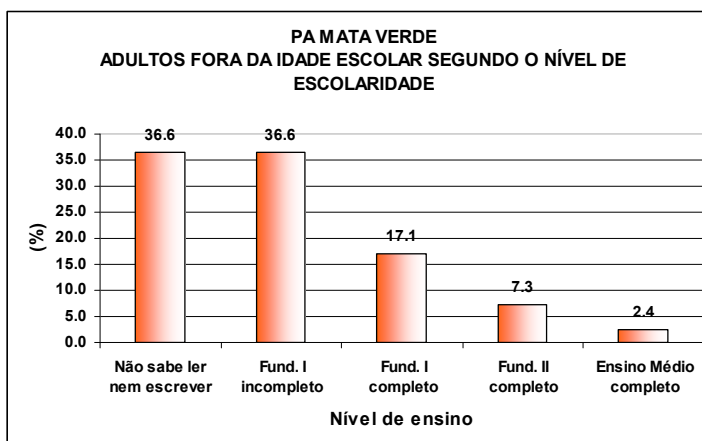
Gráfico 17



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

No PA Mata Verde, 41 adultos estão fora da idade escolar (57,7% do total dos entrevistados). Destes, 15 não sabem ler nem escrever; 15 possuem o ensino fundamental I incompleto; 7 concluíram o fundamental I; 3 concluíram o fundamental II e apenas 1 concluiu o ensino médio (gráfico 18).

Gráfico 18



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Nos dois assentamentos é muito baixo o nível de escolaridade da população adulta. Chama atenção o caso do PA Mata Verde, onde o número de adultos analfabetos somados aos que não concluíram o fundamental I corresponde a mais de 70% do total dos adultos fora da idade escolar (v. gráfico 18).

Na tentativa de diminuir esse índice de analfabetismo, a diretoria das Associações dos Produtores Rurais Assentados dos PA Timbó e Mata Verde realizou uma parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) através do programa “Todas as Letras” para a realização de um curso de alfabetização de jovens e adultos. De acordo com os assentados do PA Timbó, no início do ano de 2009 as aulas funcionaram bem, porém com o passar do tempo o curso foi esvaziado em decorrência do desinteresse demonstrado tanto por parte dos alunos como da professora. Embora o projeto não tenha acabado, o trabalho não funciona, as aulas não acontecem. No PA Mata Verde, segundo os assentados, o projeto não teve êxito, também por desinteresse das duas partes (alunos e professora).

Além do baixo nível de escolaridade, há outras dificuldades relacionadas à educação nos assentamentos. Não há escola e os alunos dos dois assentamentos estudam na cidade de Espírito Santo. Eles se deslocam em um ônibus fornecido pela prefeitura do município. O transporte dos estudantes passa por dificuldades diversas, relacionadas principalmente às más condições das estradas. Estas apresentam problemas sérios de trafegabilidade no período de estiagem, e não permitem o tráfego de veículos no período chuvoso. Por conta disso, a maioria dos estudantes durante 6 meses no ano de 2009 foram prejudicados, pois não puderam frequentar a escola. No assentamento Mata Verde que se localiza mais distante da cidade (5 km), todos os estudantes foram prejudicados porque não tiveram como ir por conta própria à escola.

4.1.5 Trabalho e Renda

Os assentados nos dois assentamentos estudados dedicam-se à atividade agropecuária no interior dos assentamentos, cultivando produtos alimentares e criando alguns animais. Eles ainda complementam a renda trabalhando fora do assentamento e um grupo de mulheres desenvolve trabalhos artesanais.

4.1.5.1. A atividade agropecuária desenvolvida nos assentamentos: organização da produção e do trabalho

A agricultura nos assentamentos é predominantemente familiar. Os membros das famílias participam das atividades agrícolas, tanto os homens quanto as mulheres e até algumas crianças que dividem o dia entre a escola e o trabalho.

No PA Timbó as famílias escolhem os tipos de produtos que desejam cultivar, sendo os principais: milho, feijão e mandioca. Há também hortas individuais com cultivos de coentro, cebolinha, alface, pimentão, tomates, legumes, frutas como melancia, laranja, limão, entre outras (Figuras 09 e 10).



Figura 09: Cultivo de feijão no assentamento Timbó.

Arquivo: Silvânia Lima, 2009.



Figura 10: Cultivo de milho no assentamento Timbó.

Arquivo: Silvânia Lima, 2009.

Após a colheita, os produtos são divididos em três partes: uma para o consumo familiar, outra para guardar como semente para o próximo plantio e uma pequena parte para a comercialização.

A produção agrícola dos PAs vem sendo prejudicada desde que estes foram criados há cinco anos. Isto porque depois que as terras foram loteadas e divididas entre as famílias, percebeu-se que a maioria dos lotes está situada nos limites da reserva de Mata Atlântica e/ou ciliar presente nos dois assentamentos. Desse modo, grande parte de cada lote não pode ser desmatada, não podendo, por conseguinte, ser usada para o cultivo. A agricultura está sendo praticada apenas em partes de alguns lotes que estão mais distantes da mata e nas áreas coletivas até ser realizada uma nova divisão que leve em consideração os elementos de preservação

ambiental. Devido a não liberação dos lotes, os assentados relatam prejuízos na produção agrícola de 2009.

No PA Timbó, as famílias entrevistadas cultivaram juntas em 2009, apenas 26,0 ha de terras em seus lotes individuais que estão distantes das áreas de preservação. A área cultivada foi distribuída da seguinte maneira entre as famílias entrevistadas: 50% das famílias cultivaram apenas 1,5 ha; 21,42% das famílias cultivaram 2 ha; 14,28% das famílias cultivaram 2,5 ha; e 14,28% das famílias 3 ha. Foram plantados ao todo 8 hectares de mandioca, 6 hectares de milho, 5 hectares de feijão, 3,5 hectares de macaxeira, 1,5 hectare de batata-doce e 2 hectares com outros produtos. Foram colhidas 14 mil kg de mandioca, 3.6 mil kg de milho, 2.7 mil kg de feijão e 4.2 mil kg de macaxeira, que são os principais produtos da agricultura no PA Timbó.

A maior parte desta produção destinou-se ao consumo familiar. O excedente do milho, do feijão e da macaxeira foi vendido ao mercado da cidade de Espírito Santo, sendo transportado e comercializado pelos próprios assentados. Já a mandioca é levada para ser transformada em farinha em casas de farinha. Depois é vendida, em parte, a atravessadores que vão comprar no próprio assentamento. Outra parte é adquirida pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo, por meio do programa de Aquisição-Compra Direta Local da Agricultura Familiar do município. Trata-se na verdade de uma das ações do Programa Fome Zero (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - Lei 10.696/2003), do governo federal que integra o Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004. O objetivo é incentivar a agricultura de base familiar, por meio da remuneração adequada da produção. Através do programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, a produção vai diretamente da associação dos agricultores para os programas municipais de segurança alimentar. No caso do assentamento Timbó, a farinha destina-se à merenda escolar das escolas municipais de Espírito Santo.

No caso do PA Mata Verde, a situação é mais complicada, devido não só ao problema da distribuição dos lotes como, pelo que afirmam os assentados, pela má qualidade dos solos.

Os assentados de Mata Verde relataram muitos prejuízos na produção agrícola no ano de 2009, fator atribuído tanto aos problemas acima mencionados como ao excesso de chuvas. De acordo com um dos entrevistados,

A plantação aqui foi toda desorganizada, primeiro porque a gente não podia mexer nos lotes pra trabalhar e depois quando foi plantar a terra é ruim demais, e ainda mais a chuva acabou com o resto. A grande parte da plantação morreu alagada (depoimento de um entrevistado do PA Mata Verde).

Neste PA as famílias entrevistadas cultivaram bem menos, apenas 8,3 ha de terras em seus lotes. A área cultivada em 2009 foi distribuída da seguinte maneira entre as famílias entrevistadas: 28,6% das famílias cultivaram apenas 0,3 ha; 28,6% das famílias cultivaram 0,7ha; 14,2% das famílias cultivaram 1 ha; 7,2% das famílias cultivaram 2,3ha e 21,4% das famílias não cultivaram esse ano. Foram cultivados apenas 3 hectares de mandioca, 5 hectares de feijão e 0,3 hectares de milho. Além desses produtos, os assentados de Mata Verde cultivam nos quintais de suas casas hortas individuais, árvores frutíferas e macaxeira para o consumo familiar. Quanto à produção total por hectare não foi possível contabilizar, pois segundo um dos assentados, “a gente não sabe quantos quilos de feijão a gente fez porque a gente ia colhendo ainda verde pra vender de porta em porta lá em Espírito Santo, e a mandioca, a gente ainda não colheu (depoimento de um entrevistado).

Os assentados em Mata Verde demonstram um sentimento de insatisfação com a divisão dos lotes do assentamento e atribuem a baixa produtividade agrícola à forma como foi loteada a terra incorporando nos lotes parcela da área de reserva florestal e também à baixa fertilidade dos solos. Um dos entrevistados afirmou a este respeito:

é uma injustiça o que fizeram com a gente. Era pra gente tudinho tá assentado lá no assentamento Timbó pra poder plantar e criar. Essa terra daqui é ruim demais, tão ruim que até os pintos que a gente tenta criar morrem também (depoimento de um entrevistado do PA Mata Verde).

O nível tecnológico adotado pela atividade agrícola nos dois assentamentos é modesto. São utilizadas ferramentas simples e contam com um trator para o preparo da terra. O trator foi adquirido com o recurso do crédito da modalidade fomento que as famílias dos dois assentamentos receberam quando entraram na terra. O recurso, de R\$1.400,00 por família destinava-se a investimentos no fortalecimento de atividades produtivas. Em princípio pensavam em adquirir um boi e uma carroça para facilitar o trabalho na agricultura e transportar os produtos agrícolas. Em assembleia, porém, os assentados optaram por juntar o dinheiro de todas as famílias

dos dois assentamentos e comprar um trator e seus implementos, uma vez que consideraram que o trator teria maior utilidade tanto no momento de preparação da terra para o plantio, quanto para o transporte dos produtos no período da colheita.

Os equipamentos de trabalho mais simples são de propriedade de cada família: enxada, machado, plantadeira, etc. Para a utilização do trator, cada família contribui com uma parcela em dinheiro correspondente a R\$ 27,00 por hora de trabalho, para cobrir os custos com combustível e o salário do tratorista.

Na preparação do solo para o cultivo agrícola, os assentados dividem-se utilizando trator e tração animal, procurando evitar ao máximo práticas que possam prejudicar o solo, como queimadas, adubos e insumos químicos. A adubação é feita, na maioria das vezes de forma orgânica. Costuma-se enterrar o resto da vegetação retirada, no próprio solo, para ajudar no seu enriquecimento.

Quanto à atividade pecuária, esta é pouco desenvolvida, sendo mais expressiva no PA Timbó do que no Mata Verde, como pode ser visto na tabela 06. Os bovinos criados pelas famílias são em geral uma vaca de leite e/ou um boi para o trabalho na agricultura. As aves são criadas principalmente para a comercialização (Figura 11). No ano de 2009, os assentados do PA Timbó afirmaram ter vendido quantidade de cabeças superior às que tinham no momento da pesquisa, ou seja, mais de 125 cabeças.



Figura 11: Criação de aves do assentamento Timbó.

Arquivo: Silvânia Lima, 2009.

As aves vendidas são repostas por filhotes comprados no mercado da cidade para serem criados e vendidos quando adultos. Essa é uma prática que os assentados têm a pretensão de expandir para aumentar a renda familiar.

Tabela 06: Produção pecuária nos assentamentos Timbó e Mata Verde - 2009

Tipo de rebanho	PA Timbó	PA Mata Verde
	No. de cabeças	No. de cabeças
Bovino	32	6
Caprino	2	2
Eqüino	7	2
Aves	125	25

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

No que se refere à assistência técnica, desde a formação dos dois assentamentos em 2005, até 2008, esta era prestada pela Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar (TECHNE), que prestava serviço ao Incra. Ela disponibilizava aos assentamentos quatro profissionais: um engenheiro agrônomo, uma assistente social, um técnico agrícola e um veterinário. Essa equipe ministrou os seguintes cursos de capacitação nos assentamentos: apicultura, gestão dos recursos hídricos, uso e manejo do solo, hortas orgânicas, juventude e políticas públicas, manejo da mata nativa, entre outros.

De acordo com a THECNE (2006), o principal objetivo da realização desses cursos era contribuir para que os assentados aumentassem as possibilidades de melhorar sua renda utilizando os recursos existentes no próprio assentamento.

Atualmente a assistência técnica é prestada aos assentamentos através da Associação Norterriograndense de Profissionais da Área de Prestação de Serviços Técnicos, Assessoria e Consultoria (Anpac), que deu continuidade aos projetos iniciados pela TECHNE, assim como pela Emater. Segundo os assentados, os técnicos comparecem semanalmente nos assentamentos para discutirem possibilidades de melhorias tanto da agropecuária, como da educação, da saúde e do desenvolvimento sustentável.

Ao perguntar aos assentados sobre sua satisfação em relação à assistência técnica, 90,5% demonstram insatisfação. Um deles afirmou: “eles vem aqui e falam muito bonito, dão palestras, mas fazer alguma coisa mesmo pra gente melhorar, não vejo fazer não” (depoimento de um assentado).

Sobre as formas de trabalho coletivas presentes nos assentamentos, apenas uma atividade foi identificada. Trata-se da atividade apicultura introduzida através de um projeto apoiado pelo Fundo Municipal de Apoio Comunitário (Fumac). Este projeto previa a inclusão de 40 assentados. Todavia, inicialmente, só 20, sendo 10 do PA Timbó e 10 do PA Mata Verde, aceitaram participar do mesmo. Desses, porém, no final apenas 8 assentados de Timbó e 4 de Mata Verde participaram realmente do projeto. “A gente achou que não ia ter futuro, achou melhor deixar de lado. Também pra lidar com abelha a gente precisa ter jeito e paciência, por isso não dá pra gente não” (depoimento de um entrevistado assentado no PA Mata Verde).

Foram construídas as casas de mel e foi adquirida uma máquina para coletar o mel que possibilita que o favo permaneça intacto. As abelhas utilizadas são as da própria mata presente nos assentamentos. Os 4 assentados do PA Mata Verde desistiram do projeto por acharem que ele não compensava. Continuam trabalhando nesse coletivo os 8 assentados do PA Timbó. Eles produzem 150 litros de mel 3 vezes ao ano. O litro de mel custa R\$10,00 e é vendido na cidade de Espírito Santo. Os agricultores levam as garrafas de mel e oferecem na feira livre e de porta em porta.

4.1.5.2 O artesanato

Identificamos no PA Mata Verde que boa parte das mulheres desenvolve trabalhos artesanais. A partir da folha de carnaúba elas confeccionam chapéus e abanadores. Com a corda de sisal confeccionam jogos americanos e algumas peças em forma de frutas. Esses produtos são vendidos na feira de Espírito Santo.

4.1.5.3 O trabalho fora dos assentamentos

Das atividades de trabalho realizadas fora do assentamento se destaca a desenvolvida na atividade canavieira. Trabalham como assalariadas na atividade canavieira 28,6% do total das pessoas das famílias entrevistadas no PA Timbó e

21,4% do total das pessoas das famílias entrevistadas no PA Mata Verde, todos do sexo masculino.

Os assentados trabalham na atividade agrícola em seus lotes nos meses de janeiro a junho (período de plantio e de colheita de suas lavouras) e de julho a dezembro trabalham no corte de cana.

Dos assentados do PA Timbó que trabalham como canavieiros, 25% cortam cana no município de Arez e 25% no município de Goianinha (em terras da usina Estivas localizada em Arez); 50% trabalham no município de Rio Tinto, localizado no Estado da Paraíba, em terras da usina AGICAN²⁵. Já em Mata Verde, todos os assentados que trabalham no corte da cana são contratados pela usina AGICAN e trabalham no município de Rio Tinto-PB.

Quanto à forma de pagamento, todos recebem segundo a sua produção, ou seja, são pagos de acordo com a quantidade de toneladas de cana cortada. Segundo os entrevistados as usinas não estipulam um mínimo nem um máximo de produção por dia, cabendo a cada um cortar a quantidade de cana que for possível. Todos possuem carteira de trabalho assinada, e o salário médio que conseguem fazer por mês é em torno de R\$400,00 a R\$ 600,00.

Indagados sobre o valor de uma tonelada de cana cortada nenhum entrevistado soube responder. Segundo eles o cálculo ainda é feito por braça cortada (1 braça é igual a 2,2 metros) e a braça era paga na safra de 2009 a R\$0,45 em média, dependendo do tipo da cana.

O contrato de trabalho é feito por um recrutador, representante das usinas que atua no município. As pessoas que têm interesse de trabalhar na cana procuram o recrutador e fazem um contrato de trabalho com uma duração média de 6 meses.

A jornada de trabalho é equivalente a 7-8 horas de trabalho no corte da cana por dia, mais aproximadamente 2 horas de viagem (no caso dos trabalhadores do PA Timbó) e de 5 horas de viagem (no caso dos trabalhadores do PA Mata Verde). Isto equivale a uma jornada de trabalho de, em média, 10 a 13 horas. O transporte utilizado é o ônibus. Para os assentados de Mata Verde a viagem para o trabalho nos canaviais ainda implica no deslocamento do assentamento até o ponto do ônibus, que fica na rodovia RN-003, há 5 km de distância do assentamento,

²⁵ A Agican - Agroindústria do Camaratuba S/A é uma empresa do Grupo Pessoa de Melo Indústria e Comércio S/A.

deslocamento diário que os assentados costumam realizar de bicicleta ou caminhando. Para os entrevistados de Mata Verde, no que tange à locomoção para ir trabalhar na atividade canavieira, a situação piorou, pois “pelo menos quando a gente morava na cidade ficava perto do ponto do ônibus, agora a gente tem que andar 5 km pra ir e mais 5 km pra voltar pra casa todo dia, o trabalho fica ainda mais cansativo” (depoimento de um entrevistado).

Como demonstra a fala do entrevistado, o trabalho na cana-de-açúcar é um complemento à renda familiar necessário e obrigatório por falta de alternativas de outros meios de garantir a subsistência familiar, já que a o cultivo na terra ainda não é suficiente.

Trabalhar cortando cana é muito pesado, ainda mais porque a gente mora muito longe e tem que acordar muito cedo e também a viagem cansa muito. O sonho da gente é não precisar fazer esse tipo de trabalho pesado e que não ganha quase nada. Mais a gente é obrigado porque a produção no assentamento ainda não dá pra manter a família no tempo da seca, e o trabalho na cana é a única coisa que a gente tem por aqui. Tudo que a gente quer é fazer esse assentamento progredir e viver só do trabalho na agricultura, é ver valer a pena a luta que a gente teve pra chegar até aqui (depoimento de um assentado entrevistado).

4.1.5.4 Outras ocupações

Constatou-se no PA Mata Verde que alguns assentados também trabalham na construção civil e executam trabalhos de marcenaria e ainda trabalham eventualmente como assalariados em fazendas do município. Essas atividades, porém aparecem de modo pouco significativo no conjunto das ocupações dos assentados.

4.1.5.5 Renda dos assentados

Nos dois assentamentos a renda das famílias assentadas provém de duas fontes principais: o trabalho agrícola dentro e fora do PA e as transferências governamentais. No PA Mata Verde o trabalho artesanal realizado por parte das mulheres do assentamento também contribui para a composição da renda de algumas famílias.

No que se refere às transferências governamentais, estas são oriundas basicamente do programa bolsa família do governo federal e de aposentadorias. Constatou-se na pesquisa de campo que 85,7% das famílias entrevistadas no PA Timbó e 95,6% do PA Mata Verde complementam sua renda oriunda do trabalho com as transferências governamentais. Do total das famílias entrevistadas, 64,28% no PA Timbó e 53,6% no PA Mata Verde recebem a bolsa família, que varia de R\$90,00 a R\$120,00 mensais. Já as famílias entrevistadas que complementam a renda com recursos de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo correspondem a 21,42% no PA Timbó e 42,0% no PA Mata Verde.

4.1.6 Condições de vida

As casas dos assentamentos que formam as duas agrovilas são simples e rústicas, com 6 metros de largura e 8 metros de comprimento. Elas são divididas em 4 cômodos (sala, dois quartos e cozinha) além do banheiro. Apesar de pequena, os assentados demonstram grande satisfação com esse espaço, pois o mais importante para eles não são as casas em si, mas as condições de vida que adquiriram através do conjunto: terra-trabalho-moradia

Como bem o diz Mariano Neto,

O menor espaço geográfico indispensável ao ser humano é a casa e suas dependências físicas. A casa, a rua, o bairro, a cidade, o campo e muitas outras partes constituem uma rede integrada de fragmentos que forma o ambiente da sociedade. [...] que figura como elemento indispensável ao cotidiano das pessoas assim como a água, o ar, o calor, etc. A casa é no seu mais íntimo e restrito limite das paredes, (2003, p.09).



Figura 12: Agrovila do assentamento Timbó e configuração das moradias.

Arquivo: Silvânia Lima, 2009.



Figura 13: Agrovila do assentamento Mata Verde.

Arquivo: Silvânia Lima, 2009.

Além da estrutura física das casas, preocupou-se também em observar alguns elementos que possam proporcionar aos moradores certo conforto doméstico. Constatou-se que os principais utensílios que as famílias entrevistadas possuem são: a) a televisão encontrada nas casas de todas as famílias entrevistadas; b) antena parabólica, há em 78% das casas das famílias entrevistadas no PA Timbó e em 57% das casas do PA Mata Verde; geladeira há em 93% das residências das famílias do PA Timbó e em 79% das residências visitadas no PA Mata Verde. Em todas as residências dos assentamentos são encontradas cama, mesa, cadeiras, liquidificador e fogão a gás. De acordo com os assentados, eles já possuíam a maior parte desses utensílios antes da formação do assentamento.

Os serviços de energia elétrica dos assentamentos são executados pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) e todas as casas são servidas de energia elétrica. A instalação desse serviço foi realizada através do programa “Luz Para Todos” do governo federal. Foram instalados alguns postes para iluminação pública nas agrovilas, porém estes não funcionam apesar de serem pagas as taxas de iluminação pública pelos assentados.

O abastecimento de água é proveniente primeiramente da captação da água da chuva através das cisternas de placas existentes em praticamente todas as residências. No período de estiagem a água é captada nos riachos perenes que se localizam a uma distância média de 300 m das moradias do PA Timbó e a 500 metros das moradias do PA Mata Verde. Essa água é transportada por animais de carga, pelos próprios moradores e armazenadas nas cisternas e em jarras de barro. Para o tratamento da água de beber, as famílias utilizam cloro. Uma das reclamações e reivindicações dos assentados se refere à falta de canalização da água para suas residências, o que exige que eles disponham de meios de transporte e tempo de trabalho para transportar a água.

Em relação à saúde, os assentamentos não possuem postos de saúde, e os assentados quando precisam acessam os postos da cidade de Espírito Santo e de municípios vizinhos como Santo Antônio e Goianinha, devido à deficiência médico-hospitalar do município. Há também um agente de saúde em cada assentamento pago pela prefeitura do município.

Quanto ao acesso aos créditos destinados ao assentamento, cada família assentada teve acesso aos créditos de fomento I e II, alimentação e habitação. Os

recursos liberados pelo fomento I foi o valor de R\$1.400 para cada família. Como foi visto, esse recurso foi destinado à compra de um trator e seus implementos para servir aos dois assentamentos. O crédito de fomento II, no valor de R\$ 2.400 para cada família, foi utilizado para a compra de arames e estacas para cercar os lotes; o crédito alimentação no valor de R\$ 1.000, dividido em 5 parcelas de R\$ 200 para cada família; o crédito habitação no valor de R\$ 5.000 para cada família foi utilizado para a construção das residências.

Quanto ao transporte existente no assentamento, constatou-se a existência de bicicletas, moto e animal de transporte. Das famílias entrevistadas no PA Timbó, 14,2% possuem moto; 28,5% possuem bicicleta; 14,2% possuem animal de transporte e 43,1% não possui nenhum tipo de transporte. No PA Mata Verde, 14,2% das famílias entrevistadas possuem moto; 28,6% possuem bicicleta; 21,4% possuem animal de transporte e 35,8%% não possuem nenhum tipo de transporte.

Como mostram os dados, parcela significativa das famílias não possui nenhum meio de transporte para o deslocamento dentro do assentamento ou para a cidade. Estas, para deslocar-se para a cidade utilizam o ônibus que transporta diariamente os estudantes do assentamento: “quando a gente precisa resolver alguma coisa na rua, a gente espera o horário do ônibus dos alunos pra pegar carona” (depoimento de um entrevistado). No PA Mata Verde essa forma de deslocamento só é possível no período de estiagem, pois como visto anteriormente, no período chuvoso as estradas que conectam o PA à cidade de Espírito Santo ficam tão danificadas que não permitem que o ônibus trafegue até o assentamento.

Quanto à comunicação, os assentamentos dispõem de um orelhão cada e 21% das famílias do PA Timbó e 16% das famílias do PA Mata Verde possuem aparelho celular.

Quanto à cultura e ao lazer, o principal lazer dos assentados é o jogo de futebol, seguido dos passeios na mata nativa. No PA Timbó banhos na cachoeira e nos riachos do assentamento são diversões também comuns.

Os jovens dos assentamentos se reuniram e organizaram uma associação onde realizam encontros religiosos, culturais e esportivos. Estão esperando pela aprovação de um projeto para receber investimentos para o esporte e para iniciar um trabalho artesanal tendo o sisal como matéria-prima, visando ajudar na renda das famílias.

Encontros culturais dos jovens do assentamento Timbó estudando a natureza do assentamento têm sido realizados. Na foto abaixo temos um momento de um desses encontros. Essa área reproduzida na foto mostra um cano que foi colocado há aproximadamente 40 anos dentro do leito do riacho Timbó, numa área de declive, para provocar uma queda-d'água que é comumente utilizada para o abastecimento de caminhões que transportam água para as comunidades vizinhas. Esse local se tornou um ponto de visita do assentamento, quase uma área turística, no entender dos assentados.



Figura 14: Canalização do Riacho Timbó, considerado um dos pontos turísticos do assentamento Timbó.

Arquivo: Patrícia Venâncio, 2009.

Com relação à religião, 100% dos entrevistados se declararam católicos. Nos assentamentos ainda não existem igrejas, mas há uma capela em construção no PA Timbó. Isso não impede a realização de encontros de orações que são realizados em casas de alguns assentados ou na sede da associação dos quais também participam assentados do PA Mata Verde.

4.1.7 Presença/participação em organizações de representação política e/ ou econômica

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espírito Santo esteve à frente da luta pelo processo de desapropriação das fazendas que deram origem aos assentamentos Timbó e Mata Verde. Inicialmente mantinha uma boa relação com as famílias assentadas, pois até 2007 o presidente e o tesoureiro do STR eram assentados no PA Timbó.

A partir das eleições para renovação da direção do STR, em 2007, tudo mudou. Isso porque o então tesoureiro e presidente formaram duas chapas concorrentes. Devido a questões internas, o presidente conseguiu anular a chapa do tesoureiro e concorreu à reeleição com chapa única. A partir de 2008, com a saída do tesoureiro do STR do município, os assentados afirmam que houve um afastamento do Sindicato que deixou de dar assistência aos PAs: “Quando Jeremias era tesoureiro do STR, a gente tinha muita ajuda de lá, mas depois que ele saiu a gente não teve mais ajuda nenhuma” (depoimento de um entrevistado).

Quando questionados sobre sua satisfação quanto à participação do STR no assentamento, 100% dos entrevistados demonstraram insatisfação e sentimento de abandono por parte do órgão. Dos 14 assentados entrevistados no PA Timbó, 35% são sócios do STR, mas nenhum tem participação ativa. Dos entrevistados no PA Mata Verde, 15% são sócios do STR, mas nenhum tem participação ativa no mesmo.

Quanto à existência de organização no interior dos assentamentos, cada um tem sua associação. A contribuição mensal dos sócios assentados é de R\$ 3,00 por família, mas segundo o presidente da associação do PA Timbó, há muitos atrasos nessa contribuição, o que impede o desenvolvimento de algumas atividades que precisam ser realizadas, como deslocamentos dos representantes da associação para a capital do Estado para fazer contatos com o Incra e buscar recursos para o assentamento. Doze representantes são eleitos para um mandato de dois anos nas associações.

Foi perguntado aos entrevistados sua opinião a respeito do desempenho da associação. No PA Timbó, todos os entrevistados demonstraram satisfação com a administração, como mostra a fala de um entrevistado:

Jeremias, que é o presidente da associação faz de tudo pra arranjar recursos para o assentamento. Desde que a gente veio pra cá que ele corre atrás de melhorias e a gente vê que ele já conseguiu muita coisa, porque ele vai atrás mesmo. Tem também Patrícia, que

também faz parte da associação e ela junto com Jeremias vive pra fazer isso aqui crescer, arruma parceria com a Emater, corre atrás de projetos pra gente poder ter mais uma renda. O que eles não conseguirem é porque não dá mesmo, mas eles correm atrás (depoimento de um assentado entrevistado).

Já no PA Mata Verde a realidade é outra: 93% dos entrevistados demonstraram insatisfação com a gestão da associação. O depoimento de um entrevistado deixa claro esta insatisfação.

a associação aqui é muito diferente da do assentamento Timbó. O presidente quase nem fica no assentamento, vive mais na rua, na casa da mãe dele do que aqui. A gente não vê benfeitoria nenhuma por parte da associação não (depoimento de um assentado entrevistado).

4.1.8 Percepção dos impactos

Quando os assentados foram questionados sobre sua satisfação em relação às condições de vida antes e depois da vinda para os assentamentos, obtivemos respostas diferentes.

a) Percepção dos impactos por parte dos assentados do PA Timbó

No PA Timbó todos os entrevistados consideraram que houve melhorias significativas em todos os aspectos relativos à sua condição de vida: nas condições de moradia, de educação, de alimentação, de lazer, de poder de compra e em termos de perspectiva de futuro. O depoimento abaixo testemunha esta percepção dos assentados.

Pra nós, tudo melhorou. Só da gente não precisar mais pagar aluguel de casa pra morar, sem ter dinheiro, vendo a hora ser despejado, nem precisar pagar renda de um pedaço de terra pra trabalhar, a vida já muda em tudo (depoimento de um entrevistado).

Mesmo quando se trata de saúde e educação, considerando que não há escolas nem postos de saúde no assentamento, os entrevistados do PA Timbó ainda consideram que a situação é melhor do que antes. “Melhorou porque trabalhando na terra a gente pode comprar um caderno, um lápis que precise prá os

meninos estudar. Já podemos também pagar passagem pra ir pra um posto de saúde” (depoimento de um entrevistado).

Quanto aos sonhos e aspirações, 92,8% dos entrevistados afirmam ter como maior sonho o desenvolvimento do assentamento e a possibilidade de deixar a terra conquistada como garantia de reprodução familiar de seus filhos:

Isso aqui é a maior riqueza do mundo. Às vezes eu nem acredito ainda que tô aqui, que tenho uma terra pra trabalhar, uma casa dessa. Às vezes de noite quando tá chovendo, eu fico acordado no escuro escutando o barulho da chuva nas telhas da casa e nas plantas, chega dá vontade de chorar. Eu sei que isso aqui vai prosperar e quando meus filhos tiverem adultos eles vão ter isso aqui bem desenvolvido, com condições de criar os filhos deles melhor do que eu criei eles. A gente só fica meio “assim” porque os lotes ainda não foram liberados, a gente se sente de mãos amarradas pra cuidar do que é nosso, porque ainda não é nosso mesmo. E também era bom que alguém da gente tivesse participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como Jeremias, pra facilitar as coisas pra gente, como era antes no tempo que Jeremias trabalhava lá. Mas no resto, não tenho do que reclamar não (depoimento de um assentado entrevistado).

b) Percepção dos impactos por parte dos assentados do PA Mata Verde

Quando perguntamos aos assentados do PA Mata Verde sobre sua percepção em relação às condições de vida depois do assentamento, constatamos que, à exceção das condições de moradia, 76% dos entrevistados consideram que melhoraram e 24% consideram que são iguais; todos os demais itens tiveram resposta negativa.

Como pode ser visto na tabela 07, 82% das famílias entrevistadas consideram que as condições de saúde pioraram e 18% acham que nada mudou; 60% acham que as condições de alimentação pioraram, 28% acham que está igual a antes e apenas 12% consideram que o padrão alimentar melhorou; o poder de compra é considerado igual para 54% dos entrevistados e piorou para 46%. Quanto às perspectivas de futuro para a família, 64% dos entrevistados pensam que nada mudou e 36% acham que as perspectivas são piores que as que tinham antes de serem assentados (Tab. 07).

Tabela 07: PA Mata Verde - Percepção dos impactos pelos assentados

	Melhorou (% das famílias entrevistadas)	Piorou (% das famílias entrevistadas)	Está igual (% das famílias entrevistadas)	Total %
Moradia	76	-	24	100
Saúde	-	82	18	100
Alimentação	12	60	28	100
Educação	-	94	6	100
Lazer	-	-	100	100
Poder de compra	-	46	54	100
Futuro da família	-	36	64	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Percebe-se, assim, que a maioria dos assentados do PA Mata Verde considera que a vida piorou após sua vinda para o assentamento, sentimento este traduzido através do depoimento de um dos assentados.

Piorou porque nada aqui é nosso ainda, a gente ainda não tem terra pra trabalhar porque ainda não foi liberado, e ainda mora muito longe da cidade o que fica difícil pra os meninos estudarem, pra ir ao médico, pra comprar as coisas que precisa, pra tudo. Se a gente tivesse ali no assentamento Timbó, como ia ser no começo, a gente tava era plantando e colhendo, lá é mais perto da cidade, a terra é melhor, tudo é melhor (depoimento de um entrevistado).

Ao perguntar aos assentados sua opinião sobre a divisão das famílias em dois assentamentos, 100% demonstraram insatisfação, a qual se expressa na declaração abaixo:

Não sei como eles fizeram essa separação não, eu sonho é que eles leve a gente tudinho pra lá, porque a terra dá pra gente tudinho. A gente queria ficar com a terra de lá, não era com essa aqui não (depoimento de um entrevistado).

Outro aspecto que a pesquisa buscou levantar junto aos assentados refere-se aos impactos políticos da criação dos assentamentos. Todavia, não foi possível

verificar a influência do poder local na dinâmica dos PAs. Isto porque segundo eles os políticos só aparecem quando é para pedir voto.

Os assentamentos ainda são muito novos e apresentam muitas dificuldades, particularmente pela falta de definição quanto à redistribuição dos lotes, decorrente do impasse criado pela superposição de territórios, com a criação dos assentamentos dentro de uma área de preservação ambiental. Apesar disso, tem-se claramente a percepção de que importantes impactos territoriais tiveram lugar com repercussões sobre a vida da população, com a criação dos assentamentos Timbó e Mata Verde no município de Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o trabalho realizado, as previsões marxistas clássicas da desintegração do campesinato não se concretizaram com o desenvolvimento do capital no campo brasileiro. No Brasil, e no Rio Grande do Norte, enquanto parte integrante do território nacional, o avanço do capital no campo promoveu uma forte proletarianização, mas não extinguiu o campesinato. Isto porque parcela significativa da classe camponesa se reproduz através da luta por terra e por melhores condições de vida e trabalho ou pela adoção de diversas estratégias de sobrevivência.

O que se tem assistido, em lugar da desintegração, é a expansão do campesinato confirmando a previsão de Chayanov de que apesar do predomínio das formas capitalistas de produção, prevaleceria na maioria dos países, um tipo de exploração camponesa. Por sua vez, a persistência da produção familiar camponesa reforça a teoria do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo brasileiro defendido por Oliveira.

No caso do Estado do Rio Grande do Norte, a reprodução de parcela do campesinato se dá, como foi demonstrado, através da luta pela terra e pela permanência na terra, promovendo, segundo Moreira e Targino (1997), uma traição às leis do capital. A instalação dos assentamentos de reforma agrária Timbó e Mata Verde no município de Espírito Santo, em áreas de domínio do capital canavieiro e pecuário constitui um exemplo desse processo.

O estabelecimento de uma nova dinâmica nos espaços conquistados pelos trabalhadores se exprime territorialmente através da quebra do monopólio da terra, da quebra do domínio territorial da cana e da pecuária e da reterritorialização de uma parcela da população.

A quebra do monopólio da terra enquanto impacto territorial da criação dos assentamentos manifesta-se na paisagem através da transformação de três grandes propriedades que somavam mais de mil hectares apropriados por um único proprietário em 57 pequenas unidades produtivas que permitiram o acesso à terra a 57 famílias, o que vale dizer, a aproximadamente 285 pessoas.

A quebra do domínio da monocultura canavieira e da pecuária também constitui um impacto territorial da criação dos assentamentos. Ela também se exprime na paisagem através da diversidade representada pela policultura praticada

nos lotes em combinação com a atividade criatória, ambas as atividades voltadas fundamentalmente para o consumo da família camponesa. A produção voltada exclusivamente para o mercado é, portanto, substituída pela produção para a manutenção dos trabalhadores. Não se quer dizer com isso que a agricultura camponesa não mantenha relação com o mercado, mas que esta relação não se fundamenta na obtenção do lucro, mas na busca de garantia da reprodução da família camponesa.

O processo de (re)territorialização da população através da criação de assentamentos também reflete profundamente sobre o território e se manifesta concretamente sobre a paisagem. Isto na medida em que: a) cria uma nova dinâmica na relação campo-cidade (através do aumento da circulação de mercadorias e de pessoas e do aumento da demanda dos bens e serviços); b) povoa uma área antes ocupada por cana ou pasto; c) gera a ampliação em direção ao campo de infraestruturas básicas (avanço da rede de energia elétrica, construção de equipamentos comunitários, entre outros; d) modifica as relações de trabalho pré-existent; e) promove mudanças nas formas de habitação no campo tanto no caso da construção de agrovilas como de moradias nos lotes; f) via de regra, é acompanhada pela melhoria das condições de vida e trabalho da população.

Esse processo, porém, não se dá de modo simples. Conflitos de interesses, dificuldades de gestão, ausência de educação ambiental no processo formativo dos trabalhadores, limites ambientais ao desenvolvimento agrícola ou potencialidades naturais que sem orientação podem ser desperdiçadas ou destruídas pelo próprio trabalho, são apenas alguns dos desafios que estão em pauta.

A superposição de assentamentos sobre áreas de preservação ambiental é outro problema que perpassa os limites dos territórios estudados, pois se trata de uma questão que tem se multiplicado no país e que merece uma atenção especial do poder público. A superação do monopólio da terra numa dada área não pode pressupor a geração de outro conflito de ordem socioambiental.

Apesar dos muitos problemas encontrados nos assentamentos estudados, a comunidade está disposta a lutar por melhorias, a aprender e praticar seu aprendizado, como ocorreu em relação ao problema ambiental da área, a enfrentar os desafios e tentar superá-los.

A superação dos desafios passa necessariamente pela organização dos trabalhadores e por ações dos movimentos sociais no sentido de exigir do poder

público políticas e programas que permitam a reprodução digna da população assentada no sentido de transformar os territórios conquistados em ambiente de reprodução da vida de forma digna e solidária.

Há muito que ser feito para a melhoria dos assentamentos, em relação à educação, saúde, esporte, lazer, utilização dos recursos naturais, etc.. Porém, ao observar as transformações que ocorreram na vida das famílias e do território até agora, confirmamos o quanto a reforma agrária é um tema atual e uma necessidade verdadeira para a concretização do desenvolvimento econômico e social do país.

Embora se tenha claro que a política agrária levada a efeito pelo governo brasileiro não atende às aspirações da classe trabalhadora e não representa uma transformação na estrutura econômica do país, são inegáveis os impactos territoriais positivos que ela produz. No caso dos assentamentos estudados, teve início o processo de transformação do território de exploração num território de esperança. Porém, segundo Moreira (2010, p. 29),

o fim da exploração representado pela conquista do território e pela recriação camponesa não significa a emancipação plena da terra e de homens e mulheres mas apenas um passo num processo de luta. Luta esta cujo objetivo é bem maior do que a conquista da terra, a reprodução do campesinato, a resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista. O território de esperança incorpora todos esses elementos, mas se propõe a algo maior que é a luta pela consolidação de uma “classe para si” capaz de lutar por um outro tipo de sociedade calcada na igualdade, na solidariedade e na justiça social. Utopia? Sonho? Não importa. A história nos mostra que as verdadeiras transformações, as que de fato se concretizam ou são fruto de grandes revoluções ou de pequenas revoluções como assim denomina Mitidiero ao se referir à luta pela terra no Brasil. Em sociedades capitalistas complexas como a nossa, a consolidação de Territórios de Esperança no campo através dos assentamentos de reforma agrária pode representar um passo à frente na direção da produção de um território realmente emancipado e livre da opressão, da exploração, da dominação que caracteriza o território capitalista (p. 12).

Este trabalho é, portanto uma pequena contribuição no sentido de apontar avanços e indicar limites a serem superados no caminho indicado para a consolidação de territórios verdadeiramente emancipados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1990.

ANDRADE, Mário Correia. **Caminhos e descaminhos da geografia**. São Paulo: UNIP, 1969.

ARAÚJO, Douglas. **Surgimento e Decadência das Oficinas de Carne Seca do RN**. Natal: UFRN, Coleção Humanas Letras, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas (1955-64)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades da UFPB, Campina Grande, 1981.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa (org.) **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELTRÃO, Francisco. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. UNIOESTE, 2005. p. 121-148.

BERGAMASCO, Sônia M. **O que são assentamentos rurais**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporanea**: una introduccion a la Geografia. Barcelona: Barcanova, 1981.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial**. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1987.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELEUZE, G., GUATTARI, F., **Mille Plateaux**. Capitalisme et Schizophrénie. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

Dicionário Político – Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/z/zemstvo.htm>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. A questão agrária no limiar do séc. XXI. In: **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Movimento social como categoria geográfica. São Paulo: **Terra Livre**, No. 15, 2002.

_____. **Reforma Agrária no governo Lula: a esperança**, 2003. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GLEISON, Moreira Leal. **Contribuições teóricas para pesquisa em geografia agrária**. 4º encontro nacional da Anpege: São Paulo, 2002. (disponível em www.geografia.uniceub.br) acesso em 11 fev 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 1999.

FRANÇA, Mardone Cavalcante; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. Estudo Comparativo da Estrutura Fundiária do Rio Grande do Norte, Período 1985-1995. Ouro Preto: **Anais** do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, novembro de 2002.

FREITAS, Marta Erislândia. **Impactos da reforma agrária sobre a estrutura fundiária e o uso do solo na Zona da Mata paraibana**. Monografia de Graduação, DGEOC/UFPB. João Pessoa, 2001.

_____. Territorialização e Espacialização da reforma agrária na Paraíba. **Relatório de Iniciação Científica**. João Pessoa, fevereiro de 2000.

HAESBAERT, Rogério (org.) **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 1995.

_____. **Sessão dos municípios** (1991-2000). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sessaodosmunicipios>.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006.

IDEMA, Governo do RN. **Perfil do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal, 2002.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Demonstrativo das áreas de assentamento do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: INCRA, 2009.

_____. Incra. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte. **Demonstrativo das Áreas de Conflito/RN**. Natal: Incra, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64**. Londrina: Ed. UEL/Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

LENIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

LIMA, Maria das Graças de. *O debate clássico da questão agrária – uma contribuição à compreensão do espaço agrário paraense*. **Anais**. XIX ENGA, São Paulo, 2009.

MACÊDO, M. História e espaço seridoenses entre os séculos XIX e XX. **Mneme – Revista Virtual de Humanidades**. CERES. Vol. 01, n.01. p.01-50. 2000.

MALAGODI, Edgard. O sindicalismo rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baldel (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro** – São Paulo: Polis; Campinas SP: Ceres, 2004. p. 161 -172.

MARIANO NETO, Belarmino. A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social – **Para’iwa** revista de pós graduandos de Sociologia da UFPB, nº 5, João Pessoa, março de 2003. Disponível em:

<http://chip.cchla.ufpb.br/paraiwa/05-belarmino.html> Acessado em: 11. ago. 2005.

_____. **Abordagem territorial e enfoques agoecológicos no agreste/brejo paraibano: desenhos arranjos e relações.** Tese (doutorado em Sociologia) – UFPB. Campina Grande, 2006, 209f.

MARX, Karl. **O capital**. L. 3, v. 4. São Paulo: Difel, 1981.

Marx, Karl. **Das Kapital**. Kritik der politischen Oekonomie, Erster Band, Hamburg, 1867. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Tradução: José Barata-Moura e Álvaro Pina (Publicado segundo o texto da 4. edição alemã de 1890. Traduzido do alemão). Transcrição e Html: Fernando A. S. Araújo, agosto 2008. Direitos de Reprodução: © Direitos de tradução em língua portuguesa reservados por Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre**, No. 19, São Paulo, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

Ministério da Educação - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais no RN, 2008.

MIRAD/INCRA. **Evolução da Estrutura Agrária do Brasil**. Brasília, 1987.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?** 2000. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1992.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. **Terras Potigueres**. 3. ed. Natal/RN: Foco, 2007.

MOREIRA, Emilia. A atualidade da questão agrária na Paraíba. **Texto Didático** para discussão. João Pessoa: DGEOC, 2010.

_____. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. Presidente Prudente: **Revista Nera**, No. 10, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/telas/nera>.

_____. **Território(s) de Esperança:** Projeto de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2006.

_____. **Territórios de Esperança.** Projeto de Pesquisa, João Pessoa: CNPq/UFPB, 2007.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

NUNES, Emanuel Márcio; FILIPPI, Eduardo Ernesto; GODEIRO, Kallianne Freire. Agronegócio, Estado e Meio Ambiente na Economia Potiguar: uma visão crítica. III Encontro da **ANPPAS**, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ed. Ática, 1995.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária (1998). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PNUD BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano** - Municipal, 1991 e 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec/ Edusp, 2002.

PRADO Jr, Caio. **A questão agrária brasileira**. S5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. III-XXII.I

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmin. **O parto dos caminhos**: formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960-1964). 2005. 162 p. Dissertação (mestrado). UFRN, Natal,

ROSS, Djoni. Movimentos sociais e luta pela terra: o acampamento como espaço de socialização política dos camponeses de Quedas do Iguaçu – PR. Catalão: **Anais** da IX Jornada do Trabalho. Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital. Outubro de 2008.

ROSS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. **O acampamento e o aprendizado político dos camponeses do assentamento Rio Perdido** – quedas do Iguaçu/PR.. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/DjoniRoos.pdf>

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de & SILVEIRA, Maria L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte** (do século XVI ao século XXI). 2. ed. Natal: Departamento de imprensa do estado, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 1ª ed. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César & Corrêa, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

_____. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. 2ª ed. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil: das Sesmarias ao MST** – São Paulo: Moderna, 2006.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 148-160, jan./jun. 2002.

TARGINO, Ivan; CARVALHO, Cynthia X de. **Relações de trabalho e irrigação na zona semiárida do Nordeste**. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/3dbb3ae6e47db3af03257012004ccd78/\\$FILE/NT000A89B2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/3dbb3ae6e47db3af03257012004ccd78/$FILE/NT000A89B2.pdf). Acessado em: março de 2009.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Política Pública e Organização Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Geonordeste (UFS)**, v. XIX, p. 107-127, ano 2000.

TECHNE, Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar. **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento Mata Verde**. Natal, 2006.

_____. **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento Timbó** – Natal, 2006.

TOSTA SOUZA, Suzane. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território do sudoeste da Bahia. Tese (doutorado). Universidade Federal do Sergipe, 2008.

Sites consultados:

Partido Comunista Brasileiro: 88 ANOS DE LUTAS. Disponível em: <http://www.kaosenlared.net/noticia/partido-comunista-brasileiro-88-anos-lutas>.

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/DjoniRoos.pdf>.

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/3dbb3ae6e47db3af03257012004ccd78/\\$FILE/NT000A89B2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/3dbb3ae6e47db3af03257012004ccd78/$FILE/NT000A89B2.pdf)

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROJETO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA

Assentamento:

Município:

Entrevistador:

Data:

Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Local de nascimento:

Município:

UF:

Zona rural/urbana:

Onde vivia antes:

Em que trabalhava antes:

RESGATE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA ANTES DO CONFLITO

I- Buscando a história da fazenda e das relações de trabalho e produção anteriores ao conflito:

1. O proprietário morava na fazenda ou a deixava na mão de um administrador? Se não morava, onde morava? Ele pertencia a alguma família importante do município?
2. Tinha moradores na fazenda? Quantas famílias?
3. O que se produzia na fazenda ?
4. Como era o sistema de trabalho antes do conflito na fazenda?
5. O dono contratava trabalhadores alugados pagando por diária, tarefa ou produção?
 - a) contratava para fazer que atividades?
 - b) tinha moradores vivendo e trabalhando dentro da fazenda no período da luta?
 - c) se tinha como se davam os contratos, quais eram as condições?
6. Ele cedia terras para roçado aos trabalhadores de fora da fazenda? Como era o sistema?
7. Qual a relação das atuais famílias assentadas com a fazenda antes do conflito? E com o fazendeiro e o administrador?
8. Dessas pessoas assentadas, todas moravam na cidade ou tinha algumas da zona rural também? Se tinha na zona rural, como eles viviam, de quem eram as terras, moravam e trabalhavam...?

(procurar saber o nome da terra onde moravam, o nome do proprietário e o tamanho da propriedade).
9. No lugar onde moravam antes do conflito, tinham casa? Tinha acesso à água? Tinha acesso à lenha? De quem eram as casas?
10. Podiam plantar tudo que quisessem na terra onde moravam? Podiam criar seus animais na terra onde moravam?
11. Depois de a terra estar abandonada, alguém que é atualmente assentado vinha trabalhar nesta mesma terra?

Aos moradores ou trabalhadores antigos:

- 12 Por que vinham trabalhar aqui ou em outra terra? Como conseguiam a terra aqui? Qual era o tamanho da terra que conseguiam e por quanto tempo era arrendada? Pagavam pela terra alguma quantia ou com alguma parte da produção? Trabalhavam na mesma parcela todos os anos ou mudavam? Se mudavam, por que mudavam? Explique como funcionava esse sistema de trabalho, por exemplo, com quem negociavam para ter um pedaço de terra (arrendado, cedido ou em parceria)? Diretamente com o fazendeiro? Com o administrador? O contrato era escrito ou de boca? Quanto tempo durava? Quais eram as vantagens e as desvantagens? Quando era o tempo de pagamento? Quanto pagavam? O pagamento era por ano, por mês ou por safra?
13. E no lugar em que viviam, plantavam também? Como era a vida e os sistemas de trabalho na outra terra, ou seja, na terra em que viviam?
14. O que produziam nos roçados na fazenda?
15. O que plantavam em maior quantidade?
16. Era permitido criar algum animal nos lotes da fazenda? Se sim, que tipo de animal era criado e com que finalidade?
17. Comercializavam algum dos produtos ou animais? Vendiam tudo ou só parte?
18. Onde vendiam? A quem vendiam?
19. Qual a época de pagamento?

II - Resgate Histórico do Conflito:

1. Qual foi o fato que pode ser considerado o pivô do surgimento da luta pela terra na fazenda? Ou seja, como tudo começou? De quem foi a ideia e organização inicial?
2. Quais as ações dos trabalhadores na luta?
- a) **Montaram acampamento?** Começaram a produzir na terra? Se acamparam:
- quando fizeram o primeiro acampamento; como foi pensado, organizado e quem orientou e ajudou; como se organizava o acampamento: quem fazia o que? Tinha divisão de tarefas em grupos? Qual o papel das mulheres no acampamento?
- j) Como agiu o Incra frente à luta de vocês? Como avaliam o papel do Incra nesse processo (foi positivo, foi difícil, etc.)
- c) Como se organizavam?
- d) Como tomavam decisões?
- g) As mulheres participaram da luta? Como?
- o) Tiveram apoio de algum partido político? De algum vereador do município? Do prefeito? Se tiveram, como se deu esse apoio? Se não tiveram, como reagiram esses atores sociais?
- p) Qual a reação da população do município de Espírito Santo em relação aos trabalhadores e à luta de vocês? E a Igreja local, do município como agiu?
- n) Como agiu a justiça e a polícia? Tiveram enfrentamentos com a polícia? Alguma ação de despejo? Alguma ação de violência? Como se deu e quando?
- t) Durante a luta fizeram passeatas, ocupações? Se sim, onde: no Incra, na Prefeitura, em Praça pública, etc.)?
- u) Como agiu o Governo do Estado durante o conflito? Algum órgão do Estado durante o conflito deu assistência aos trabalhadores?
- x) Como foi dividida a terra pelo Incra? Quantos hectares ficaram com cada família? Já lotearam?
- z) O que representou para o(a) senhor(a) a conquista da terra?
- b) No seu entender, o que melhorou e o que piorou na vida das famílias?

III - Percepção dos Impactos

1. Depois do assentamento, melhorou a vida dos assentados? Em caso positivo, sob que aspectos? Em caso negativo, por quê?
2. Qual a opinião da população do município/região sobre o assentamento e os assentados?
3. Na sua opinião, o assentamento trouxe alguma mudança para a produção agrícola da região? Em caso positivo, qual?
4. Como os políticos locais se comportam frente ao assentamento?
5. Existe algum político local/regional, movimento social, ONG, Igreja, que tenha forte presença no assentamento? Se sim, como se dá sua atuação no Assentamento?
6. O que acha da assistência prestada aos assentamentos?

APÊNDICE B - EXTRATO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO

I - Laudo SR-19/RN/OS/Nº10 de 28/04/03.

II - a) Denominação: fazenda Espírito Santo II

b) Confrontações:

Norte: Terras do Dr. Lúcio Jorge;

Leste: Terras pertencentes às usinas Estivas e Vale Verde;

Sul: Terras pertencentes à usina Vale Verde;

Oeste: Terras pertencentes ao Dr. Gilvan Luz.

III - Área avaliada: 550,4740 ha

IV - Município de localização: Espírito Santo/RN

V - Exploração predominante: Fruticultura, Cana-de-açúcar e Pecuária.

VI - Valores totais:

a) Valor da terra nua: R\$ 278.941,69

b) Valor das benfeitorias: R\$ 7.966,62

c) Valor total do imóvel: R\$ 286.908,31

VII - Valores unitários:

a) Valor da terra nua: R\$ 506,73

b) Valor das benfeitorias: R\$ 14,47

c) Valor do imóvel: R\$ 521,20

VIII Custo/Família: R\$ 10.246,72

VIX- Nota agrônômica: 0,478

Os eventuais interessados em oferecer imóveis em condições semelhantes poderão formalizar suas ofertas num prazo de dez dias corridos, a contar da data da publicação deste extrato.

EXTRATO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO

I - Laudo SR-19/RN/OS/Nº10 de 28/04/03.

II - a) Denominação: fazenda Espírito Santo I e III

b) Confrontações:

Norte: Gutemberg Araújo, Ademar Medeiros Neto e RN 03

Leste: Osvaldo Medeiros e Usina Estivas;

Sul: Eraldo Pedrosa e Lúcio Jorge;

Oeste: Gilvan Luz.

III - Área avaliada: 470,4000 ha

IV - Município de Localização: Espírito Santo/RN

V - Exploração predominante: fruticultura, cana-de-açúcar e pecuária.

VI - Valores Totais:

a) Valor da terra nua: R\$ 291.723,26

b) Valor das benfeitorias: R\$ 43.546,94

c) Valor total do imóvel: R\$ 335.270,20

VII - Valores Unitários:

a) Valor da terra nua: R\$ 620,16

b) Valor das benfeitorias: R\$ 92,65

c) Valor do imóvel: R\$ 712,73

VIII Custo/Família: R\$ 11.561,04

VIX- Nota agronômica: 0,585

Os eventuais interessados em oferecer imóveis em condições semelhantes poderão formalizar suas ofertas num prazo de dez dias corridos, a contar da data da publicação deste extrato.

Fonte:

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=220&Itemid=243

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ASSENTAMENTOS TIMBÓ E MATA VERDE

PROJETO DE PESQUISA:

DA LUTA PELA TERRA À CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO - RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação de Mestrado

SILVÂNIA FÉLIX DE LIMA

QUESTIONÁRIO

Assentamento:	
Município:	UF:
Nome do entrevistador:	
Data:	
Nome do(s) titular(es) do lote: _____ _____	
O(a) titular é responsável do lote? ()Sim ()Não <i>(se não preencher o campo abaixo)</i>	
Nome do(a) responsável do lote:	

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS FAMÍLIAS DA AGROVILA

QUADRO 1- Informações sobre as pessoas que vivem na residência

[illegible]

14. Alguma pessoa que vive na residência trabalha fora? ()Sim ()Não *(Em caso positivo preencher quadro abaixo)*

Quadro 2 – características do trabalho e rendimento dos residentes da casa

Nome (ou apenas o número equivalente no Quadro 1.)	15. Trabalha		16. Em que trabalha? (Descrever ocupações)	17. Periodicidade			18.Quanto ganha aproximadamente
	Em outro lote	Fora do assentam ento		Eventual	Tempo rário	Permane nte	

Sim/ Não Sim/ Não

Descrever as ocupações de acordo com o que o entrevistado falar.

Marcar as alternativas

Anotar os valores e a unidade de tempo (mês, dia, ano).

19. Alguma pessoa da residência recebe aposentadoria ou algum tipo de pensão?	Sim		Não	
19.1 Se sim, quantas pessoas recebem ? _____				
19.2 Qual o valor em dinheiro de cada uma? _____				
20. Tem familiares com outros lotes no assentamento?	Sim		Não	
21 Alguém que vivia na residência vive atualmente em outro lugar?	Sim		Não	
21.1 Quantas pessoas? _____				
21.2 Por que motivo saiu do assentamento? _____				
22. Antes de ser assentado, o Sr(a) já havia trabalhado na agricultura?	Sim		Não	
22.1 Se sim, de que forma, na terra de quem? <i>(Ex. como morador, arrendatário, meeiro, parceiro)</i> _____				
23. O Sr(a) ou alguém de sua família já trabalhou antes do assentamento nessa mesma terra em que está assentado atualmente, ou na terra do assentamento vizinho?	Sim		Não	
Se sim, quem? (grau de parentesco) _____				
23.1 Como conseguiam essa ou outra terra para trabalhar, antes do assentamento? _____				
23.2 Qual era o tamanho da terra que conseguiam? _____				
23.3 Pagavam pela terra alguma quantia ou com alguma parte da produção? <i>(Explicar)</i> _____				

23.4 Trabalhavam na mesma parcela todos os anos ou mudavam? Se mudavam por que mudavam?

23.5 Com quem negociavam para ter um pedaço de terra, diretamente com o fazendeiro? Com o administrador?

23.6 O contrato era escrito ou de boca?

23.7 Quanto tempo durava o contrato?

23.8 Quais eram as vantagens e as desvantagens?

23.9 Quando era o tempo de pagamento? O pagamento era por ano, por mês ou por safra?

23.10 O que produziam nos roçados ?

23.11 O que plantavam em maior quantidade?

23.12 Era permitido criar algum animal nos lotes da fazenda ? Se sim, que tipo de animal era criado e com que finalidade?

23.13 Comercializavam algum dos produtos ou animais? Vendiam tudo ou só parte?

24. Como soube do assentamento?

25. Como o (a) Sr(a) participou na luta pela terra no assentamento? (ex. participava de reuniões, acampamento, como acontecia?)

TRABALHO E PRODUÇÃO

A) CARACTERIZAÇÃO DO LOTE
26. Qual a área total do lote da família?
27. Qual o tamanho da área cultivada na safra de 2009?

28. Qual a área destinada para pastagens em 2009? _____					
29. Tem área de reserva no lote da família?		Sim		Não	
29.1 Se há, qual o tamanho da área? _____					
30. Tem área reflorestada no lote da família?		Sim		Não	
30.1 Em caso positivo, qual o tamanho da área? _____					
31. Existe alguma parte do lote que não deve ser aproveitada?		Sim		Não	
31.1 Em caso positivo, por que motivo? _____					
31.2 Qual o tamanho da área não aproveitada? _____					
32. O Sr.(a) desenvolve as atividades produtivas de forma: ☐ Individual/ familiar ☐ Coletiva ☐ Mista (parte individual, parte coletiva)					

PRODUÇÃO COLETIVA

Responsável pelo coletivo: _____

33. Quanto da produção de seu lote é coletiva? ☐ Toda ☐ Maior parte ☐ Metade ☐ Pequena parte ☐ Nada	
33.1 Que produtos são cultivados nela? _____	

34. Quanto da sua produção está sendo produzida em área/produção coletiva fora de seu lote?

- ☐ Toda
- ☐ Maior parte
- ☐ Metade
- ☐ Pequena parte
- ☐ Nada

34.1 que produtos são cultivados? _____

B CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Produtos vegetais

35. Que produtos vegetais o Sr. Cultivou na safra de 2009? (registrar apenas a produção individual)

Produto						
Área plantada						
Produção total						

36. Desses produtos existem alguns que foram plantados na mesma área? (*consórcio ou seqüencial*)?

(em caso positivo preencher o quadro abaixo)

36.1 Produtos	36.2 Área	36.3 Consórcio ou seqüencial

37. Todos os produtos plantados foram	Sim		Não		vendidos?
37.1 Em caso negativo, quais foram vendidos? _____ _____ 37.2 Dos produtos vendidos, quais são os mais importantes? Por quê? _____ _____					
38. Houve perdas/prejuízo na produção ou na venda? _____					

Criação animal

39. Quanto o Sr(a) tinha em 2009 no seu lote, de: *(registrar apenas a criação individual)*

39.1 Tipo	Gado bovino	Caprinos	Suínos	Aves	Outros
39.2 Rebanho total					

40. Algum desses produtos (criação animal) foi vendido este ano?	Sim		Não	
40.1 Em caso positivo, qual(is)? _____ _____ 41. Dos animais e produtos animais vendidos, quais são mais importantes. Por que? _____ _____				
42 Houve perdas/prejuízos com a criação de animais e/ou nos produtos animais?	Sim		Não	
42.1 Em caso positivo, com quais criações de animais e/ou produtos? _____ _____ 42.2 O que causou a perda? _____ _____				

Extração vegetal

43. O Sr(a) extraiu algum produto vegetal em 2009?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Em caso positivo:

43.1 Produto				
43.1. Quantidade extraída				

44. Algum desses produtos foi vendido?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

44.1. Qual (is) _____

Beneficiamento da produção

45. O Sr(a) beneficiou algum produto este ano?

Produto				
---------	--	--	--	--

46. Esses produtos todos foram vendidos?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

46.1 Em caso de venda, quais foram vendidos? _____

Comercialização (produção vegetal, criação animal e Extrativismo).47. Como o Sr(a) faz para vender? *(listar todos os produtos declarados anteriormente como vendidos)*

47.1 Produtos	47.2 A quem vende? Onde vende?

C – FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA

Acesso ao crédito

48. O (A) Sr (a) teve acesso a algum crédito após a formação do assentamento?	Sim		Não	
---	-----	--	-----	--

48.1 – Em caso positivo, que créditos? _____

48.2 Em que ano? _____

48.3 valor do crédito _____

48.4 Em que utilizou esse crédito? _____

48.5 Fonte do crédito:

☐ PRONAF CUSTEIO

☐ PRONAF INVESTIMENTO

☐ PROCERA

☐ COOPERATIVA

☐ OUTROS

Quais?

 48.6 Teve alguma dificuldade com o crédito, quais?

49 O (A) Sr (a) possui dívidas de financiamentos anteriores?

Sim

Não

49.1 Em caso positivo, qual o montante dessa dívida em (R\$)

49.2 Por que ficou endividado?

50. O (A) Sr (a) tomou algum crédito antes de vir para o assentamento?

Sim

Não

50.1. Descrever o tipo de crédito

50.2 Ano em que teve acesso

51. O (A) Sr (a) acha que como assentado (a) ficou mais fácil tirar crédito?

Sim

Não

51.1. Por que?

52. O (a) Sr. (a) recebeu algum tipo de ajuda (em dinheiro) para a última safra?	Sim		Não	
52.1. Em caso positivo, de onde veio a ajuda? _____				
52.2 Qual o valor da ajuda em (R\$)? _____				

Recursos produtivos

53. Quais instalações o (a) Sr (a) possui na propriedade?

53.1 Instalação*	53.2 Ano de construção	53.3 forma de aquisição (se financiado indicar fonte)	53.4 Forma de uso (individual ou coletiva)

Exemplos: galpão, depósito, casa de farinha, engenho, granja, aviário, curral, açude, etc.

54. Que equipamentos o (a) Sr. (a) utilizou na safra de 2009?

54.1 Máquinas ou equipamentos	54.2 Se for própria indicar:		54.3 Se não for própria, indicar forma de acesso.	54.7 Forma de uso (individual ou coletiva)
	Ano de aquisição	Fonte de financiamento		

55. Que implementos o (a) Sr(a) utilizou este ano?

55.1 Implemento*	55.2 tipo de tração	55.3 Se for próprio indicar ano de	55.4 Se não for próprio, indicar	55.5 Forma de uso (individual ou
------------------	---------------------	------------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

		aquisição	forma de acesso	coletiva)

Exemplos: arado/tombador, grade, adubado, semeadeira, plantadeir, cultivador, carpideira, roçadeira, sulcador, pulverizador.

56. Quais insumos agrícolas/veterinários foram utilizados em 2009?

(ex. agrotóxicos, adubos químicos e orgânicos, sementes compradas, medicamentos, sal mineral)

56. No caso de ter trabalhado em atividades agrícolas antes, o (a) Sr. (a) considera que suas condições de trabalho melhoraram ou pioraram depois que veio para o assentamento?

56.1 Por que? _____

D – EMPREGO

57. No ano de 2009 alguém trabalhou em seu lote?

Sim

Não

57.1 Por quanto tempo trabalharam? _____

III CONDIÇÕES DE VIDA

58. Sua vida melhorou depois que veio para o assentamento?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Em que:

	Melhor	Pior	Igual
Moradia			
Saúde			
Alimentação			
Educação			
Lazer			
Poder de compra			
Segurança física			
Futuro da família			

59. De que é feita a casa do (a) Sr.(a)

- ☐ Tijolo ou bloco
☐ Madeira aparelhada
☐ Madeira aproveitada
☐ Barro ou taipa
☐ Papelão ou plástico
☐ Palha
☐ Outros _____

60. De que era feita a casa e, que o(a) Sr.(a) morava antes de vir para o assentamento?

- ☐ Tijolo ou bloco
☐ Madeira aparelhada
☐ Madeira aproveitada
☐ Barro ou taipa
☐ Papelão ou plástico

☐ Palha

☐ Outros _____

61. Quantos cômodos sua casa tem? _____

62. Quantos cômodos tinha a casa que o senhor (a) morava antes de vir para o assentamento? _____

63. Sua casa tem banheiro/sanitário/privada? ☐ Sim ☐ Não

64. Na casa onde o (a) Sr(a) morava tinha banheiro/sanitário/privada? ☐ Sim ☐ Não

65. Sua casa atual é melhor do que a casa que o (a) Sr (a) morava antes de vir para o assentamento?

☐ Melhor ☐ Pior ☐ Igual

66. Tem meio de transporte próprio? ☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo

Meio de transporte	x	Ano de aquisição
Bicicleta		
Animal de transporte		
Moto		
Carro		
Outros _____		

67. Que eletrodomésticos possui?

Tipo	Tem? (sim/não)	Já tinha antes do assentamento? (Sim/não)
Fogão a gás		
Geladeira		
Televisão		
Antena parabólica		
Máquina de lavar		
Freezer		
Outros _____		

68 Recebe algum tipo de auxílio para alimentação? ☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo:

Fonte, instituição/pessoa			
Frequencia			

IV INTEGRAÇÃO DO ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE DO ASSENTAMENTO

69. O (A) Sr (a) costuma ir a cidade para quê?

☐ Feiras ☐ Compras da casa ☐ culto religioso ☐ festas ☐ Sindicato

Outros (descrever): _____

70. O (A) Sr. (a) já conhecia antes alguma das famílias que moram no ☐ assentamento ☐ ?
 Sim Não

71.1 Quantas? _____

71.2 De onde? _____

71 Com quem o (a) Sr. (a) se relaciona aqui no assentamento? _____

72. Onde o (a) Sr(a) encontra essas pessoas ? _____

73. O que o (a) Sr(a) faz nas horas de folga? _____

74 E antes do assentamento, o que o (a) Sr(a) fazia nas horas de folga? _____

75. O (a) Sr(a) participa das reuniões do assentamento? ☐ Sim ☐ Não

75.1 Em caso positivo, de que tipo de reuniões? _____

76. O (a) Sr(a) é sócio ou participa de algum tipo de associação ou movimento? ☐ Sim ☐ Não

76.1 De que tipo de movimento ou associação? _____

77. Já fez curso de formação técnica? ☐ Sim ☐ Não

77.1 Em caso positivo:	Antes de ser assentado	Depois de assentado?
77.2 já fez curso de formação política?	☐ Sim ☐ Não	
77.1 Em caso positivo:	☐ Antes de ser assentado ☐ Depois de assentado?	
78. Na sua opinião, o assentamento trouxe alguma melhoria para a região? Não Sim		
79.1	Por	quê?

ASPIRAÇÕES

79. Se não fosse trabalhador rural, o que gostaria de ser na vida? _____

79.1 Qual o seu maior sonho? _____

80. O que essa terra significa para o (a) Senhor (a)? _____

TRABALHO DOS ASSENTADOS NA MONOCULTURA CANAVIEIRA

81. Alguma pessoa de sua casa trabalha na monocultura canavieira? ☐ Sim Não

Em caso positivo, responder as questões abaixo, em caso negativo, encerrar questionário.

81.1 Quantas pessoas de sua casa trabalham na monocultura canavieira?

Nome (apenas primeiro nome ou apelido)	Condição de parentesco	Idade	Sexo		Condição de trabalho*
			F	M	

*Condição de trabalho: 1. empregado assalariado temporário; 2. empregado assalariado permanente; 3. outra condição.

82. Em que município trabalha na cana-de-açúcar?

CARACTERIZAÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO

83. Como é que o Sr. é pago na atividade canavieira?

☐ Por tarefa; ☐ por produção; ☐ por diária; ☐ outro
(especificar)_____;

84. Explique como se dá essa forma de pagamento:

84.1. Como é receber por tarefa: _____

84.2 Como é receber por produção: _____

84.3. Como é receber por diária: _____

84.4. Se tem outra forma de pagamento como é a relação: _____

84 Como são pagos os demais membros da família que trabalham na atividade canavieira e moram na mesma casa?

Nome	Forma de pagamento
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar)_____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar)_____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar)_____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar)_____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar)_____

85. Quais os direitos trabalhistas que lhe são assegurados e aos seus familiares que moram na mesma casa e que trabalham na atividade canavieira?

Nome	Sexo		Carteira assinada		Direito a férias remuneradas		Direito a repouso remunerado		Recebem 13º salário		Direito a tempo para almoço		Recebem hora extra	
	F	M	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N

RENDA E DESPESA

86. Qual o valor pago por tarefa, produção, ou diária, na atividade canavieira, na unidade de produção (empresa, propriedade) que você trabalha?

Valor por tarefa (braça, etc)	Valor por produção (ton)	Valor por diária	Outro

87. Qual a média mensal de salário que o Sr. consegue no trabalho na atividade canavieira?

CARACTERIZAÇÃO DA LOCOMOÇÃO

88. Que tipo de transporte usa para ir de casa ao local de trabalho na cana? _____

89. Se usa transporte coletivo, quem fornece? _____

SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO:

90. Quem contrata o trabalho? ☐ empresa; ☐ recrutador; ☐ proprietário de terra; ☐ outro

91. Quem faz o contato? ☐ Recrutador ☐ Usineiro ☐ proprietário de terra; ☐ outro

92. Existe alguma diferença entre o recrutador e o cabo de turma? ☐ Sim ☐ Não

93. Se sim, qual a diferença?

93.1. Quanto tempo foi seu contrato na safra passada?

93.2 E nesta safra? _____

94. O que faz quando acaba a safra?

95. Como associa o trabalho na cana com o cultivo no assentamento? _____

SOBRE A JORNADA DE TRABALHO

96. Como é sua jornada de trabalho na atividade canavieira?

97. Quantas horas trabalha por dia? _____

SOBRE OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

98. Qual o tipo de instrumento de trabalho que utiliza para cada tarefa

Tipo de tarefa	Instrumento de trabalho	A quem pertence
Corte da cana		
Plantio da cana		
Limpa da cana		
Aplicação de adubo		
Aplicação de agrotóxico		
outros		

SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO EM SI

99. Quantas toneladas de cana consegue cortar por dia? _____

100. Quantas toneladas de cana são necessárias cortar por dia para tirar um salário por mês? _____

101. Quantas toneladas de cana a empresa ou o fornecedor para quem trabalha exige que sejam cortadas por dia, ou seja, qual a meta diária exigida pela empresa? _____

102. O(A) Sr(a) divide o seu trabalho com alguém? Se sim com quem e por quê?

SOBRE O CONTROLE DO TRABALHO NA ATIVIDADE CANAVIEIRA

103. Como é feito o controle no trabalho? _____

104. Quem mede a sua produção diária e como é feita? _____

105. Qual o instrumento utilizado para a medição? _____

106. Quem determina a quantidade de cana que deve ser cortada por dia? _____

107. No último local que trabalhou a medição era feita com precisão? ☐ Sim ☐ Não

108. Nome da usina ou da propriedade onde trabalho ou trabalhou pela última vez _____

109. O sindicato fiscaliza a medição? _____

110. Tem prêmio? _____

111. Tem castigo? _____

112. como o(a) sr(a) se sente em relação a esse trabalho nos canaviais?

Observações gerais sobre a entrevista